UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

Fabrizia de Souza Carrijo

**Questões raciais
e políticas presentes no romance *A mulata*,
de Carlos Malheiro Dias**

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

**Questões raciais
e políticas presentes no romance *A mulata*,
de Carlos Malheiro Dias**

Fabrizia de Souza Carrijo

Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Literatura Portuguesa
do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,
para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Garmes

*Dedico esta tese à minha mãe, Flora,
e à memória de meu pai, Valter.*

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, que me permitiu chegar até aqui.

Agradeço ao meu orientador, professor Hélder Garmes, pela força, paciência, sabedoria e fôlego. Ele muito me inspirou.

Agradeço ao professor Antônio Sérgio Guimarães, pelas preciosas lições e dicas de leitura.

Agradeço às professoras Ana Nemi e Ana Lucia Teixeira, pelas preciosas dicas e esclarecimentos que me prestaram no exame de qualificação.

Agradeço à bisneta de Carlos Malheiro Dias, Ana Campos Guedes, pela solicitude em me ajudar, além da incomensurável simpatia e boa vontade.

Agradeço à minha mãe, Flora, por todos os ensinamentos dessa vida.

Agradeço à minha família, queridos Emanuel e Marina.

Agradeço aos meus irmãos Vinicius e Sabrina, pela força e ouvidos de sempre.

Agradeço ao CNPq e à CAPES, pelas bolsas de estudo que propiciaram a realização deste trabalho.

Índice

Resumo,	p. 6
Introdução,	p. 7
Capítulo 1 – Malheiro Dias e <i>A mulata</i> ,	p. 11
Capítulo 2 – O discurso narrativo em <i>A mulata</i> ,.....	p. 52
Capítulo 3 – A concepção naturalista de <i>A mulata</i> e sua recepção, p.	79
Capítulo 4 – A questão racial presente no romance,	p. 93
Capítulo 5 – As ideias acerca da república e da monarquia expressas em <i>A mulata</i> ,	p. 121
Considerações finais,	p. 165
Anexo – Descrição das principais diacronias de <i>A mulata</i> ,	p. 170
Bibliografia,	p. 185
Apêndice,	p. 190

Resumo

Esta pesquisa propõe um estudo do romance *A mulata* (1896) de Carlos Malheiro Dias, focalizando a representação que a obra faz da questão racial no Brasil no final do século XIX, dentro de uma estética de cunho naturalista. A essa abordagem será conjugado o diálogo crítico-literário que o livro realizou com a intelectualidade brasileira e portuguesa daquele momento, o que gerou forte polêmica. Também será mantida no horizonte da análise a perspectiva antirrepublicana do autor. *A mulata* referendou um conjunto de preconceitos sobre a identidade nacional brasileira que fizeram escola em alguns setores de nossa intelectualidade e que se perpetuaram de forma explícita ou dissimulada por todo o século XX, preconceitos que elucidam muitos aspectos da maneira como os brasileiros se conceberam enquanto nação e como literariamente se autorrepresentaram. Apesar dessa conexão, a obra foi rejeitada pela intelectualidade brasileira, e é em busca dos motivos dessa rejeição que este trabalho se debruça.

Palavras-chave: literatura, mestiçagem, raça, política.

Abstract

My research deals with the novel *A Mulata* by Carlos Malheiros Dias, focusing on its use of naturalist aesthetics to represent the racial question in late-nineteenth-century Brazil. I also examine the controversial literary-critical dialogue Dias established with the Brazilian and Portuguese intellectual currents of his time. Taking the author's antirepublican ideals into account throughout, I argue that *A Mulata* features a set of preconceptions regarding Brazilian national identity that would gain followers in some sectors of Brazil's intelligentsia and which persisted explicitly or in more covert form into the twentieth century. These preconceptions explain many aspects of the way in which Brazil conceived of itself as a nation and how it represented itself through literature. Despite this connection, *A Mulata* was rejected by the intellectual class of Brazil.

Key-words: literature, miscegenation, race, politics.

Introdução

O romance *A mulata* foi escrito por Carlos Malheiro Dias em 1896 e apresenta uma concepção do Brasil enquanto nação mestiça. Escolhemos analisar esse romance em razão do pouco conhecimento que se tem na atualidade sobre essa obra e, de resto, mesmo sobre o autor. Consideramos que *A mulata* é um importante texto literário que nos elucida uma das maneiras como os brasileiros foram apresentados ao mundo no que concerne à questão racial, e como esse processo de invenção de uma nação mestiça aos poucos se delineou. Para tanto, investigamos os diversos fatores que giraram em torno dessa produção literária, desde o contexto mais geral e seu momento histórico até as convicções políticas, sociais e racialistas do autor.

Nossa leitura levará em conta, o quanto possível, o conjunto das obras de Carlos Malheiro Dias, praticamente todas escritas na época da consolidação da república como forma de governo tanto no Brasil como em Portugal. Esses trabalhos de Malheiro Dias foram concebidos em parte como obras literárias e em parte como livros históricos e estudos políticos, além de crônicas jornalísticas.

A seguir, faremos uma breve apresentação de como este trabalho está estruturado, elucidando o que se encontra em cada capítulo.

No primeiro capítulo, intitulado “Malheiro Dias e *A mulata*”, tratamos dos aspectos principais da obra, como enredo, personagens, relação entre os personagens,

escola literária à qual o romance pertence, além da recepção da obra no meio literário de então e de aspectos da biografia do autor.

Para tanto, fizemos uma análise do romance à luz da escola naturalista, à qual muito evidentemente se vincula Malheiro Dias. Buscamos então respostas para a má recepção da obra pela crítica brasileira. Nesse aspecto, a análise das relações entre os personagens se mostrou de fundamental importância porque, através dela, podemos vislumbrar como o narrador concebeu a sociedade brasileira e, desse modo, chegar próximo às motivações que levaram a sua rejeição à época.

No capítulo dois, intitulado “O discurso narrativo em *A mulata*”, estudamos a forma como foi estruturado o discurso narrativo no romance com base nas concepções elaboradas por Gerard Genette em seu livro *Discurso da narrativa*.

No capítulo três, intitulado “A concepção naturalista de *A mulata* e sua recepção”, estudamos o texto sob o prisma da corrente estética à qual ele se filia. Para tanto, fizemos uma análise das principais características que ligam a obra a essa escola, considerando o campo literário com o qual Carlos Malheiro Dias dialogou para construir *A mulata*.

Tendo em vista que se trata de um romance que dialoga com a escola naturalista e coloca a questão racial como fator importantíssimo no âmbito da narrativa, fez-se necessário investigar como essa questão foi vista pelos naturalistas e quais as dissidências mais evidentes dentro desse movimento literário. Como se trata de um assunto que se mostrou, de certa forma, controverso no campo das letras, fomos buscar respostas para além da literatura, visando elaborar uma visão mais geral sobre o universo com o qual o romance dialoga acerca da questão racial. Ressalte-se que houve polêmica em função da representação naturalista que Malheiro Dias fez da mestiçagem no Brasil. Dedicamos então o capítulo seguinte da tese para tratarmos especificamente desse tópico, o qual, a nosso ver, mostrou-se a etapa mais instigante desta pesquisa.

Portanto, o capítulo quatro, intitulado “A questão racial presente no romance”, ganhou bastante espaço neste trabalho porque foi certamente o ponto de chegada da pesquisa que aqui se apresenta. A relação estabelecida entre o romance e a forma como a questão racial estava sendo trabalhada no mundo no século XIX e, principalmente, a forma como o Brasil estava sendo estudado por pesquisadores e

intelectuais que se dedicavam a esse tema foi fundamental para compreender melhor essa obra. Sendo assim, pudemos relacionar a narrativa a questões presentes em diversos ramos da ciência que estavam então a produzir interpretações acerca da noção de raça.

Para esse capítulo, estudamos as teorias raciais presentes no contexto em que o romance foi escrito, que buscaram explicar como a mestiçagem se dava e quais eram as suas principais características, e, a partir delas, investigamos as influências sofridas por Malheiro Dias com relação a essa questão. Conforme já salientamos acima, o tema racial é de grande importância quando tratamos do romance *A mulata*. Como o próprio nome já o anuncia, o romance tem como um de seus protagonistas uma mulata, chamada Honorina, que muito interfere, e de forma negativa, no destino da figura central do romance, o brasileiro, descendente de portugueses, chamado Edmundo. O romance acaba por conceber como estigma a origem mestiça do povo brasileiro, desqualificando as relações inter-raciais, concebidas como um fator de rebaixamento da condição do homem branco.

No capítulo cinco, intitulado “As ideias acerca da república e da monarquia expressas em *A mulata*”, investigamos o pensamento conservador e o liberal que fizeram escola tanto no Brasil quanto em Portugal, tendo em vista a transição do regime monárquico para o regime republicano e as suas consequências. A nossa pretensão foi investigar quais foram os grupos de intelectuais que mais influenciaram o pensamento de Malheiro Dias. Apesar de, para tanto, termos feito uma retrospectiva da situação política do século XIX no Brasil e em Portugal, tornou-se difícil considerarmos esse contexto em termos de campos estanques, mesmo porque as diversas vertentes políticas do século XIX se alternavam no poder e, assim, muitos que se apresentavam como liberais, em outro momento assumiam-se como conservadores, de acordo com a conveniência. O que, no entanto, podemos adiantar desde já é que Malheiro Dias foi monarquista e conservador, além de mostrar-se bastante cético com relação ao regime republicano que se instaurara em Portugal e no Brasil. Com relação ao sistema republicano implantado em Portugal, ele chegou a abandonar a cadeira de deputado que então ocupava por ter repudiado o regicídio que matara o rei D. Carlos.

Por fim, e já caminhando para a conclusão, demonstramos que o vínculo estabelecido na obra de Malheiro Dias entre literatura, questão racial e questão política é construído no sentido de desmerecer a nação brasileira com um estigma de origem, qual seja, o de que a mestiçagem viria a enfraquecer o Brasil enquanto nação independente.

CAPÍTULO 1

Malheiro Dias e *A mulata*

Sobre o autor

Dois olhos pretos, estelares, de animalzinho sagaz que ficasse infantil por um princípio de graça inerente às espécies de felinos: olhos pousando com aprazimento nas coisas, com um estore de alegria risonha diante, com uma interrogação ansiosa no fundo – olhos que são uma alma, um fígado, o registro dum cérebro e o alvorecer dum claro dia. Só depois do brilho desses olhos passar, tranqüilo e inquieto, como sinal de uma luta em que a vontade doma o *farniente* é que uma pessoa percebe serem eles pretexto de um corpo de ossinhos, nervinhos, imponderável, vibrátil, em cujos ombros facilmente cresceriam dois pares de asas, as superiores de rêde arco-irada, as inferiores longas e brancas como restes, podendo erguer o corpo de libélulo e esvoaçá-lo por cima dos pântanos da vida, das bocas das mulheres, das cômas dos jardins. (D’Almeida, 1941:108)

Essa foi a descrição de Malheiro Dias feita por Fialho D’Almeida. Se existe uma certeza acerca de Malheiro Dias que se pode extrair da pequena biografia feita por Fialho é o quanto o autor era imponderável quando se tratava de assuntos que mexiam com os seus nervos. Isso poderemos constatar no romance *A mulata*.

Carlos Malheiro Dias foi um romancista, contista, cronista e historiador muito talentoso, mas, como já se assinalou, pouco conhecido na atualidade. Nasceu no Porto em 1875, filho de mãe brasileira e de pai português, viveu largos períodos no Brasil, antes e depois da proclamação da república. Foi adversário da república e manteve ao longo de sua vida uma atitude extremamente crítica com relação ao fim da monarquia portuguesa. Era, portanto, um tradicionalista, o que ficou evidente em algumas de suas obras literárias, inclusive no seu romance *A mulata*.

Além disso, Malheiro Dias foi um importante jornalista de seu tempo. Esteve envolvido com a política portuguesa, sendo inclusive eleito deputado em 1897, tendo abandonado o cargo em 1910 devido à implantação da república em Portugal, como já citado. Nesse período, exilou-se no Brasil. Foi sócio da Academia das Ciências, da Academia Brasileira de Letras, membro fundador da Academia Portuguesa de História e diretor da revista *Ilustração Portuguesa*.

Ligado ao naturalismo, Malheiro Dias foi considerado, na sua época, um destacado discípulo da obra de Eça de Queirós. Escreveu romances históricos, dramas, contos e ensaios políticos. Dos seus romances, destacam-se *Filhos das ervas* (1900), *Os Teles de Albergaria* (1901), *Paixão de Maria do Céu* (1902), *O grande Cagliostro* (1905) e *A vencida* (1907). Como dramaturgo, escreveu somente *As inimigas* (1913). Elaborou a obra *História da colonização portuguesa no Brasil* (1921-1924), tendo ainda escrito textos diversos sobre política e sociedade. Em 1917, fundou no Rio de Janeiro a “revista semanal ilustrada” *Cruzeiro*.

Apesar de contar com uma obra de interesse em relação aos inúmeros aspectos que trata referentes ao Portugal do século XIX e também ao Brasil, este último com menos intensidade, Malheiro Dias é um escritor pouco citado em meio à crítica literária a que tivemos acesso.

Uma exceção é o crítico, biógrafo e ensaísta português João Bigotte Chorão, que, em seu livro *Carlos Malheiro Dias na ficção e na história* (1992), aborda mais detidamente a vida e a obra desse escritor. Segundo ele, era um escritor que se interessou pela “literatura de ideias”, aquela produzida pelos “ensaístas, os sociólogos, os antropólogos, os juristas, numa palavra, os escritores de ideias [...]” (Chorão, 1992:17). Conclui-se assim dessa afirmação que, sem dúvida, Malheiro Dias acompanhava os debates intelectuais de seu tempo, tanto que, em *A mulata*, o

escritor percorreu sobre temas que estavam borbulhando na sociedade brasileira do final do século XIX, além de exaltar a pátria portuguesa e relacioná-la à brasileira a todo tempo. Segundo Chorão:

Patriotismo, nacionalismo, ecumenismo, autonomia cultural na fidelidade às origens são temas caros ao espírito de Malheiro Dias. O que não cabia no seu espírito, amplo demais para aceitar o que fosse estreito, era um nacionalismo agressivo [...] que em nome de uma filosofia da inimizade ou de uma singularidade nativista, fechasse as fronteiras ao estrangeiro, ainda que esse estrangeiro tivesse a mesma raiz ou falasse o mesmo idioma [...] A esta luz se há-de entender a acção luso-brasileira de Carlos Malheiro Dias, o seu empenho em instituições e iniciativas que eram como uma ponte entre os dois países [...] Era sempre o mundo da língua portuguesa, uma como herança espiritual que o fascinava, na convicção de que as nações nascidas da mesma semente, e caminhando séculos lado a lado, haviam de partilhar, de certa maneira, um destino comum. (Chorão, 1992: 17-18)

É importante assinalar que Malheiro Dias defendia a ligação entre Brasil e Portugal (e em *A mulata* é possível perceber tal posição do autor), já que desmerecia a potencialidade do Brasil enquanto nação autônoma, enquanto país preparado para seguir a sua história com as próprias pernas, justamente por ser formado por uma sociedade mestiça. Também devemos manter no horizonte de nossa análise que Malheiro Dias se posicionou de forma contrária à União Ibérica, proposta anos mais tarde, conforme comentaremos com mais detalhe ao longo deste trabalho. Sendo assim, essas “fronteiras ao estrangeiro” às quais Chorão se refere dizem respeito às ideias de Malheiro Dias sobre o Brasil com relação a Portugal, e não sobre Portugal com relação à qualquer outra nação.

Chorão ainda se remete ao romance *A mulata*, a seu prefácio, em que Malheiro Dias faz “quase um manifesto ou quase um panfleto” exortando a mocidade brasileira para que “abandone o cepticismo e os amores malsãos que envenenam o sangue e debilitam a vontade” (Chorão, 1992:23). O autor prossegue defendendo que Malheiro Dias acreditava na função ética da literatura e, por esse motivo, condenou as vanguardas literárias.

Segundo Chorão, Malheiro Dias deixou o Brasil devido à grande hostilidade criada contra ele depois da publicação de *A mulata*, hipótese à qual retornaremos ao

longo desta pesquisa. Nas palavras desse biógrafo, *A mulata* foi um: “Romance desordenado, como a paixão mesma de Edmundo, o ‘filho do século’, e Honorina, a mulata do título, respira-se nele um perfume de ‘flores do mal’, há nele uma atmosfera decadente de boémia e morte” (Chorão, 1992:25).

O autor faz ainda uma comparação entre Malheiro Dias, Eça de Queirós e Camilo Castelo Branco:

A lição de Eça de Queirós, tão acusada na prosa de Carlos Malheiro Dias, a surpreendemos algumas vezes lá quando a ofegante narrativa se detém numa suave contemplação: “[...] Para os lados da Tijuca uma bruma leve, como um véu de noivado, escondia ainda os cumes do serros.” Um exemplo, um só, de prosa leve em livro pesado [...] Mas, se esta é a fisionomia queirosiana de Malheiro Dias – a fisionomia estética – , já a fisionomia ética é mais camiliana [...] O gosto ou o “instinto da História”, como lhe chama António Sardinha, que a obra de Camilo documenta, encontramos-lo ainda em Malheiro Dias [...] N’ *A mulata*, são figuras e episódios da República brasileira de que nos chegam alguns nomes e alguns ecos. (Chorão, 1992:23-27)

Realmente Malheiro Dias consegue se aproximar do grande mestre Eça de Queirós pela riqueza de detalhes de seus romances, mas, no caso específico de *A mulata*, ele se assemelha mais ao Camilo, afinal o destino de Honorina traz uma tragicidade que ultrapassa o presente da narrativa e afeta o futuro, simbolizado ali pelo Brasil independente e republicano. Segundo Chorão: “Poderia até falar-se de camilianismo de um escritor queirosiano, tanto a sensibilidade romântica de Malheiro Dias se aproxima de Camilo na consideração da mulher como um ser votado à desgraça, expiando pela dor o amor” (Chorão, 1992:26). Com relação à sua proximidade com Eça de Queirós, ele foi tido por muitos como aquele que herdaria o sucesso de Eça de Queirós, mas cedo abandonou as obras ficcionais, logo após a publicação de *A vencida* (1907). Segundo Chorão, ainda havia outro romance inédito, já anunciado, mas ainda no prelo, chamado *Amor de mulher*, impresso apenas postumamente em 1987, o que “nos leva a interrogarmo-nos sobre a [...] deserção de Carlos Malheiro Dias como autor de ficção.” (Chorão, 1992:38). No entanto, o autor prosseguiu a carreira como jornalista político e autor de crônicas, além de escritos históricos. Então, nas palavras de Chorão, “nascia o jornalista de combate que [...] não

esquecia a fidelidade à sua vocação de escritor inspirado em uma elevada consciência ética” (Chorão, 1992:46).

Dessa forma, como jornalista, Malheiro Dias prosseguiu sua vida de escritor e, ainda segundo Chorão, “as páginas jornalísticas de Carlos Malheiro Dias, além de sua qualidade literária, ultrapassam a circunstância porque o autor tem alguma coisa de historiador inspirado em uma filosofia”(Chorão, 1992:56). Além disso, por estar sempre muito envolvido com as questões de sua época e posicionar-se em relação a elas de acordo com as suas convicções, Malheiro Dias se tornava, segundo Chorão, naquele que, “sofrendo ele próprio na carne e no espírito os males que aponta, sugere os remédios que julga adequados a esses males” (Chorão, 1992:59). É o caso, ainda segundo Chorão, de *Exortação à mocidade* (1925), em que Malheiro Dias convoca a juventude brasileira a se voltar para as suas raízes e tradições, como a única forma de salvar aquela geração dos males que enfrentariam por conta da proclamação da república. O escritor toma então um ar de conselheiro, que segue as suas convicções para intervir nas frentes que julgava adequadas. Chorão julga que: “Quando combatia a República – melhor, o radicalismo da República jacobina –, não o fazia Carlos Malheiro Dias em nome de ideias monárquicas ou de nostalgias restauracionistas, mas em nome do patriotismo e da dignidade nacional” (Chorão, 1992:62).

Apesar de Chorão defender que Malheiro Dias não estava na defesa de “ideias monárquicas” e de “nostalgias restauracionistas”, ao se colocar abertamente contra a república, como o fez em *A mulata*, o autor se mostra não só antirrepublicano como nostálgico. Ele combate, sim, o que entende ser o radicalismo republicano, mas, ao mesmo tempo, anseia por uma restauração do que foi a pátria portuguesa no passado e, para defender essas ideias, critica, mesmo que de forma velada, o novo regime com tudo o que ela traz. Em *A mulata*, por exemplo, isso acontece no momento em que a narrativa, ao dar voz ao protagonista Edmundo, discorre acerca do velório do Marechal Deodoro da Fonseca, um dos responsáveis pela proclamação da república no Brasil:

E Edmundo pensou quanta maldição implacável cairia ainda sobre os restos gloriosos do grande morto, até que lhe dessem o descanso da câmara ardente, no cemitério... E todos esses clarins, todas essas fanfarras estrugidoras e triunfais, no seu berro metálico de lástima [...] não impediam que Deus, o único justiceiro, o único que pode

punir, ouvisse as maldições balbuciadas pelas mães, pelas viúvas, pelos órfãos... (Dias, 1975:265)

Já no início da narrativa, há um questionamento sobre o que seria do Brasil:

[...] abandonado a uma geração desequilibrada [...] A Inglaterra e a França julgaram-te mal, e tentaram amordaçar-te. A república Argentina está em armas, os limites de teu território estão por marcar... Há uma boca aberta em face do Amazonas... Prepara-te, que a fé seja sempre o seu estandarte quando se trate de redimir ou desafrontar ou defender a tua pátria. (Dias, 1975:41)

Ao falar dos países em que a república já se instaurara, como Inglaterra e França, ele critica abertamente esse sistema, e coloca esses países como inimigos do Brasil, como aqueles que querem “amordaçar” o país. Conclama o leitor do romance a defender a pátria. Ao utilizar o termo “defender”, já evidencia que o novo regime é colocado na narrativa como um elemento perturbador e ameaçador.

Malheiro Dias morreu no dia 19 de outubro de 1941, em Lisboa, e foi sepultado no dia seguinte no cemitério do Lumiar. Nesse momento, segundo Chorão, Júlio Dantas conclama que “nenhum dos romances de Malheiro Dias [...] é tão comovedor como o romance da sua própria vida” (Chorão, 1992:101). Ainda nos aponta que no dia 21 de outubro:

[...] em fundo do *Diário de notícias*, “O Último Grande Romântico”, escreve Augusto de Castro: “Quero compará-lo a alguém e só encontro dois nomes [...]: Oliveira Martins e Camilo. Descendeu dos dois. Tinha o fulgor dum; a emotividade transbordante e fatídica do outro”. (Chorão, 1992:101)

Chorão foi um estudioso da obra de Malheiro Dias e principalmente um grande admirador do escritor. As informações prestadas por ele acerca da obra e vida de Malheiro Dias são importantes para nós, que desejamos entender um pouco mais acerca desse escritor, mas, no entanto, é necessário olharmos para outras fontes, mesmo porque somente a visão apresentada por Chorão sobre Malheiro Dias não daria conta, claro está, do que estamos focalizando neste trabalho, ou seja, a

investigação de *A mulata* no âmbito de um determinado contexto em que estão em jogo posições raciais e políticas, sobre as quais toma partido o autor desse romance.

Como as fontes acerca de Carlos Malheiro Dias são bastante escassas, vamos nos reportar aqui aos documentos jornalísticos que discorrem acerca da atuação política e cultural desse escritor no Brasil entre 1919 e 1935. A fonte desses documentos foi a dissertação de mestrado intitulada *A mulata de Carlos Malheiro Dias: imagem e poder* (2002), de Susanne Maria Lima Castrillon.

Em 5 de julho de 1919, no Rio de Janeiro, *O País* escrevia:

Regressa hoje ao Rio o nosso eminente compatriota e grande escriptor Carlos Malheiro Dias [...] depois de ter recebido em seu e nosso país uma das mais altas provas de consideração – a Grã Cruz de Christo. A condecoração com que o governo quis galardoar os altos serviços prestados por Carlos Malheiro Dias á colônia e á pátria [...] Não se pode dizer que tenha sido galardoado por serviços políticos, mas sim e exclusivamente por serviços patrióticos [...] Enviamos ao illustre homem de letras, que tanto honra com o seu talento a nossa colônia [...]. (*apud* Castrillon, 2002:127)

Como se vê, mesmo depois de uma publicação como *A mulata*, que lhe rendeu grandes inimigos, Malheiro Dias ainda foi condecorado como aquele que “honrou” a colônia. Ao que tudo indica, havia um conjunto de intelectuais que o consideravam um importante escritor por ter prestado serviços “patrióticos” ao nosso país.

Em 12 de dezembro de 1921, no Rio de Janeiro, a *América Brasileira* escrevia:

A dor por que acaba de passar o illustre escriptor Carlos Malheiro Dias é dessas que exigem o silêncio como homenagem commovida [...] O eminente homem de letras perdeu, a seguir, um irmão, depois o pai e logo sua veneranda mãe [...] A veneranda progenitora de Malheiro Dias era brasileira. Pertencia a uma illustre família riograndense do sul, cuja sociedade se cobre assim de luto. (*apud* Castrillon, 2002:128)

O jornalismo foi então cobrindo os eventos que permeavam a vida do escritor, sempre em tom solene, reconhecendo nele uma figura de revelo no cenário intelectual brasileiro. Em 29 de janeiro de 1922, no Rio de Janeiro, em *A Pátria*, Malheiro Dias escreveu:

A nossa representação nas festas comemorativas da Independência do Brasil revestirá, assim, uma significação transcendental e nunca até hoje registrada na América. As relíquias de um passado comum, que integram o Brasil nas glórias da epopéia e nas honras históricas da civilização latina não representarão, ali expostas, na metrópole de uma nação livre e soberana, a memória da dependência ancestral, mas o preito da progenitora à filha emancipada. (*apud* Castrillon, 2002:130)

Na década de 1920, Malheiro Dias já não revela o mesmo tipo de crítica que tinha em sua juventude, tornando-se um leitor mais contido da realidade brasileira. Mantém, sim, sua militância pela valorização do passado e da tradição. Ao comentar as comemorações da independência do Brasil, não deixa de atrelar o Brasil à metrópole portuguesa de forma a amenizar o cultivo de qualquer ressentimento histórico.

Em 10 de julho de 1924, no Rio de Janeiro, o *Diário* publicou:

Carlos Malheiro Dias, um dos maiores espíritos da nossa terra, acaba de publicar a conferência, que acontecimentos imprevistos o impediram de realizar na sala dos Capelos da Universidade de Coimbra, a convite da Faculdade de Letras. Intitula-se “Exortação à mocidade” e, por entre a mais sã e primorosa literatura, toda ela tende a levantar bem alto a geração que nos segue, incutindo-lhe “não uma fé ascética e contemplativa, mas militante, contra o sectarismo e em prol da unidade de acção e da unidade patriótica”. (*apud* Castrillon, 2002:132)

Conforme as palavras do periódico, Malheiro Dias conclama¹ os jovens a buscar uma fé que contemple o passado e se volte para ele em busca da tradição, para evitar dessa forma o “sectarismo”, sem considerar, no entanto, que ele mesmo foi bastante radical ao desmerecer as novas ideias que se espalhavam pelo Brasil, por Portugal e por todo o mundo no século XIX e início do século XX. Ainda devemos considerar que, em 1922, o movimento modernista se consolidara e se expandia, dando novas formas à literatura e às artes em geral. Estaria, então, um tanto fora do tom concluir,

¹ Assim que a conferência foi anunciada, segundo Chorão, “imediatamente uma folha radical de Coimbra a denunciou como uma provocação, ameaçando, decerto em nome da liberdade de expressão, com desacatos se ela se realizasse” (Chorão, 1992:64). E, assim, a Universidade cancelou a conferência em que seria proferida a *Exortação à mocidade*.

naquela altura, os jovens a se voltarem ao passado, quando a tendência era a projeção para o futuro, em busca do novo.

Em 21 de março de 1924, no Rio de Janeiro, *A Noite* publica: “chegou hoje da Europa o Sr. Carlos Malheiro Dias. O illustre romancista portuguez teve uma recepção muito concorrida, vendo-se numerosos homens de letras, jornalistas [...]” (*apud* Castrillon, 2002:133). Ao que tudo indica, mesmo na contramão do que ocorria de mais atual no campo artístico e político de então, o escritor continuava sendo muito benquisto em alguns meios no Brasil, sobretudo naqueles mais ligados à tradição portuguesa.

Em 20 de abril de 1927, no Rio de Janeiro, *A Pátria* publicou:

O ‘Diário de Notícias’, a propósito do próximo regresso do grande escriptor, Sr. Carlos Malheiro Dias, ao Brasil, publicou o seguinte artigo [...] Carlos Malheiro Dias regressa ao Brasil no próximo dia 5. Esta simples notícia [...] é uma notícia que inspira um artigo que merece algumas considerações, algumas palavras de justiça [...] Poucos homens há em Portugal que tenham sabido ser portugueses, como Malheiro Dias. O espírito nacionalista domina toda a sua obra [...]. (*apud* Castrillon, 2002:138)

Acima se evidencia mais uma vez a consideração que, por Malheiro Dias, havia em determinados setores do jornalismo brasileiro.

Em 21 de dezembro de 1927, na Bahia, um jornal também intitulado *A Pátria* publicou, reproduzindo as palavras do próprio Malheiro Dias acerca das relações literárias entre Brasil e Portugal:

É um erro pretender que a literatura portuguesa continue a ter no Brasil a influência e o domínio que teve há quarenta, há sessenta, há oitenta annos. Hoje, os brasileiros, se continuam a ler-nos, é sobretudo por curiosidade lingüística. Mas o Brasil criou já uma literatura própria, conforme com as suas necessidades e características – e, nisto como em muitas coisas, pode já, afoitamente, lançar o grito de independência, tanto da nossa literatura como das outras [...] Depois, há um fato que nos vem separando, não só do Brasil, mas do mundo: é o eterno melodrama nacional [...] é necessário ter fé, muita fé, e acabar de vez com o melodrama nacional [...]. (*apud* Castrillon, 2002:140)

Ao contrário do que afirmou em *A mulata*, Malheiro Dias assume de vez que enxerga o Brasil enquanto nação independente que possui sua própria literatura. Sem dúvida, os anos fizeram com que a experiência ponderasse em Malheiro Dias as suas opiniões, pois, afinal, era um jovem de 21 anos quando escreveu aquele romance. Nesse sentido, quando um crítico como Chorão assinala que o romancista era patriota e buscava a dignidade nacional, considera principalmente esse Malheiro Dias mais maduro e realista em relação às mudanças pelas quais o mundo passava.

Em 29 de outubro de 1934, no Rio de Janeiro, *O Globo* publicou uma matéria intitulada *Pioneiros da civilização e do catholicismo – Como o escriptor C. Malheiro Dias aprecia a obra colonizadora dos portugueses*, em que Malheiro Dias saúda o cardeal D. Sebastião, arcebispo do Rio de Janeiro: “Sois o chefe actual dessa egreja que tão proeminentemente cooperou na fundação da pátria e durante séculos a tornou instrumento e agente da propagação do christianismo no mundo, della fez uma nação missionária de Christo” (*apud* Castrillon, 2002:158). Esse elogio ao papel da Igreja na colonização do brasileiro certamente lhe angariava a simpatia de toda a comunidade católica nacional, que nessa altura era franca maioria.

Em 12 de janeiro de 1935, no Rio de Janeiro, a *Revista da Semana* publica:

Carlos Malheiro Dias representa uma das mais deslumbradoras glórias da Literatura do Portugal dos nossos dias. Seu nome é uma afirmação do esplendor mental da raça latina [...] A personalidade de Carlos Malheiro Dias não é hoje, porém, uma propriedade de portugueses. É nossa também. É nossa porque foi sob o nosso céu que elle creou uma parcela gigantesca do seu monumento de luz [...]. (*apud* Castrillon, 2002:159)

De fato, Malheiro Dias foi reconhecido no início do século XX como um escritor exemplar que, segundo a imprensa da época, contribuiu para dar vigor à literatura que então se produzia. É notável, no entanto, que ninguém mais se lembre de *A mulata* atualmente.

Em 28 de março de 1935, no Rio de Janeiro, a *Revista da Academia Brasileira de Letras* publica o seguinte texto sobre a posse de Carlos Malheiro Dias como embaixador de Portugal na Espanha:

Em todos os centros de cultura histórica e literária do nosso país deve ser festivamente saudado, nesta hora, o novo Embaixador de Portugal na Espanha – Carlos Malheiro Dias –, rara personificação de inteligência de sensibilidade [...] Certos escritores de tão alto valor, mesmo sem as investiduras diplomáticas das chancelarias, aparecem como embaixadores de uma grande potência – o espírito –, verdadeiros emissários da soberania mental [...] Ele compreendeu a necessária individuação de povos da mesma raça e da mesma língua na sua órbita; ele fez do lusitanismo e da brasilidade, irmanados, mas inconfundíveis, signos constantes de ação fraternal [...]. (*apud* Castrillon, 2002:162-163)

Quando a própria *Revista da Academia Brasileira de Letras* considera Malheiro Dias um dos “emissários da soberania mental”, evidencia-se, ao menos no âmbito institucional, o reconhecimento nacional da importância desse escritor no contexto brasileiro, sobretudo no que se refere à sua forma de lidar com a relação entre Brasil e Portugal, no sentido de valorizar um vínculo histórico e cultural em detrimento da visão daqueles que viam na independência brasileira uma rejeição absoluta do passado colonial.

Quando de sua morte, também se evidenciou na imprensa brasileira a influência de Carlos Malheiro Dias. Vale citar dois casos, que são exemplares do tom geral de como essa notícia foi recebida no Brasil e em Portugal.

Em 21 de outubro de 1941, no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* publica:

A morte de Carlos Malheiro Dias não afeta apenas as letras portuguesas; enche de pesar profunda as brasileiras [...]. Agora, pesa sobre as letras de ambos os países – o sofrer pelo desaparecimento de tão excelente homem de letras e de tão eminente cidadão. (*apud* Castrillon, 2002:170)

Neste mesmo dia, em São Paulo, *A Gazeta* publica:

Faleceu às 19 horas de ontem, o notável escritor, romancista e dramaturgo Carlos Malheiro Dias, que viveu por muitos anos no Brasil [...] Cercado de sua família, que compreende D. Luiza Malheiro Dias, filha, e o engenheiro Guedes Campos, genro, o conhecido homem de letras expirou serenamente, sem agonia prolongada, tendo dito como últimas palavras as seguintes: “Deixem-me descansar, agora quero dormir”. (*apud* Castrillon, 2002:172)

Outros periódicos deram a notícia com o mesmo tom de pesar, como a *Voz de Portugal*, do Rio de Janeiro, que cobriu a homenagem promovida pelo Liceu Literário Português “Á Memória de Carlos Malheiro Dias – Brilhante a sessão de homenagem promovida pelo Liceu Literário Português” (*apud* Castrillon, 2002:177). De modo parecido, *O Jornal*, que publicou no Rio de Janeiro em 23/10/1941: “Perdeu a colônia um dos mais ardentes e apaixonados defensores do nosso idioma e do intercambio da Cultura Luso-Brasileira, cujos benéficos resultados estamos verificando em cada dia” (*apud* Castrillon, 2002:180).

Em 1975, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Comércio* faz a cobertura do centenário de nascimento de Carlos Malheiro Dias nestes termos: “Está sendo comemorado, neste ano, no Brasil e em Portugal, o centenário do escritor Malheiro Dias, que foi sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa e sócio-correspondente da Academia Brasileira de Letras” (*apud* Castrillon, 2002:165). Assim, demonstra-se que sua memória permaneceu no meio intelectual brasileiro, ainda que muito se tenha arrefecido ao longo do tempo.

Uma fonte de informação privilegiada

Uma de nossas fontes de informação sobre o autor de *A mulata* é sua bisneta por parte de pai, Ana Campos Guedes.² Reproduzo aqui as palavras dela, a partir de

²Em determinado momento desta pesquisa, a supracitada bisneta de Carlos Malheiro Dias, Ana Campos Guedes, procurou-me para pedir que o nome de seu avô fosse corrigido em um verbete de minha autoria, escrito há alguns anos. Na ocasião, ainda existia alguma dúvida com relação ao nome do autor, que ora aparecia como Malheiros, com s no final, ora como Malheiro. Quando ela me contatou, o engano já havia sido desfeito junto ao Real Gabinete Português de Leitura, instituição que publicou o verbete em questão. Com esse contato, passamos a nos comunicar, e solicitei que ela respondesse a um pequeno questionário referente ao seu bisavô. Ela, muito solícita, aceitou-o, e, assim, passou-me algumas interessantes informações acerca de Carlos Malheiro Dias.

troca de e-mails ocorrida entre novembro e dezembro de 2015. Tomei, no entanto, a liberdade de organizar trechos de tal correspondência na forma de um texto contínuo:

O meu bisavô era filho de português e de uma brasileira, eles também monarquistas.

O meu bisavô casou com uma nobre, minhota de Vizela, que se chamava Luísa Adelaide Maria Josefina de Sousa Ribeiro e Abreu Sisas Lindoso e Bourbon Malheiro Dias, com a qual teve 3 filhos, uma delas a minha avó, Maria Luísa. Sei que se dá um divórcio, o primeiro em Portugal.

O que consta na família é que desde mais ou menos os 15 anos, ele começa a ir ao Brasil onde passa "temporadas", entre meses a anos, sendo que, em Portugal, escreve *Amulata*, tendo, então, 19 anos. Devido à grande ligação com o rei D. Carlos, de quem era amigo íntimo, vai ao Brasil, onde funda a revista *O Cruzeiro*.

Devido à repercussão desse romance (*A mulata*), muito explícito para a época, acaba por voltar a Portugal.

Em, mais ou menos, 1931 é o presidente do 1º Congresso dos Portugueses do Brasil, onde se passa, a partir daí, a comemorar, todos os anos, o Dia de Portugal.

Os Portugueses, que estavam no Brasil, constroem-lhe uma vivenda, na chamada Av. do Brasil, em Lisboa, casa esta onde acaba por morrer e que tinha uma placa onde constava: "A Carlos Malheiro Dias dos Portugueses do Brasil".

No final da vida, estava no Brasil e volta para ser empossado como embaixador de Portugal em Madrid, entretanto adoece e morre, nunca chegando a assumir esse cargo.

Era um homem de trato fácil, monarquista convicto e extremamente ligado ao Brasil, assim como ao rei D. Carlos. Quando ocorre o regicídio, volta ao Brasil, onde permanece por vários anos. Liga-se ao Real Gabinete de Leitura e é o Coordenador da Obra *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, onde prova que o Brasil não tinha sido descoberto por acaso.

Foi historiador, romancista, deputado, monarquista e diplomata. Poder-se-á dizer que seria um monarquista de cunho parlamentar, apesar de isto não constar na história.

Quando houve a queda da monarquia, esta ocorreu com um facto que se chamou regicídio. Foi um acto brutal a uma família, que apesar de monarquista, era muito ligada ao povo. O rei D. Carlos era um cientista, oceanógrafo (fundou o 1º aquário nacional – que ainda existe), investigador e naturalista. O seu assassinato não foi único: seu filho de 18 anos, que o acompanhava e era o primogénito, foi igualmente morto. Carlos Malheiro Dias era um humanista, apesar de extremamente racional e intimamente ligado e amigo do rei. Quando soube dos assassinatos, depôs as armas, como se costuma dizer, e deixou o cargo de deputado. Foi sua forma de repúdio pela maneira sangrenta do início da nossa República.

Ele achava que as mudanças se deveriam dar pela ação da palavra, do racional e que o povo deveria se tornar letrado, mas costumava dizer que isso era difícil, pois esse mesmo povo podia ser instigado e

jogado em várias direções, segundo os ventos, e gostava que "outros" pensassem por ele. Era por isso um elitista, mas não um fascista.

Lutou para que a verdade fosse mostrada e conhecida, daí ter começado a pesquisar sobre o descobrimento do Brasil, que na época era sempre contado como por acaso. A sua monumental obra em três volumes, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, é a prova máxima disso.

Essas declarações feitas pela bisneta de Carlos Malheiro Dias foram importantes porque reforçaram um juízo que tínhamos com relação à saída repentina do escritor do Brasil depois da publicação de *A mulata*, e também elucidaram os motivos de ele ter deixado o cargo de deputado em Portugal após a instauração da república naquele país.

No primeiro caso, já havíamos levantado a hipótese de que ele realmente deixou o Brasil depois de publicar *A mulata* por conta da não aceitação desse romance no meio letrado brasileiro e do frenesi que o texto causou entre os intelectuais da época. Após as informações prestadas pela bisneta de Malheiro Dias, podemos com mais firmeza afirmar que ele deixou o país de fato por conta dessa publicação e talvez até tenha se arrependido de ter feito uma representação tão negativa da mestiçagem presente no Brasil novecentista, visto que ele próprio não voltaria a citar esse livro em seus escritos. É interessante notar que a bisneta de Malheiro Dias afirma que ele escreveu esse livro enquanto estava em Portugal e, logo depois da sua publicação no Brasil, retornou a Portugal. Provavelmente então ele esteve no Brasil nessa época apenas no lapso de tempo de publicar o romance.

Com relação à implantação da república em Portugal, ainda tínhamos dúvidas se ele havia deixado o cargo de deputado exclusivamente pelo fato de ser ferrenhamente monarquista e contra o sistema republicano. Essa hipótese era duvidosa porque, ao que parecia, Malheiro Dias, apesar de monarquista, preocupava-se antes com o que seria mais conveniente para Portugal e para o povo português naquele momento, do que com suas convicções políticas, o que de fato foi confirmado pela bisneta do escritor. No entanto, como acima referido, segundo sua bisneta: “Ele achava que as mudanças se deveriam dar pela ação da palavra, do racional e que o povo deveria se tornar letrado, mas costumava dizer que isso era difícil, pois esse mesmo povo podia ser instigado e jogado em várias direções, segundo os ventos”.

Com relação a ele ter deixado o cargo de deputado, isso se deu, segundo a bisneta dele, não apenas pela implantação da república, mas sim como forma de repúdio ao regicídio: “Quando soube dos assassinatos, depôs as armas, como se costuma dizer e deixou o cargo de deputado. Foi sua forma de repúdio pela maneira sangrenta do início da nossa República”.

Então, com essas informações que obtivemos de um membro da família de Carlos Malheiro Dias, ficou mais claro para nós alguns posicionamentos do autor, o que foi relevante para este trabalho, visto que, por ter sido esse autor pouco estudado, era importante que cuidássemos para que não reafirmássemos simplesmente o mesmo que disseram os poucos comentadores de suas obras.

Também já se tornou claro que os comentadores de Malheiro Dias foram tendendo a deixar de citar o seu romance *A mulata*, e o próprio escritor, ao longo do tempo, passou a distanciar-se da posição tão preconceituosa com relação à sociedade brasileira e sua constituição mestiça, a qual manifestara naquele romance.

Quando às declarações da bisneta do autor, Ana Campos Guedes, entendemos que sua relação com Malheiro Dias é essencialmente familiar e afetiva, e que, por isso mesmo, torna-se necessário ponderar algumas de suas afirmações. Quando nota que o escritor “achava que as mudanças se deveriam dar pela ação da palavra, do racional”, e que o povo gostava que pensassem por ele, o que faria de Malheiro Dias um elitista, mas não um fascista necessariamente como se poderia julgar, somos, por outro lado, obrigados a lembrar que foi com argumentos racionais – e, no entanto, falaciosos – que os negros foram “cientificamente” considerados inferiores aos brancos, o que fundamentou o julgamento extremamente negativo do escritor em relação à mestiçagem. É ainda importante notar que, ainda que o escritor não fosse fascista, o elitismo é algo que pode alimentar o fascismo, sobretudo no contexto em que Malheiro Dias viveu.

Sobre o enredo

Faremos a seguir uma descrição do romance e de seus personagens, tendo em vista ser pouco conhecido do leitor contemporâneo e, sobretudo, com o intuito de facilitar o entendimento da análise da motivação das ações atribuídas aos

protagonistas do romance, e também para que possamos, posteriormente, analisar como o autor escolheu determinadas formas narrativas com a finalidade de enaltecer o que elegeu como primordial nessa obra.

A narrativa se ambienta no Rio de Janeiro, no ano de 1892, e tem dois protagonistas: Edmundo, um jovem brasileiro, descendente de portugueses, e Honorina, uma prostituta. Os personagens secundários são D. Maria, a dona da pensão em que Edmundo morava; Julião, o médico que tenta ajudar Edmundo a recobrar a saúde; Emílio, um amigo que Edmundo conhecera na rua, ao acaso; Emília, uma prostituta que fora amante de Honorina; além de outros menos relevantes.

A ação romanesca se passa em apenas cinco meses. Logo no início da obra, há um aviso aos jovens de 20 anos:

Nunca te esqueças, oh moço que por ventura me leres, de que tu amanhã serás a pátria, que a tua alma vai ser daqui a anos a alma da tua pátria[...] Pensai um pouco o que será da pátria entregue aos vossos braços de positivistas e de materiais [...] O que será então do Brasil, abandonado a uma geração desequilibrada, com uma literatura perversa e mentecapta, sem arte, sem tradições, sem aspirações [...].(Dias, 1975: 40)

Edmundo tem um destino trágico que simboliza o destino de toda a nação brasileira, segundo a perspectiva que se anuncia no romance. Os acontecimentos na sua vida o levam ao desespero, à falência social e, posteriormente, à morte. Ele é tomado pelo pessimismo e sua voz se torna a personificação da decadência anunciada no romance.

Honorina é a mulata à qual o título do romance se refere. Ela é caracterizada como maligna e contribui para o destino triste de Edmundo. Ambos começam um romance que vai ficando sério. Ela menospreza o seu amante e mantém relações sexuais com outros homens e também com uma amiga. Edmundo paga todas as suas contas, mas, mesmo assim, ela continua a se prostituir. Edmundo, por sua vez, se afasta dos amigos e de todos que o prezavam. Deixa inclusive de trabalhar de modo zeloso, como era seu hábito fazer.

Perdendo cada vez mais suas referências de jovem classe média, com os sentimentos confusos, Edmundo vai deixando sua vida de lado para viver a de

Honorina. Perde o emprego que tinha em um jornal e passa a pedir dinheiro emprestado para pagar as dívidas e os caprichos da amante. Em poucas semanas, já está mal falado e perde a confiança de seus colegas, com exceção de Dona Maria, que cuida do moço e de suas coisas, sem cobrar-lhe os meses atrasados da pensão. Edmundo também tinha a mãe que morava em uma cidade distante, mas, depois de iniciar o romance com Honorina, nunca mais escreve uma carta para dizer a sua família como estava e sente culpa por isso. A vida do jovem vai perdendo o sentido. Apaixonara-se perdidamente por Honorina e ela, por sua vez, sentia raiva do amante e nunca o amara, a não ser no primeiro instante em que se encontraram, quando ele ainda não nutria nenhum sentimento por ela.

Honorina tinha um secreto prazer em se prostituir. Na sua humilhação havia o trato vingativo de abater, ainda que por segundos, o predomínio do homem. Ora Edmundo caíra nas mãos dessa mulher, apaixonado, humilde, passivo. Não era isso que ela precisava. Habitudara-se a pancadas, não ia direito a beijos. Edmundo não a compreendia, persistindo na sua paixão, na sua humildade, na sua passividade sentimental[...]. (Dias, 1975: 358)

Edmundo, que já possuía uma saúde fragilizada, vai adoecendo e passa a desejar a morte. Torna-se um homem hostil com a vida e com tudo que não fosse pensamentos negativos. Afasta-se temporariamente de Honorina para tentar salvar o resto de amor-próprio que lhe restava, mas logo se vê novamente nos braços da amante:

À noite voltava ao hotel, a agachar-se aos pés da amante. Um aborrecimento persistente, ideias de impaciência e escrúpulos, uma estranha susceptibilidade, o prazer inconcebível da solidão, tornavam insondável, profunda a sua dor[...] Lamentava-se, tinha medo de tudo, desejava amorosamente a morte, o descanso, preso de angústias, de ansiedades, oprimido, inquieto[...] A tísica ia galopando pulmões a dentro. A febre ética afilava-lhe aos pouco o nariz, salientando-lhe as maçãs do rosto, de um rosa arroxado na palidez da face. (Dias, 1975: 375)

Depois de tanto padecer, Edmundo adoece e fica acamado por algum tempo. Durante essa temporada em que se afasta, Honorina vai embora para se encontrar com outro amante em Juiz de Fora. Edmundo já havia encontrado uma carta desse amante na gaveta da moça. Nessa carta, tal homem agradecia as noites gratuitas de amor que ela lhe dera e a convidava para ir morar com ele.

Antes de Edmundo ficar no leito de morte, Emílio o advertira dos perigos que o sondavam com relação às dívidas e a sua reputação junto aos moradores da cidade. No entanto, Edmundo simplesmente já não tinha espírito para ouvi-lo e seguir seus bons conselhos. Acabou morrendo na casa de Dona Maria:

Levaram-no para a cama, onde passou a noite delirando, soltando frases desvairadas, rindo, chorando, agitado, pedindo a uma visão desconhecida que o largasse, que o largasse... Já o olhar era cova do olhar e mais nada. A luz morria ali, num crepúsculo sereno, e já só havia sombras... Toda a carcaça batia a pele, o esqueleto tinha pressa em ver-se livre da carne... Sentia pela garganta abaixo um braço que lhe arrancava do peito qualquer coisa[...] Às oito e um quarto começava a agonia[...] Emílio subia as escadas, quando encontrou a criada, descendo, a cara escondida no avental, soluçando[...] Emílio debruçou-se sobre esse ralo último de vida que se parte e baixinho chamou – Edmundo – Já não o pôde ouvir – Meu Deus, meu Deus, morreu sem ter visto ao seu lado um só amigo. (Dias, 1975:429-431)

É importante considerarmos que o narrador concebe o protagonista de acordo com as ideias da época acerca das características endêmicas de uma nova geração. Durante a narração, há reflexões que defendem a ideia da geração nevrotada e desequilibrada que se instaurara no Brasil: “O nervosismo e a histeria cresceram na revolução, numa atmosfera de sangue [...] As perturbações mentais trouxeram a anemia do cérebro, e daí [...] a geração desequilibrada” (Dias, 1975:59). O protagonista é caracterizado como aquele que dá as costas ao passado de glórias literárias e culturais dos seus ascendentes portugueses e se joga em uma relação momentânea e irracional com a prostituta Honorina e, por conta disso, terá um fim trágico, uma vez que, segundo o escritor: “Para se firmar todo o divinal da arte é preciso perder o olhar no passado, sim... É de lá que vem o exemplo, a luz, o irradiamento” (Dias, 1975:47).

Ao apresentarmos mais pormenorizadamente a constituição de cada personagem e a relação entre eles, ficará mais claro não só a diegese do romance, mas também algumas de suas implicações.

Constituição dos personagens

Os personagens secundários não são caracterizados diretamente pela narrativa. Os seus traços vão sendo delineados no decorrer do romance. Eles são apresentados através de fatos em que estão envolvidos, pensamentos que possuem e diálogos de que participam. Com relação a Edmundo e Honorina, o narrador os caracteriza física e psicologicamente.

Edmundo

Edmundo é apresentado ao leitor através de suas reflexões sobre a arte, a poesia, a política e o mundo. O livro se inicia com o pensamento do narrador, intercalado com o pensamento desse jovem de 22 anos acerca da literatura e da geração de sua época. O narrador, como vimos, afirma: “Nunca te esqueças, oh moço que por ventura me leres, de que tu amanhã serás a pátria, que a tua alma vai ser daqui a anos a alma da tua pátria, e para a encaminhares na estrada do triunfo precisa para isso de ter fé, de ter esperança, de ter crenças...”(Dias,1975:39). Desse modo, o narrador, ao apresentar um Edmundo sem fé, sem esperança, doentio e sem expectativa de futuro, personifica nele exatamente o avesso daquilo que ele entende como sendo as qualidades necessárias para um indivíduo representar a alma de sua pátria.

Logo no início do romance, ele já se encontrava doente e com febre. É um rapaz fisicamente frágil e bastante inconformado com relação à situação do país: “Com o peito arruinado pela tuberculose – ainda a herança do sangue – abra os olhos para o mundo com essa melancolia idealizante e pujante dos tísicos...” (Dias,1975:101).

Caracteriza-o como fruto de uma geração que viveu a guerra do Rio Grande.

Edmundo vinha dessa geração que cantara os versos de Musset e Lamartine, dessa geração nascida e criada na guerra de 1839, e tinha que fatalmente ser assim. O nervosismo e a histeria cresceram na revolução, numa atmosfera de sangue[...] e após haverem desfeito no céu os nevoeiros da arcabuzaria, os homens esconderam a face arrepiada no regaço das mulheres e amaram. As perturbações mentais trouxeram a anemia do cérebro, e daí a geração que surgia desses casais nevrotados e sentimentais, a geração desequilibrada – toda e fatal consequência da degenerescência. Edmundo tinha assim seus vinte e dois anos. [...]este era o resultado da regência fatídica do padre Feijó. Seus pais tinham estremecido ao bombardeio de Laguna [...]. (Dias, 1975:59-60)

O bombardeio de Laguna, ao qual a narrativa nos remete, ocorreu em meio a uma batalha da Guerra do Paraguai, em que uma coluna brasileira recebeu a incumbência de penetrar no território do Mato Grosso, o qual havia sido invadido e estava sob o controle do Paraguai. “Em maio de 1867, 1680 homens partiram do Rio de Janeiro em direção a Coxim, no Mato Grosso. Cansados e vitimados pela fome e pelas enchentes, entraram em Laguna no Paraguai. Ali, foram atacados por inimigos e tiveram que se retirar” (Bueno, 2002:215). Nesse ponto, fica claro que Edmundo é brasileiro, mas descendente de portugueses. Esse dado será reforçado no diálogo com D. Maria, transcrito mais adiante.

Há ainda uma alusão de que outro fator que contribuiu para a formação do temperamento do protagonista tenha sido a religião:

[...] vida de um colégio de jesuítas, esses tempos nostálgicos de colégios de frades, passado entre missas, novenas e aulas, acabara de compor o seu pobre temperamento, já de per si preparado pela nevrose, numa passividade assustadora [...] A religião, que não pudera ganhar a si aquele espírito, conquistara porém aquela alma, onde morava a mania de adoração [...] esse vício de contemplação, de êxtase [...] Tinha tudo o que era preciso para ser uma boa criatura, sublinhado por tudo o que faz desnortear um homem. (Dias, 1975:100-101)

Nessa passagem, há uma crítica à educação religiosa, que não foi capaz de formar homens fortes o suficiente para comporem uma verdadeira pátria. Edmundo tornou-se desequilibrado, incapaz de dar conta da sua vida e, conseqüentemente, de

contribuir para o progresso da nação, como o narrador deixa claro que é o que Edmundo deveria fazer. Dessa religião, ganhou apenas o “vício da contemplação”, a “mania de adoração”, que contribuíram para a ruína de sua vida.

A relação entre Malheiro Dias e Eça de Queirós se revela aqui bastante evidente, já que o autor de *O crime do padre Amaro* condenava as religiões não da perspectiva metafísica ou dogmática, mas da perspectiva de suas práticas, que considerava retrógradas e inúteis, sobretudo no que concerne à educação, como também faz aqui o autor de *A mulata*.

Edmundo sentia grande desilusão com a geração que se apresentava no mundo das letras e das artes, e isso contribuiu para a formação de seu caráter depressivo:

Fabricar arte como fabricar ouro é uma utopia...[...] E ficava com as suas ideias, enfronhado no seu desprezo por aquela geração que vinha surgindo, larvada, com o cérebro em decomposição, sem forças e sem alma, rebentando para a emoção com alucinações doidas e disformes. (Dias, 1975:48)

Os traços psicológicos de Edmundo vão sendo delineados pela narrativa de forma a demonstrar toda a fragilidade de um jovem de 20 anos em um mundo como aquele:

Edmundo, pensando assim, tinha um instintivo horror e medo ao mundo. Largado da família e por isso arredado dela pelos laços afectivos que ainda o poderiam ter preso à sociedade, criara-se em doutrinas todas eivadas em livros de filosofia e psicologia [...] comovido pela misericórdia e piedade de suas teorias, que tudo explicam, que tudo lamentam. (Dias, 1975:53)

Era um personagem que sofria por não encontrar um lugar adequado naquela sociedade. Chegou a escrever um livro que fez sucesso: “Imberbe na sua maioridade de pouco dias, com um parecer de criança doentia e triste, ele já se fizera um nome com um livro de versos atirado ao público [...]” (Dias, 1975:62). Teve, no entanto, dificuldade para se colocar profissionalmente, também por conta da sua saúde debilitada:

E era agora, quando menos esperava, quando se sentia doente, que uma carta o convidava a aceitar um lugar de redactor literário num jornal de elevada importância[...] Agora que pensava em ir rever a mãe [...] Deveria partir ou ficar sofrendo aquela alternância de sorte? Decidiu enfim que aceitaria aqueles 400 mil réis que lhe ofereceriam por mês, com um laivo de medo a aconselhá-lo intimamente que se fosse dali [...] que partisse para a beira da mãe [...] no acalento daquele amor de que toda a sua alma andava precisando. (Dias, 1975:62-63)

A indecisão de Edmundo faz com que ele escolha sempre o que é pior para ele próprio. É constituído como um personagem que, apesar de erudito, não consegue fazer escolhas saudáveis para a sua própria vida e vai, dessa forma, definhando cada vez mais.

Fraco e doente, tinha sempre consigo o tremendo desespero dos que sofrem sem remédio, e bem no íntimo Edmundo tinha a convicção profunda de que todos, mascarados em hipocrisia ou couraçados de cinismo, todos sofriam, todos tinham sofrido... [...] Agora, sozinho [...] ficava longos minutos a pensar naquela sua vida desnorteada e sem esperanças, enquanto pintava com o pincel do vidro de iodo [...] o eterno pensamento que o minava: 'Que será de mim amanhã?'. (Dias, 1975:68-69)

Vivendo dessa forma, sem esperança alguma no futuro, em uma sociedade perdida, Edmundo caminha para a morte e todas as suas escolhas encurtam o caminho de sua vida. Ele é um jovem fraco, sem esperança, doente e vive em um meio que o deprime mais ainda.

Honorina

Honorina é a mulata protagonista do romance:

Ela não era bonita! Uma beleza vulgar de soldado, dessas que podem levar um cadete a matar a pranchadas um clarim de regimento[...] Não era só morena, como pensara, tinha o sangue mau da raça negra, mas parecia ter um cabelo admirável, fino como seda, liso, basto e castanho. Os dentes eram brancos, iguais, mas chatos como

os de uma gata. O rosto tinha sardas[...] Os lábios eram vermelhos como flores de álcea, e o nariz [...] abria de continuo umas ventas de animalejo feroz. Tinha nos gestos o abandono e a preguiça da crioula. Era indolente até no falar. (Dias, 1975:120)

A descrição de Honorina inicia-se fisicamente e já aponta traços de características psicológicas. “Não era só morena [...]tinha o sangue mau da raça negra”. Nessa descrição, o narrador, além de se posicionar acerca da questão racial que propõe no romance, vincula traços físicos e psicológicos. Também ao apontar nos “gestos” o “abandono” e a “preguiça da crioula”, define o que pensava sobre os afrodescendentes. O físico é, de acordo com a narrativa, determinante e indissolúvel dos outros traços da personagem:

Honorina, sem ser bonita, apesar de todos os seus defeitos, demorando-se uma pessoa a olhar para ela, sentia-se atraída pelo mistério daquela vista negra, a revoltante languidez de todos os seus gestos, o nervoso franzir dos seus beijos de cravelina, mostrando duas carreiras de dentes brancos, uma dentição de fera recém-nascida. Havia qualquer coisa de diabólico nessa face morena.(Dias, 1975:217)

A caracterização de Honorina era a de que trazia algo “diabólico”, com uma “face morena”. Ela, dessa forma, perturbava toda a ordem a que pertencia. Esse personagem foi construído dentro da narrativa como alguém que inquieta a todos, porque despreza os padrões sociais e morais (e, mesmo assim, mantém o jovem enamorado aos seus pés). Além disso, o seu nome vem de “honra”, representando ela a própria desonra.

Outras descrições de Honorina vão sendo delineadas, muitas vezes em comparação com animais venenosos: “Desde as clavículas, a carne serpeia [...] delgado como uma cascavel de três anos... (Dias, 1975:98). Em outro momento, Edmundo, antes de iniciar o namoro com a moça, imagina-se “atirado sobre aquele corpo ardente e que se estorcia como um escorpião [...] Nos beijos sentia os lábios dela, colados como uma sanguessuga [...] terrível como uma víbora, indômita como um condor...” (Dias, 1975:122-123)

As descrições não param por aí: “Honorina tinha um ar selvagem, uns dentes de felino e uma desenvoltura lassa de serpente [...] A sua voz séria e doce parecia arrastar um paciente ao suplício” (Dias, 1975:142). Mais adiante, prossegue:

A cor da pele, quente e macia, da cor fulva do bronze e dos felinos, os cabelos sedosos e negros como um abismo, os olhos ensopados num fluído que arrastava, os seus modos de bacante lânguida, as suas ventas de gata brava, a boca vermelha, tinta de sangue de tantos corações trincados nos seus dentes, tudo nela participava desse poder magnético das cobras, que atraem os pássaros [...].(Dias, 1975:176)

Seguindo o romance, aparecem características sociais da moça: “Tudo nela acusava a mulher vulgar que nasceu na roça pelos subúrbios” (Dias, 1975:121).

A narração a coloca em um lugar periférico, do qual era perigoso até se aproximar. É o local na narrativa em que ocorrem as traições, a prostituição, a falta de amor-próprio. Seria o próprio submundo do Rio de Janeiro, e Honorina compõe esse ambiente e personifica as características ali presentes. É sistematicamente desumanizada, a partir de comparações com toda sorte de animais.

Os seus sentimentos com relação a Edmundo são egoístas, pois ela sente prazer em vê-lo sofrer: “Às vezes tinha dó dessa dor crescida à sua sombra, mas o instinto de gata obrigava-a a gozar a tortura dessa alma entre as suas mãos terríveis... Comprazia-se em vê-lo padecer por sua causa [...]” (Dias, 1975:154).

Os relacionamentos de Honorina com os outros personagens do romance são fundamentais para entendermos a profundidade e o alcance pretendido com essa representação. Era amiga de Emília e existia entre as duas uma relação amorosa: “Para essa, Honorina sempre abria a porta, e tinha as suas grandes carícias, grandes beijos” (Dias, 1975:151). Ela admite que era um vício que tinha desde criança: “é um vício, já com minha irmã era a mesma coisa” (Dias, 1975:168). As relações homossexuais aparecem na narrativa como um mal social, dando a ideia de que aquela sociedade estava contaminada por supostos costumes devassos. Honorina também, em determinado momento, passou a manter relações com um turco e traiu Edmundo com esse homem.

Fundamental, no entanto, é o romance de Honorina e Edmundo, em que ela aparece como responsável pelos sofrimentos dele, os quais são centrais para caracterizar o desfecho da narrativa, a partir do momento em que os sentimentos amorosos do protagonista levam-no à morte.

D. Maria

Apesar de ser uma personagem secundária, D. Maria vai ganhando espaço através da sua relação maternal com Edmundo. Ela pode ser considerada como a velha mãe-pátria portuguesa, isto é, na narração ela simboliza Portugal, que se preocupa com seu “agregado” brasileiro, Edmundo. Ele, por sua vez, representa o Brasil decadente, que não ouve os bons conselhos da “velha mãe”.

D. Maria é a dona da pensão onde ele mora e cuida de Edmundo. Ela aparece no romance com o enterro de seu passarinho “pintassilgo”:

- Bom dia senhora Maria... Parece triste... Que lhe aconteceu?
- Foi o pintassilgo que morreu esta noite, meu senhor...
E a velha enxugou os olhos no avental.
O pintassilgo era o único amor dos seus cinquenta anos. (Dias, 1975: 77)

Nos momentos em que a doença de Edmundo vinha à tona, a “velha” o consolava, lembrando o moço de que tinha família:

- Deixe-se disso, senhor Edmundo, trabalhe, estude, nem tão longe é o Rio Grande... Se o senhor tivesse a família em Portugal, como eu, filhos que já tem filhos, e eu nem conheço os meus netinhos... O senhor é bem feliz, está na sua terra... Quando foi da saída da “Mindello” levei uma pedrada na cabeça por ser Portuguesa... Ah, o senhor é bem feliz, está na sua terra... O senhor está doente, mas é de pensar. (Dias, 1975:105)

D. Maria era portuguesa, lavadeira, dona de pensão e tinha origem bastante simples. Demonstrava devoção por Edmundo e chegou a tentar convencê-lo de que

deveria deixar o jornal para recuperar a sua saúde. Nesse episódio, Edmundo grita com ela:

- Senhora Maria! – gritou Edmundo, de olhar carregado.
A velha, àquele grito, compreendeu que como criada, e como pobre, não tinha o direito de o estimar tanto. Era a primeira vez que erguia a voz para a pobre velha, talvez o único ente que o amava de veras, ali, naquele abandono em que vivia.
(Dias, 1975:106)

Nesse grito de Edmundo está representada sua teimosia e falta de discernimento na escolha de uma vida desregrada que o levaria à morte. Gritou com a única pessoa que realmente o “amava de veras”.

No entanto, se espantava por esse “interesse de mãe que ela tomava pela sua vida” (Dias, 1975:117). Representando a doação sem querer nada em troca, D. Maria encarna o amor e o afeto por Edmundo:

Desde o dia em que tivera um ameaço de hemoptise, vira-a afectuosa, dedicada, passando as noites com o Julião à sua cabeceira, para lhe dar os remédios, a água morna, mudar as travesseiras aquecidas pela febre, tratando-o com os carinhos que se desperdiçam só com os filhos, extremada, aflita, chorosa de o ver sofrer, sem cura nem remédio... De cabelos quase brancos, uns olhos castanhos, bondosos e invadidos de luz, aquela velhinha tinha neles a alma, a sua grande alma de simples. (Dias, 1975:118)

Ela tinha um cuidado excepcional com o moço. Ele, ao contrário, descuidando da própria vida, sentia vergonha e se escondia da senhora Maria:

De todas as vezes que vinha a casa, às escondidas, para mudar de roupa, encontrava sempre flores no lavatório, e um cheiro bom de alfazema em tudo, falando-lhe dos cuidados da pobre velha, que o esperava sempre sem uma queixa, sem uma revolta. (Dias, 1975:387)

Edmundo não compreendia como alguém como ela, que não era nada dele, o tratava tão bem: “Julgava-se indigno daquelas palavras de mãe, carinhosas, todas de afagos [...]” (Dias, 1975:389).

D. Maria gostava tanto de Edmundo que foi ela quem cuidou dele nos momentos finais de sua vida, quando estava prestes a morrer:

Quando a velha se ajoelhava aos pés da cama, Edmundo pousava a mão descarnada nos cabelos brancos dessa santa, fitava-a dolorosamente, abria a boca para falar, mas não dizia nada por fim...[...].Quantas vezes a criada chegava perto dele para lhe perguntar o que queria!...(Dias,1975:422)

Fica evidente que ocupa o lugar de uma mãe não reconhecida oficialmente como tal, mas que é quem de fato zela por seu bem-estar. Daí a clara associação de sua figura com a nação portuguesa, que teria um interesse maternal pelo futuro do Brasil.

Julião

Julião era um grande amigo de Edmundo. Conheceram-se na rua quando um homem sofria um ataque epiléptico e ambos ajudaram-no. Levaram o homem para a casa de Julião para que este o tratasse. “Julião era um quintanista de Medicina, cearense, pobre, vivendo num sótão de mansarda no Beco da Fidalga” (Dias, 1975:82).

Tornara-se médico de Edmundo: “Quando lhe chegara a primeira hemoptise o médico de Edmundo fora Julião, e era vê-lo[...] passando as noites de vigília ao lado do amigo, [...]todo apreensivo com aquela tísica renitente, que resistia a todos os esforços [...]” (Dias, 1975: 82). Além de médico, tornou-se um amigo muito dedicado. Ele dava bons conselhos a Edmundo para que vivesse melhor com a doença. Nas palavras de Julião:

- Vives, quem te impede? Deita-te cedo, leva uma vida tranquila, passeia na Tijuca[...] homem, que enfraquecimento de pulmões não impede de amar e viver... Julião dizia tudo, com um ar brutal[...]. Ele amava Edmundo como o criador ama a sua criatura[...]. Há um ano

que os seus cuidados o desviaram do caminho que o levava ao cemitério. (Dias, 1975: 111)

Julião, por sua vez, também não se cuidava. Vivia estudando, isolado de todos:

Nunca Edmundo soube como ele se arranjava a viver na sua penúria, isolado de todos, indo poucas vezes à escola, fazendo os seus estudos de Anatomia entre as quatro paredes nuas do seu cubículo [...] Magro, tismado pelo sol do norte, meio curvado pelo vício constante do estudo e pelo peso da miséria. (Dias, 1975:80-81)

Além da relação médica estabelecida com Edmundo, ambos discutiam bastante sobre arte, literatura, jornalismo e política. Elucidaremos esses diálogos mais à frente quando formos tratar especificadamente dessas questões.

Julião traz também para o romance a decadência presente em sua própria vida. Num dos últimos momentos em que o personagem aparece em *A mulata*, é preso pela polícia e Edmundo presencia toda acena: “O polícia arrastava Julião, bêbedo, por um braço. Os cocheiros riam daquele pobre diabo, corcunda e magro, sujo e roto, que suplicava em voz alta que o largassem, jurando ser um médico [...]” (Dias, 1975:366). Ele chegara a esse estado devido ao seu isolamento. Vivia estudando, trancado em um cubículo, na miséria. A narrativa descreve essa forma de viver do estudante e, nos momentos em que aparece, Julião sempre está sofrendo física ou psicologicamente: “Tinham-lhe vindo nos pés umas chagas entre os dedos e as covas do calcanhar. Ainda não atinara de onde lhe vinha essa imundícia de moléstia herpética, à última hora. Parecia lepra, bulbões sifilíticos...” (Dias, 1975: 227). A narrativa descreve Julião como aquele que possuía uma vida bastante degradada, o que o fez decair ao ponto de ser preso pelos policiais que nem imaginavam tratar-se de um estudante de medicina. Ao contrário do que se espera de um estudante de medicina, esse jovem personifica a decadência a que faz alusão a narrativa.

Emílio

Emílio era outro grande amigo de Edmundo. Os dois se conheceram na rua à porta de um jornal. Quando Edmundo reclamava que ninguém iria ao seu enterro, esse jovem disse em voz alta que ele iria, se apresentando como: “Emílio de Alcantara, ex-saldanhista [...], ex-federalista, ex-capitalista” (Dias, 1975:268). Alegou ainda que iria ao cemitério porque estimava Edmundo, justamente por não o conhecer: “só se podem estimar profundamente as pessoas que não se conhecem” (Dias, 1975:269). A amizade dos dois é centrada em discussões acerca da literatura, do amor, da política e da arte.

A posição de Emílio no romance é a do amigo que tentará livrar Edmundo da péssima situação em que se encontrava. Em determinado momento, quando Edmundo já estava mal falado na cidade por conta das dívidas e totalmente entregue a Honorina, Emílio o adverte:

- Dizem que tu deves a todo mundo...
- E então?...
- Então é preciso acabar com isso... tu não tens emprego, já não estudas, já não escreves, não hás de viver de empréstimos... Qualquer dia vais parar na polícia por causa de alguma dívida... Toma cuidado... [...] És uma criança [...] Dizer que fui eu que te levei lá outra vez [...] Se ela fosse bonita, ao menos, se valesse um sacrifício... Mas uma cabocla, uma mulata! Não, não te deixo ir [...] Sabes que mais? Até me parece parvo com esses amores com uma mestiça... É baixo, é sujo... Amar uma mulher por cima de quem já passou toda a rua! (Dias, 1975:282-283)

Nessa fala de Emílio, está estampado todo o seu preconceito contra o mestiço. Ao afirmar que Edmundo parece “um parvo com esses amores com uma mestiça”, ele prioriza a questão racial e nada comenta sobre o fato de a moça fazer o seu amigo sofrer, o único argumento convincente naquele contexto para abrir os olhos de Edmundo. Qualifica o envolvimento com Honorina como “baixo” e “sujo” e condena o amigo por amar uma “mulher por cima de quem já passou toda a rua”. Esta última afirmação deixa transparecer o seu machismo, em que desconsidera totalmente a condição social de Honorina.

Emílio ainda reforça o seu machismo em outras falas:

A paixão da mulher de hoje é procurar fazer-se um enredo de romance em que ela seja a heroína!... Quanto mais descer o homem mais ela cresce na trama urdido pelas suas unhas de gata manhosa [...] E ainda a maior loucura era esperar coisa tão difícil nas mulheres fáceis... Mulher que vende o corpo vende até a alma a quem lha quiser comprar... (Dias, 1975: 272)

Emílio, no entanto, tenta ajudar Edmundo e inclusive o auxilia na fuga para a ilha do Governador quando passa a ser procurado pela polícia por conta de uma dívida com Ramalho de Alencastro. Depois, volta para a cidade, prometendo voltar no dia seguinte. Como não volta, Edmundo pega o barco e vai-se embora, mas recebe uma carta de Emílio, entregue por alguém no barco, contando-lhe tudo o que se passara, juntamente com um cartão do Sr. António do Couto, que afirmara ter-lhe pago as dívidas e comprado-lhe uma passagem para o Rio Grande do Sul.

Esses foram os últimos dias de Edmundo e, nesse contexto, Emílio tentou ajudar o amigo no que estava ao seu alcance.

O romance entre Edmundo e Honorina

O primeiro encontro de ambos acontece no restaurante em que Edmundo fora almoçar. O moço passa a frequentar o lugar quando repara que havia ali mulheres de diversos tipos e idades: “Depois uns olhos pretos que caíram distraídos sobre os dele, dois olhos tristes e profundos, que levantavam como auréolas umas pestanas compridas e sedosas. Morena e magra [...]” (Dias, 1975:91). Edmundo se prende aos olhos “tristes e profundos” da moça. Quando sai dali, só pensa naquele olhar. No dia seguinte, novamente há um encontro, que já vem anunciando uma paixão perigosa: “No dia seguinte, os olhos fundos e negros caíram placidamente sobre os dele, como duas águias que vergam asas e descem devagar sobre a presa” (Dias, 1975:96). Edmundo sente intensamente o que o esperava: “Edmundo via tudo naquela vista do inferno. Pareciam-lhe dois corvos que o espicaçavam no coração” (Dias, 1975:96).

A partir dessa troca de olhares, Edmundo só pensa em reencontrar a mulata. “Senti-a quase digna de ser o seu homem, ferina, de olhar ardido, bárbara e má, como

um jovem tigre...” (Dias,1975:122). Ela aparece nos sonhos de Edmundo como uma mulher perigosa, lembrando as românticas mulheres com beleza de medusa de que fala Mario Praz (1977 41-66). Trata-se daquela mulher fatal, que traz em si a beleza e a morte, a atração e a repulsão, provoca medo e desejo, prazer e sofrimento. Ele se atira para o precipício nessa louca paixão, tal qual advertiu o narrador que não o fizesse no princípio do romance.

E agora fitava-a assombradamente, os olhos bem pousados nos dela, numa grande confissão libertina, e ela torturava-lhe por sua vez a persistência insolente, orgulhosa de lhe ter vencido o fingido desdém, que até ali aparentava ante os seus olhares de febre, que cevavam na contemplação dele os seus desejos. (Dias,1975:122)

O narrador, para dar a medida do grau de envolvimento com Honorina em que Edmundo se encontrava, faz a seguinte comparação: “O ingênuo, mosca enrodilhada na teia de aranha, só se lembrava das asas para mais se perder nas meadas transparentes” (Dias, 1975:97). Novamente temos aqui a animalização da mulata, agora com o requinte daquela que literalmente devora a sua presa.

Depois da insistente troca de olhares em seu primeiro encontro, Edmundo pergunta ao criado como ela se chamava. Ele responde: “– Honorina. Riscou num cartão três linhas ousadas: ‘Queria falar-lhe às dez horas da noite’” (Dias, 1975:124).

Edmundo passa o dia na redação do jornal até chegar a hora do encontro marcado:

Batiam as dez horas nas torres de S. Francisco quando Edmundo subiu as escadas do hotel. A mão tremia-lhe apoiando-se ao corrimão, e chegado acima, viu-a, a rir entre um grupo de homens, sentada numa poltrona de veludo, vestida com um peignoir cor-de-rosa [...] Ela sorria, tendo-o enfim. As narinas fremiam-lhe como as da onça ao farejar a presa, antes de a esgaçar com as unhas. (Dias, 1975:138-139)

Esse primeiro encontro deixa explícito o que viria. Honorina é colocada em uma posição de “onça”, que matará, aos poucos, a sua “presa”. Pelas palavras do romance, tratava-se de uma mulher vulgar, que ria “entre um grupo de homens”. Para

intensificar o clima pesado trazido pela narrativa, há chuva lá fora “batendo as vidraças. De entre a noite, um toque de clarim, num quartel afastado, soava como uma lástima fúnebre” (Dias, 1975:139). Anuncia-se assim, desde já, tudo o que havia de funesto e destrutivo nessa relação que mal se iniciara:

Quando Honorina entrou na cama, como uma cobra, e se abraçou desesperadamente a ele, Edmundo teve medo, a cara sepulta numa onda de cabelos, através de cuja treva embalsamada duas luzes o inundavam com clarões de tocha, num funeral. Parecia-lhe estar dentro de um caixão, amortalhado, dois círios à cabeceira, e uma voz, a voz dela, tremendo frases abafadas de amor, eram como a reza de um padre, balbuciando o ofício dos mortos. (Dias, 1975:142-143)

Além da constante animalização de Honorina, novamente comparada com uma cobra, temos nesse comentário do narrador uma espécie de vaticínio do fim do rapaz, que morrerá por conta desse amor. A relação sexual é descrita como um missa fúnebre, como um réquiem. Edmundo se revela aqui nitidamente fascinado pela decadência, entregue a sentimentos e atitudes que o jogavam à própria morte.

Logo no início dos encontros, a narrativa deixa claro que Honorina não mentiu a Edmundo com relação ao seu comportamento e às relações que mantinha com outros homens.

Às oito horas Honorina disse-lhe não ser livre...Tinha um amigo, não o podia conservar aquela noite perto dela...
- Vem amanhã...
- Não... É melhor nunca vir mais ter contigo. Quem te diz que ele não virá também amanhã!
Edmundo falava, trémulo, torcendo as mãos... Ela olhava-o nervosa, com um sorriso maldoso, rindo-se daquela ingenuidade. (Dias, 1975:147)

Apesar de ameaçar deixá-la, Edmundo já não tinha forças. Foi vê-la naquela noite, mesmo sabendo o que o esperava: “[...] sujeitava-se já àquela partilha de corpo feita entre ele e um outro homem”. Encontra Honorina “nua, deitada na cama, toda iluminada pela labareda, como um inferno vivo [...]” (Dias, 1975:148).

Honorina, por sua vez, é uma mulher livre, dentro das possibilidades do final do século XIX no Brasil, que para assim manter-se se submete à prostituição. Tornou-se então submissa e vingativa com o mundo masculino. O narrador, por sua vez, enfatiza somente tudo o que julga negativo nela, mas, paradoxalmente, acaba se mostrando fascinado pelo que entende ser a decadência representada por ela.

Segundo o narrador, Edmundo caminhava para a desgraça, e Honorina era a causa maior desse trágico destino. E a narrativa caminha nessa cadência. Um se deixava matar, se entregava à morte, se largava naquela vida, a outra se comprazia nesse sofrimento e ia vivendo conforme os seus costumes, que transgrediam todas as regras sociais do machismo praticamente hegemônico em fins do século XIX.

Honorina trata Edmundo com bastante desdém. Conforme aumenta a paixão dele, piora o tratamento dela com o namorado:

Honorina dominava-o completamente, e fazia-o sofrer, humilhando-o de contínuo. Quando ele parecia mais triste, ela tinha um riso alegre e mau, e havia dias em que era o contrário. Perseguia-o com o olhar invadido de uma melancolia imensa, fazia-lhe repetir que a amava muito, que a amava sempre... (Dias, 1975:152)

Por toda a narrativa é reforçada a ideia de que Honorina se vinga dos homens: “Acudia-lhe uma sede perversa de o fazer para sempre desgraçado [...] deixando-o despenhar-se na fatalidade injusta e crudelíssima da sua má sorte” (Dias, 1975: 339). O narrador, ao mesmo tempo que compreende a revolta de Honorina contra os homens, a condena por procurar vingar-se deles na pessoa de Edmundo.

As descrições acerca do comportamento de Honorina sempre trazem a cor da pele como um elemento determinante:

Toda a lascívia da mulata, a voz quente e preguiçosa, os olhos húmidos, e o seu corpo flexível meio pendido, numa moleza, e os cabelos negros [...] o seu sorriso de mistério [...] belo e terrível, abrindo um abismo entre os lábios, toda essa voluptuosidade inclinada para ele, embriagava-o, como se acordasse depois de haver dormido sobre um ramo de parasitas em flor, perfumado e venenoso[...]. (Dias, 1975:141)

A personagem é construída de forma a apresentar ao leitor o lugar de uma mulher que ocupava aquela posição social. Tinha a “lascívia da mulata”, uma “voz quente e preguiçosa”, um corpo “flexível”, o que, naquele contexto, poderia significar um corpo que se adapta ao que lhe é exigido. E ele dormiu “sobre um ramo de parasitas em flor”, pois ela tem a beleza da flor e representa o perigo do parasita.

Edmundo se entregou completamente a esse amor que só trouxe desilusão. Segundo ele: “Se fosse ainda a desilusão, deixar-se-ia morrer. Era o último ramo a que se apegava...” (Dias, 1975:145). O temperamento dele, juntamente com o contexto em que estava inserido, e o relacionamento que mantinha são tomados na narrativa como os elementos que o conduzem à desgraça.

É possível prever o destino de Edmundo através das reflexões que ele emite na narrativa. Mesmo estando em uma péssima situação, sente-se sem forças para romper o romance. E novamente surge mais um juízo de valor do narrador com relação a Honorina: “deixava-se arrastar pelos desejos, cada vez mais despertos ao lado daquela agonia criada por ela” (Dias, 1975:153-154). No entanto, tanto Edmundo como Honorina sabiam que “não podiam continuar a viver assim, ambos o sabiam, mas sem forças para romper de uma vez para sempre” (Dias, 1975:152).

Edmundo caminha para a desgraça. Honorina não o amava: “Amava-o? Não, por certo que nunca pensara um só momento nisso, mas tinha momentos em que gozava por demais aquele amor intenso que se lhe agachava aos pés” (Dias, 1975:154).

Há então, na narrativa, dois polos opostos e antagônicos que se misturam: um representado por Edmundo; outro por Honorina. De um lado, de acordo com a narrativa, há os vinte anos do jovem, a ingenuidade, a tolice; de outro, a perversidade de Honorina, a maldade, que aparece na narrativa diretamente relacionada à cor da sua pele, a falta de compaixão com o homem que se apaixonara por ela. O narrador novamente se compraz em culpá-la pelo mal que sofre o protagonista, pintando-a como alguém sexualmente útil, mas perigosa para uma relação afetiva:

Cansara-se depressa do seu amor passivo, dos seus beijos quentes e longos, arrastados por todo o rosto, num eterno fanatismo, e dos seus olhares tímidos em êxtase que a tinham alvoroçado a princípio, mas já fatigavam a fêmea bravia, com precisão de predomínio, com a

sede femenil da inferioridade... A leoa larga o leão que a não morder... (Dias, 1975:161)

Frisando mais ainda a péssima situação em que estava o protagonista, a narração esmiúça o sofrimento do jovem e o encena de forma cada vez mais intensa. Edmundo passa a desconfiar de Honorina e sofre com isso: “Torcia-se a pensar, e o desejo não largava, de ir até o fim, espiar por toda a parte[...]” (Dias,1975:162). Ele pensa em deixá-la, mas tudo é inútil. Segundo suas reflexões: “Sentia que todos lhe queriam mal, todos procuravam fazê-lo sofrer... Ela era a embriaguez da sua desgraça...” (Dias, 1975:164). A realidade, segundo o narrador, era que todos lhe queriam bem, menos ela.

Essa primeira desconfiança de Edmundo trouxe à tona o romance de Honorina e Emília. Depois que ele descobriu que era com Emília que ela o traía, ele a perdoou e se humilhou: “Emília entrou, desfeita, pálida, os olhos pisados, com um roupão creme, e foi sentar-se ao lado de Honorina, falando-lhe ao ouvido. Ele pasmava ante o olhar da amante, um olhar distraído e embaciado” (Dias, 1975:169).

Esse perdão também demonstra um traço do machismo de Edmundo. Como a traição ocorreu com uma mulher, ele perdoou-a mais facilmente. Nesse ponto Honorina se justifica para Edmundo: “É ela que vem, eu faço-lhe a vontade... mas é sem amor, é um vício que eu tenho... Se tu queres mudamos daqui... Havia um grande arrependimento em suas palavras” (Dias, 1975: 169). Honorina aqui tem um discurso próprio de homem. Ela justifica o sexo sem amor, tal qual um homem o faria, reduzindo ainda a homossexualidade apenas a um vício, como se fosse inconcebível para um verdadeiro relacionamento amoroso.

O narrador constrói então a narração permeada de preconceito, racismo e machismo, e até mesmo a personagem feminina compartilha por vezes do machismo.

A narrativa descreve o sentimento de Edmundo, elucidando que o jovem precisava de outro amor, um amor que o salvasse da sua já fragilizada situação.

Ele precisava de uma doce bondade, confiante e ingênua, pura, santa, virtuosa, para poder ainda levantar os olhos e renunciar à amargura..., e não era essa mulher maldosa, impura, desgraçada, sem crenças, sem esperanças, essa mulher pensativa, que caminhava

para a morte fazendo amor [...] a alma já na cova, à espera dela, não era essa mulher desenganada e incrédula, pervertida e invulnerável ao amor, essa mulher coberta por cem homens[...].(Dias, 1975:171)

O narrador novamente emprega a sua perspectiva moral para descrever Honorina. O que ele quer dizer quando a descreve como “essa mulher pensativa”? Uma mulher que pensa é uma mulher que tem perspicácia, que pode manipular os homens – esse é o perigo. Era necessário que ela não pensasse e apenas fosse “virtuosa”, pura, conforme delineia no trecho acima. Dessa forma, uma mulher “coberta por cem homens” não prestava para nada, além de satisfazer sexualmente qualquer outro homem. Esse é o julgamento que o narrador insiste em enunciar.

A essa primeira evidente traição de Honorina, seguiu-se outra, desta vez com um turco: “Edmundo entrou a desconfiar de um rapaz turco, moreno e de olhos escuros, com quem muitas vezes a encontrava a falar[...]”(Dias, 1975:176). Nesse ponto, inicia-se um verdadeiro desespero para Edmundo. A partir de então, não tinha mais nenhum controle da situação. Foi o impulso derradeiro que o conduziria a desgraça. Então: “Vinha de dia sem propósito, para ver se ela estava sozinha. Honorina compreendeu [...] Ainda não tinha pensado em enganá-lo, mas de então essa ideia sorriu-lhe” (Dias, 1975:177). E, a partir de então, a moça mantinha-se sempre em companhia desse turco, fazendo Edmundo sofrer. Ele chegou a se revoltar contra essa situação: “pensou em tirar a desforra de todo aquele tempo de vergonha, humilhado aos pés de uma mulher da vida, de uma mulata, de uma mulher à toa [...] que se sentava à mesa com um outro, na sua cara, à frente de todos [...]”(Dias, 1975:178).

Mesmo com todas as evidências de traição, Edmundo demora a aceitar a personalidade da mulher com quem estava se relacionando. Ele se desespera e prefere mantê-la ao seu lado, porque também o seu machismo preferia a morte ao abandono. Nesse ponto, ele mesmo a descreve como “uma mulata”, deixando transparecer um discurso preconceituoso que toma a questão racial como preponderante. Qualifica-a como “uma mulher à toa”, que, por assim o ser, não teria o direito de agir de tal modo com ele, um homem que insistia em valorizá-la de acordo com a convenção social do momento.

O que se passou com Edmundo e Honorina não foi suficiente para fazê-lo largar a moça, e, se em alguns momentos resolvia abandoná-la, logo retornava pedindo perdão e se humilhando. Afundava-se cada vez mais na sua condição:

E cravando-a com o olhar onde havia toda a torva tristeza de um cemitério, afogando-se no pântano profundo e negro das suas órbitas imensas, vendo todo um sonho nos seus olhos parados, entregou-se a ela, corpo e alma, como esses mártires místicos, hipnotizados pela religião do Cristo, como esses alucinados que se deixava esgarçar pelos leões e morder pelas panteras, nos circos de Roma, entre os aplausos do povo e o escárnio das vestais... (Dias, 1975:188-189)

Edmundo faz alusão à morte em diversos momentos em que reflete sobre sua vida. Ele afirma que se tornara um desses “mártires”, e sente-se sem forças para fugir a essa dolorosa condição. Nesse ponto, ao comparar Edmundo, que se vê preso e sofrendo por essa mulher, àqueles “hipnotizados pela religião de Cristo”, evidencia-se o anticlericalismo de Malheiro Dias, que era, como Eça, contra “mártires místicos”, jejuns, promessas e tudo aquilo que considerava sofrimento inútil promovido pela Igreja Católica.

Houve um momento, no entanto, em que Edmundo acreditou que seria o fim: “esse amor todo trespassado de dores fatigara-o... Tinha dado a essa mulher tudo o que possuía... Agora não podia mais [...] estava exausto” (Dias, 1975:224). Mas, enganando-se, ele encontrava motivos para prosseguir com Honorina: “Deixá-la desesperada também, sozinha, sem uma consolação, sem dinheiro, largada no mundo, pisando esse caminho que leva tantas vezes à Santa Casa [...] às dissecações dos estudantes de medicina” (Dias, 1975:235).

Inicia-se então um fluxo de consciência em que, ora Edmundo, ora o narrador, descrevem o desgaste e o sofrimento advindo desse amor às avessas, e o narrador por fim sempre fazendo seus julgamentos morais: “Se houvera beijos amargosos, só o mundo os envenenara... Coito de poeta com meretriz traz sempre desgraça” (Dias, 1975:237). Seguindo sua fraca decisão, Edmundo avisa Honorina que irá embora, para perto de sua mãe. A moça passa a refletir sobre o mundo que a esperava: “la ficar sozinha, obrigada a chamar os homens da janela [...]”(Dias, 1975:241). Rapidamente,

sem nutrir amor por Edmundo, já tenta se entregar a outro homem, Sr. Francisco, o antigo amante: “E atirou-se ao pescoço do amigo, arranjando-lhe o nó da gravata [...] entregando-se ali mesmo no sofá, sem desejo, sem vontade, por interesse, cuidando do futuro...” (Dias, 1975:241). Edmundo aparece nesse momento e Honorina dispensa o amante, para que Edmundo não o visse: “Não a podia esquecer. A cara e o sangue pediam-lha a cada momento numa súplica lastimosa...” (Dias, 1975:245).

Certa vez, quando tentava se afastar de Honorina, estava sentado em um bar e ouviu o seu nome. Era Leão Absali, sentado entre poetas semidecadentes, que respondia à pergunta de um jovem:

- Se conheço a amante de Edmundo? Mais do que ele...
[...] – Dizem que gosta muito dele...
E o turco debruçando-se na cadeira, batendo os dentes com o castão da bengala, desatou a rir.
- Se gostasse não estava comigo, que não lhe dou um vintém... (Dias, 1975:252)

Aqui se explicita o escárnio de Leão Absali, homem que saía com Honorina sem lhe pagar nada e que ria do sofrimento de Edmundo por amá-la. Esse escárnio é uma forma de o narrador demonstrar o que pensava dos poetas semidecadentes, como veremos mais adiante, dando o recado de que a cultura da fofoca prevalecia nessas rodas.

Se sentindo totalmente sem forças, Edmundo não consegue mais trabalhar e passa a viver inutilmente: “[...] e como se fosse aquela para sempre a sua vida, chamava baixinho a amante, numa súplica de mendigo a pedir pão...” (Dias, 1975:256). O pessimismo, que já era uma característica de Edmundo, torna-se o seu modo de conceber o mundo e a sociedade em que estava inserido:

Ai, nesse espaço que vai do chafariz à porta dos carnicheiros, nesse largo fedorento que olha o mar, entre as canastras de peixe, os molhes de couve, os cestos de frutas, pode ele ver uma cena horrorosa... Eram os mendigos rondando com olhos famintos e apanhando na lama as laranjas podres, as folhas de verduras imprestáveis, esses restos comidos pelas lagartas e pelos ratos, esses frangalhos atirados fora, esses destroços que os pobres vinham apanhar de madrugada, para fazer o caldo para enganar a fome aos

filhos, para ter forças de gemer o dia inteiro, pedindo esmola... (Dias, 1975:257)

Novamente o pessimismo do protagonista está sendo enfatizado. A esse pessimismo se juntam a sua fraqueza e a sua falta de amor próprio; todos esses elementos constituem na narrativa o jovem brasileiro decadente.

Em determinado momento, Edmundo conversa com Emílio e lhe fala da sua paixão por Honorina. Ao ver a péssima situação do amigo, Emílio procura Honorina, com o intuito de verificar os verdadeiros sentimentos da moça. Como ela não o atende, volta em outro dia. Depois contaria a Edmundo: “– Ouve primeiro, estive com ela [...] Acho-a inofensiva, a rapariga gosta de ti [...] é feia como um raio... Se não tiveres cuidado engole-te num beijo, tamanha tem a boca...” (Dias, 1975:282). Então Emílio reaproximou Edmundo de Honorina, o que fez com que reatassem as relações. Como já anteriormente observamos, Emílio revela um forte preconceito em relação aos negros e mestiços, mas, aos olhos do narrador, acaba sendo caracterizado como ingênuo, uma vez que julga Honorina inofensiva e a reaproxima de Edmundo, enquanto o narrador nos diz o tempo todo que ela é o demônio em pessoa.

A narrativa demonstra a fraqueza dos jovens brasileiros: “E os dois, frente a frente, viam-se incapazes da vida, fracos, sofrendo a imperiosa necessidade de se largarem cada um ao seu destino, mas sem forças para se abandonarem na sua fraqueza, no seu desfalecimento” (Dias, 1975:306).

Já no quarto, Honorina entrega a Edmundo todas as suas contas: “– E devo à lavadeira, à costureira, à Emília, até ao [...] criado que faz a limpeza nos quartos!” (Dias, 1975:308). Logo a seguir, enquanto ela se lavava, Edmundo abriu a gaveta da mesa da cabeceira e encontrou uma carta de um amante de Juiz de Fora.

Mesmo sabendo desse amante, aceita uma grande soma de dinheiro oferecida por D. Maria, para satisfazer os caprichos de Honorina. D. Maria era ótima com o moço e, ao vê-lo chorando, desesperado:

Deixou vinte mil réis na caixa, fechou com todo o cuidado outra vez a arca e foi oferecer a sua pequena fortuna ao seu amo. Edmundo chorava...

- Que tem? Não esteja triste, sossegue, com a ajuda de Deus tudo se há de remediar.

E tímido, esse anjo que os céus tinham deixado envelhecer na terra, apertava o dinheiro nas mãos trémulas, sem ânimo, com um grande receio de uma recusa...

- Senhor Edmundo... Se o senhor me fizesse um favor, se me pudesse guardar esse dinheiro... São trezentos e quarenta mil réis... se fizesse o favor.

Edmundo olhava-a, espantado... Agarrou-lhe nas mãos para as beijar, àquela santa...! (Dias, 1975:327)

Em nova conversa entre o casal, Honorina, “sincera, confessava tudo: nunca amara ninguém... Sentia-se má, um desejo de ser cruel sempre aceso dentro de si... Não, ela não o amava ainda...” (Dias, 1975:339). Além de não o amar, tinha péssimas intenções, “vingando-se dos homens naquele ser ajoelhado contemplativamente aos seus pés. Acudia-lhe uma sede perversa de o fazer para sempre desgraçado [...]” (Dias, 1975:339).

Mais à frente, Honorina encontrou a carta que Edmundo lera, do outro homem, amassada atrás da cama, e ficou esperando uma pergunta, até que resolveu obrigá-lo a confessar tudo:

- Ah, a carta? Li-a sim... Por que não foste morar com ele?

- Acreditas? Que lucro tinha eu em mentir...

- Bem te conheço... minha gaja...

- O quê? O que é que tu conheces? [...]

Sem poder mais pedia já piedade, abrandando a voz, doido pelos modos agressivos da amante, e assim dilacerava ele a sua pobre alma, encontrando espinhos por toda parte, levado à dolorosa contingência de julgar ainda o derradeiro refúgio, aquele leito de ortigas, onde a amante lhe roia vagarosamente o coração, e esgaçava aos poucos a sua vida... (Dias, 1975:368)

A narração insiste em exemplificar muitas vezes a decadência galopante de Edmundo, sempre a relacionando com Honorina: “E à janela, quando chegava as mãos para agarrar as dela, Honorina bocejava, fitando-o com ódio, atirando-lhe um ‘não se enxerga?’ de desprezo” (Dias, 1975:369).

A moça exigia dinheiro de Edmundo, que, afundado em dívidas, entrou em grande desespero, o que, somado à sua frágil saúde, o levou à morte. Momentos antes

desse trágico desfecho, Edmundo perguntou de Honorina. Teve então a notícia de que estava em Juiz de Fora, lugar onde morava o homem com quem ela traía Edmundo.

O romance entre Edmundo e Honorina poderia ser resumido como uma história trágica de um rapaz puro e honesto que se envolve com uma prostituta mestiça, cruel e perversa, cujo resultado é a morte do rapaz e a indiferença da prostituta. No entanto, isso não daria conta da forma como o narrador trata esse enredo, que, como vimos, é de uma crueldade com Honorina muito similar àquela que lhe atribui em sua relação com Edmundo. Fica evidente o quanto o narrador tem prazer em desqualificar, rebaixar, ofender, insultar essa mulher, assim como Honorina tinha prazer em humilhar Edmundo de todas as formas possíveis.

Veremos a seguir como o discurso propriamente literário se constrói para acentuar as intenções do narrador.

CAPÍTULO 2

O discurso narrativo em *A mulata*

Empregamos neste capítulo a expressão “discurso narrativo” no sentido em que a entende Gérard Genette, cuja obra intitulada *Discurso na narrativa* (1972), que analisa o romance de Marcel Proust *Em busca do tempo perdido* e, a partir daí, elenca categorias pertinentes para a análise da tipologia narrativa, foi utilizada como base do capítulo. Pretendemos então, a partir dessas categorias, analisar o romance *A mulata*, não com a preocupação de problematizar essas categorias de Genette, mas de forma a fazer com que estas conduzam o nosso estudo a decifrar as estratégias narrativas utilizadas por Malheiro Dias.

Gérard Genette é um dos maiores críticos literários da contemporaneidade e elaborou uma das mais complexas taxologias sobre a narrativa. Para fazer sua apresentação de modo didático e para não refazer o que outros já fizeram melhor, recorreremos aqui a um longo trecho do texto de Otto Leopondo Winck (2007), que, com grande capacidade de síntese, auxilia-nos muito na apresentação sucinta dos fundamentos da teoria genettiana:

A primeira – e não a menor – das contribuições de *Discurso da narrativa* está na superação da dicotomia fábula / trama proposta pelos formalistas russos. Ao longo do século, outros pares terminológicos, com ligeiras alterações semânticas, foram aventados no lugar do de Tomachevski: story e plot (E. M. Forster, este sem conhecer, evidentemente, a formulação eslava), história e discurso (Todorov, Seymour, Chatman, Benveniste), ficção e narração (Ricardou), diegese e narração (Lefebvre), récit raconté e récit racontant (Bremond), entre outros. Genette quebra essa oposição binária introduzindo um terceiro elemento, ou melhor, desdobrando um dos pólos – o da narrativa – em dois. Ele recorda, de começo, a ambigüidade do termo narrativa (*récit*), o qual pode significar, em um primeiro momento e no seu sentido mais usual, “o enunciado narrativo, o discurso oral ou escrito que assume a relação de um acontecimento ou de uma série de acontecimentos”. Em um segundo momento, “narrativa designa a sucessão de acontecimentos, reais ou fictícios, que constituem o objecto desse discurso”.

Em vista disso, Genette propõe:

denominar-se *história* [histoire] o significado ou conteúdo narrativo (ainda que esse conteúdo se revele, na ocorrência, de fraca intensidade dramática ou teor factual), *narrativa* [récit] propriamente dita o significante, enunciado, discurso ou texto narrativo em si, e *narração* [narration] o acto narrativo produtor e, por extensão, o conjunto da situação real ou fictícia na qual toma lugar.

A essa tríade – verdadeiro tripé da narratologia genettiana – é preciso, ainda, determinar a ordem temporal de seus elementos. Em uma narrativa não ficcional (um relato histórico, por exemplo), primeiro tem-se a *história* (os fatos, os acontecimentos), depois a *narração* (a redação do historiador), e por fim a *narrativa*, o relato produzido, passível de sobreviver ao ato da narração. Só essa permanência autoriza a considerar a narrativa posterior à narração. Na ficção, por outro lado, a narração instaura, ao mesmo tempo, história e narrativa.

História e narração só existem para nós, pois, por intermédio da narrativa. Mas, reciprocamente, a narrativa, o discurso narrativo não pode sê-lo senão enquanto conta uma história,

sem o que não seria narrativo (como, digamos, a *Ética* de Espinosa), e porque é proferido por alguém, sem o que (como, por exemplo, uma coleção de documentos arqueológicos) não seria, em si mesmo, um discurso. Enquanto narrativo, vive da sua relação com a história que conta; enquanto discurso, vive da sua relação com a narração que o profere.

Com base nisso, para Genette, a análise da narrativa consistirá, essencialmente, no “estudo das relações entre narrativa e história, entre narrativa e narração, e (enquanto se inscrevem no discurso da narrativa) entre história e narração. (Winck, 2007: 20-21)

A grande transformação produzida pela teoria de Genette, portanto, diz respeito a mostrar que, para além do seu significado (que designa de **história**), o texto narrativo possui não uma mas duas instâncias: o enunciado narrativo, isto é, as formas da linguagem que caracterizam uma narrativa (que designa de **narrativa**), e o ato de narrar fatos reais ou fictícios (que designa de **narração**). O estudo do texto narrativo se resumiria no estudo das relações entre essas três instâncias.

No caso de *A mulata*, enquanto texto narrativo, há portanto a **história**, isto é, seu significado político e social, que temos mencionado sistematicamente até aqui e que desenvolveremos nos capítulos posteriores; a **narrativa**, isto é, as estratégias discursivas que atribuem narratividade ao texto, da qual falaremos neste capítulo; e a **narração**, que diz respeito às vozes que assumem o ato de narrar, do que falaremos também neste capítulo.

Segundo Carlos Reis (2002), “Genette utiliza o termo diegese como sinônimo de história. Posteriormente, em *Nouveau discours du récit*, o autor considera preferível reservar o termo diegese para designar o universo espaço-temporal no qual se desenrola a história” (Reis, 2002:107). Nesse sentido, a diegese dentro da narrativa é um procedimento de organização lógico-temporal e dá origem a várias denominações em sua taxologia para qualificar o narrador, como heterodiegético, homodiegético, autodiegético, extradiegético, intradiegético, além da importante noção de narratário, que iremos definir na medida de seu emprego. Além disso, Genette estuda fenômenos ligados à ordem (analepses e prolepses) e ao ritmo (relacionado a alternância e seguimento) presentes na narrativa.

O tempo

Começaremos nossa análise pela elaboração do tempo no romance. Segundo Genette (1972: 29), o tempo no romance se constrói a partir da relação entre diegese e narrativa. Estamos, portanto, considerando tanto a relação entre o tempo em que determinada história se deu (tempo da diegese) e o modo que o narrador emprega para contá-la (tempo da narrativa), como também a dinâmica da própria temporalidade narrativa, para cujo exame empregam-se conceitos como velocidade, amplitude e frequência. Vamos nos ater mais à primeira abordagem do tempo, mas também observaremos alguns aspectos de como se dá a amplitude e a frequência.

Antes de mais nada, importa observar que a voz narrativa em *A mulata* é *ulterior*³ e, portanto, o narrador nos conta uma história que já ocorreu.

Quando Genette se refere à ordem da narrativa, alude ao fato de que: “A narrativa é uma sequência duas vezes temporal [...]: há o tempo da coisa-contada e o tempo da narrativa (tempo do significado e tempo do significante)” (Genette, 1972:31). O autor prossegue e nos explica que essa dualidade possibilita as distorções temporais e se refere ainda a um “pseudo-tempo”. Segundo ele: “o texto narrativo, como qualquer outro texto, não tem outra temporalidade senão aquela que toma metonimicamente de empréstimo à sua própria leitura” (Genette, 1972:33). O autor chama de pseudo-tempo o tempo da narrativa e elucida então “as relações entre a ordem temporal de sucessão dos acontecimentos na diegese e a ordem pseudo-temporal da sua disposição na narrativa” (Genette, 1972:33).

Nesse sentido, em *A mulata*, a diegese, que seria a rotina da vida de Edmundo, então com 22 anos, se passa em cinco meses, enquanto o pseudo-tempo da narrativa constitui-se de inúmeras anacronias para se referir a universos que vão para o passado

³No que concerne à voz e sua relação com o *tempo*, Genette observa que: “posso muitíssimo bem contar uma história sem precisar o lugar onde sucede, e se esse lugar está mais ou menos afastado do lugar onde a conto, ao passo que me é quase impossível não a situar no tempo em relação ao meu acto narrativo[...]” (Genette, 1972:215). O tempo é um aspecto fundamental da narrativa e “a principal determinação temporal da instância narrativa é, evidentemente, a sua posição relativa em relação à história” (Genette, 1972:215). Nesse sentido, a narrativa pode ser predictiva ou *anterior*, em que a narrativa acontece antes da história, no futuro (p. ex., profética, oracular, astrológica, etc.); *ulterior*, em que a narrativa acontece no passado; *simultânea*, em que a narrativa se passa no presente; *intercalada*, em que a narrativa acontece entre os momentos da ação. Essa última é “o tipo mais complexo, dado tratar-se de uma narração de várias instâncias, podendo a história e a narração enredar-se nela a um ponto tal que a segunda reaja sobre a primeira[...]” (p. ex., correspondência por cartas)” (Genette, 1972:216).

e para o futuro desses cinco meses da vida do protagonista. O tempo do significado seria, dessa forma, os cinco meses da vida de Edmundo narrados no romance, e o tempo do significante seria o tempo em que a narrativa conta os acontecimentos, com suas digressões, progressões e outras estratégias que analisaremos aqui.

Quando Genette faz referência a anacronia – “*Ana*: inversão – *Cronos*: tempo” (Reis & Lopes, 2000:12) –, observa que esse conceito é fundamental para entendermos as inversões temporais dentro do discurso narrativo. Explica:

Estudar a ordem temporal de uma narrativa é confrontar a ordem de disposição dos acontecimentos ou segmentos temporais no discurso narrativo com a ordem de sucessão desses mesmos acontecimentos ou segmentos temporais na história, na medida em que é indicada explicitamente pela própria narrativa ou pode ser inferida deste ou daquele indício indirecto. (Genette, 1972:33)

A ordem temporal é, portanto, a relação entre a ordem dos acontecimentos na história e na narrativa, levando-se em consideração que as alterações dessa ordem temporal são sempre propositalis com o objetivo de atingirem determinado efeito. Segundo Genette:

A localização e a medida dessas anacronias narrativas (como chamarei aqui as diferentes formas de discordância entre a ordem da história e da narrativa) postulam implicitamente a existência de uma espécie de grau zero, que seria um estado de perfeita coincidência temporal entre narrativa e história. Tal estado de referência é mais hipotético que real. (Genette, 1972:34)

O narrador muitas vezes utiliza argumentos com o intuito de causar um efeito sincrônico entre aquilo que ele está contando e a própria enunciação narrativa, recurso que hipoteticamente busca o “grau zero”. Genette prossegue:

Uma anacronia pode ir, no passado como no futuro, mais ou menos longe do momento “presente”, isto é, do momento da história em que a narrativa se interrompeu pra lhe dar lugar: chamaremos *alcance* da anacronia a essa distância temporal. Pode igualmente recobrir uma duração de história mais ou menos longa: é aquilo a que chamaremos a sua *amplitude*. (Genette, 1972:46)

Há inúmeras anacronias em *A mulata* com diferentes alcances e amplitudes, como veremos, mas, para elucidarmos melhor cada nível narrativo dentro do tempo, é

necessário conhecermos outros termos úteis para a nossa análise. Além do alcance e da amplitude da anacronia, Genette faz referência a tipos de anacronia: “Toda anacronia constitui, em relação à narrativa na qual se insere [...], uma narrativa temporalmente segunda, subordinada à primeira [...]” (Genette, 1972:47). Nesse sentido, ele define como narrativa primeira aquela “ao nível temporal de narrativa em relação ao qual uma anacronia se define enquanto tal” (Genette, 1972:47). Genette passa então a tratar do que designa *prolepses* e *analepses*. Segundo ele, *prolepse* seria:

[...] toda a manobra narrativa consistindo em contar ou evocar de antemão um acontecimento ulterior e [...] *analepse* toda a ulterior evocação de um acontecimento anterior ao ponto da história em que se está reservando o termo geral de anacronia para designar quaisquer formas de discordância entre as duas ordens temporais [...] (Genette, 1972:38)

Um exemplo de prolepse em *A mulata* acontece quando Edmundo procura uma cartomante:

Partiu o baralho com a mão esquerda [...]
- Há uma mulher morena que gosta de si... É um amor que traz desgraça... O senhor é sozinho, é doente...
As cartas continuavam a cair formando quadrado...
- Vai andar sobre as águas do mar... Há uma pessoa, uma mulher, que o estima, que o quer ver feliz... Terá um grande desgosto..., e uma grande doença...
Serena, a cartomante virava as cartas, e deixava cair da boca a profecia. (Dias, 1975:109)

Nesse momento, a cartomante traz à tona o futuro e projeta a narrativa para além do que se passou até ali.

As analepses podem ser classificadas como *analepse externa*, que é “aquela analepse cuja amplitude total permanece exterior à da narrativa primeira” (Genette, 1972:47), *analepse interna*, que é o inverso, isto é, acontece concomitante à narrativa primeira, e *analepse mista*, “cujo ponto de alcance é anterior e o ponto de amplitude posterior ao começo da narrativa primeira[...]” (Genette, 1972:48)⁴.

⁴Genette ainda nos remete a diversas subclassificações das analepses, as quais não vamos empregar muito detidamente neste trabalho, mas que estão presentes no romance *A mulata*. São estas as analepses *heterodieéticas*, “que se reportam a uma linha de história e, logo, a um conteúdo diegético

Em relação ao romance aqui em análise, para elencarmos suas principais anacronias – que, segundo Genette, como já citado, são “as diferentes formas de discordância entre a ordem da história e a da narrativa” (Genette, 1972: 34) –, comentaremos de forma sucinta os dezessete capítulos em que a obra se estrutura. (nesta seção deste capítulo e no Anexo no final deste trabalho). Relembrando ainda que Genette, ao escrever sobre o tempo na narrativa, afirmou: “A narrativa é uma sequência duas vezes temporal [...]: há o tempo da coisa contada e o tempo da narrativa (tempo do significado e tempo do significante)” (Genette, 1982: 31). Em *A mulata* a narrativa se dá, em sua maior parte, no pretérito imperfeito. Então, nesse romance, ela acontece depois da diegese, isto é, depois dos episódios narrados terem ocorridos. Em alguns momentos o tempo presente acontece, e então tempo do significado e do significante tornam-se concomitantes. A diegese do romance se passa em cinco meses da vida de Edmundo, e, nesse caso, tudo o que se projeta para o futuro ou para o passado, independentemente de abranger parte da diegese, são anacronias – as primeiras são prolepses e as segundas são analepses.

O romance inicia-se com um prefácio em que diegese e narrativa se sobrepõem, no qual o narrador adverte os jovens de seu tempo sobre o futuro que os esperaria, se eles não atentassem aos seus conselhos. Nesse prefácio não há anacronias.

O capítulo I é narrado no pretérito imperfeito, e, nesse caso, a diegese já aconteceu e a narrativa é posterior a ela. É um capítulo dedicado a narrar a vida de Edmundo e alguns pensamentos dele acerca da arte, da literatura e da vida. Nesse capítulo já aparecem anacronias:

O mundo, as raças, toda a engrenagem terrível complicada, fatal, da humanidade, desde Moises a Mirabeau, desde Buda a Cristo, desde Alexandre a Napoleão, desde Arquimedes ao infante D. Henrique, e desde Virgílio, Demóstenes, Catão, Santo Agostinho, até Dante, Petrarca, Camões, essa enorme roda de leme, que revolteia há cem séculos, tem por timoneiro o pensamento supremo, a vontade

diferente do (ou dos) da narrativa primeira[...]” (Genette, 1972:48), ou ainda *homodieéticas*, isto é, “que se referem à mesma linha de ação que a narrativa primeira[...]” (Genette, 1972:49). Também aborda as “*analepses completivas* ou *reenvios*, [que] compreendem os segmentos retrospectivos que vêm preencher mais tarde uma lacuna anterior da narrativa [...]” (Genette, 1972:49); a “*paralipse*”, que, “como a elipse temporal, [...], presta-se ao preenchimento retrospectivo” (Genette, 1972:50).

divinamente sugestionadora dos seres predestinados! Uns nascem para alumiar o futuro, outros surgem para glorificar ao anatematizar o passado. (Dias, 1975:46)

Trata-se de uma analepse mista heterodiegética, mista porque o ponto de alcance é anterior ao momento em que a narrativa primeira acontece, “desde Moises a Mirabeau”, enquanto a amplitude vai além daquele momento, porque se projeta para o futuro, porque o narrador se refere a “toda a engrenagem terrivelmente complicada, fatal, da humanidade”.

Nesse primeiro capítulo também há anacronias através de pensamentos do protagonista ou do narrador acerca de acontecimentos passados com relação à diegese: “[...] Assim, Cristo, crucificado há mil e oitocentos anos, transfigurou-se. A humanidade injuriou-o, hoje adora-o. Uns que morreram de fome têm hoje túmulos sumptuosos como basílicas” (Dias, 1975:47). Nesse caso, trata-se de uma analepse interna heterodiegética, porque tem por alcance e por amplitude os “mil e oitocentos anos” nos quais está incluído o tempo da diegese

Também há anacronias que evocam fatos históricos: “A África trazia-nos o seu sangue em fermento, mas a raça negra algemada, feita escrava, degenerou-se no sofrimento. Vingou-se assim dos brancos, dando-lhe quando livre, um sangue terrivelmente mau, em que escorria ódio, cobardia e perversidade” (Dias, 1975:49), tratando-se de uma analepse externa homodiegética, na medida em que esse “sangue mau” está presente em *Honorina* devido à degeneração “no sofrimento” da raça negra, segundo a narrativa. Outro exemplo de anacronia histórica no primeiro capítulo é: “Desde Roma, desde as épocas heróicas e bárbaras da matança, em que os homens nasciam, cresciam, viviam para dar a morte, pelo mundo antigo, o sangue gerou a nevrose como uma peste” (Dias, 1975: 51). Trata-se de uma analepse externa homodiegética, e a consideramos homodiegética porque a narrativa enfatiza que Edmundo tem o sangue com nevrose, conforme já elucidamos, e, sendo assim, essa analepse acaba tendo a mesma linha de ação da diegese.

Outra anacronia histórica, que já se aproxima mais do tempo da diegese, é aquela que assim diz: “De 1831 a 1843, o Brasil andou a dilacerar-se com as próprias unhas, desde a Laguna ao Maranhão; Portugal era trilhado pelas rodas das carretas de artilharia, forças guindavam carcaças a cada esquina do Porto e Lisboa” (Dias,

1975:49). Nesse caso, o “alcance” da anacronia seria a distância que separa o momento em que vive Edmundo, que é o tempo da diegese – o qual podemos depreender pelas referências do romance: “Edmundo vinha dessa geração [...] nascida e criada na guerra de 1839 [...] Edmundo tinha assim os seus vinte e dois anos incompletos” (Dias, 1975:59-60) – do momento em que determinado fato é narrado. Apesar de afirmar-se nesse trecho que Edmundo vinha dessa geração, o ano citado não deve ser entendido literalmente. Senão, vejamos: o protagonista vive na época em que morreu o Marechal Floriano Peixoto, em 1895 (há uma referência ao enterro dele no romance), o tempo portanto em que se situa a diegese, e, se ele tinha 22 anos nesse tempo da diegese, logo ele nasceu em 1873. Desse modo, se a anacronia citada acima nos remete aos anos de 1831 até 1843, então essa anacronia tem 12 anos de “amplitude” e 54 anos de “alcance” (de 1831 até 1895). Assim, esse exemplo é de uma analepse externa heterodiegética.

Há outras anacronias no primeiro capítulo que se aproximam mais da diegese, como, por exemplo: “Os melancólicos, a grande geração saída dos flancos de 1830, mórbida, sentimental, surgindo ao fim da gloriosa sangueira do Império [...]” (Dias, 1975:49) (analepse externa heterodiegética). Somente por essa breve abordagem do primeiro capítulo, podemos observar que as analepses são empregadas sistematicamente, ora se afastando muito da diegese, para o tempo de Cristo, por exemplo, ora estando muito próxima dela, como a referência ao único amigo de Edmundo, que ficara no Rio Grande do Sul; ora se projetando no futuro, ora no passado, ora mesclando passado, presente e futuro.

Passando em revista as principais anacronias presentes em todo o romance (ver também Anexo), constatamos, no que concerne às prolepses (as anacronias que têm alcance posterior ao momento em que a narração é proferida), uma predominância das prolepses internas homodiegéticas, internas por apresentarem uma amplitude que inclui temporalidades concomitantes à diegese, e homodiegéticas por apresentarem a mesma linha de ação da narrativa principal.

Neste momento, devemos reconhecer que tivemos certa dificuldade no emprego rigoroso das categorizações de Genette, uma vez que o próprio autor observa:

Mas as próprias noções de retrospectção ou de antecipação, que fundam em psicologia as categorias narrativas da analepse e da prolepse supõem uma consciência temporal perfeitamente clara, e ralações sem ambiguidade entre o presente, o passado e o futuro. Foi só por necessidade de exposição, e ao preço de uma esquematização abusiva, que postulei até agora que assim era sempre. Na realidade, a própria frequência das interpolações e o seu cruzamento recíproco confundem frequentemente as coisas de uma maneira que chega a ser sem saída para o simples leitor, e mesmo para o mais resolutivo dos analistas. (Genette, 1972:77)

Ainda devemos considerar, em relação às categorizações de anacronias no romance *A mulata*, que as analepses são bastante frequentes nos capítulos I até o XVI, e são analepses internas, isto é, narram fatos que aconteceram concomitantemente à diegese e analepses externas, as quais geralmente têm um fundo histórico, retomando acontecimentos passados para justificar, muitas vezes, o que está acontecendo no presente. O narrador, nesse sentido, valorizou bastante o passado, como uma época referencial para se pensar o que deveria ser mudado no presente e o que deveria ser evitado. Na maioria dos casos, entretanto, esse passado é reverenciado como ideal, principalmente no tocante às artes, à literatura e à política. Em relação às prolepses, as que acontecem nesses capítulos são, em sua maioria, homodiegéticas e reforçam também o que traz o último capítulo do romance, a morte.

Com relação ao capítulo XVII, que traz inúmeras prolepses, é o único capítulo em que estas superam em quantidade as analepses, justamente por se tratar do momento em que o passado já não tem nenhum sentido, o momento em que a morte chega para a vida do protagonista. Nesse momento, a narrativa deixa de enfatizar o passado e volta-se para o futuro, em que nada mais faz sentido, a não ser o desfecho fatal do protagonista. Assim, as prolepses são todas internas e homodiegéticas e fazem parte da mesma linha da ação da narrativa principal, que seria a vida de Edmundo nos seus cinco meses finais e o seu trágico desfecho, já insistentemente anunciado nessas prolepses.

De uma forma geral, podemos dizer que a predominância das analepses em relação às prolepses revela uma narrativa que valoriza muito mais o passado do que qualquer perspectiva de futuro, estando na contramão de outros tipos de romances, como o romance policial, por exemplo, em que a prolepse muitas vezes tem um papel preponderante.

As analepses são empregadas em *A mulata* não apenas para referir eventos do passado que explicam aspectos específicos no presente da narrativa, o que seria o mais comum, mas frequentemente aparecem para reverenciar o passado como um momento melhor do que o presente, afirmando a perspectiva decadentista do narrador.

As prolepses, diferentemente do que aconteceria em um romance policial, não surgem como hipóteses para um possível desfecho da diegese, mas sim como um prenúncio de um trágico final reiteradamente afirmado.

Se as analepses produzem o efeito desejado de reverenciar o passado, as prolepses, ainda que em número bem menor, acabam por se revelarem repetitivas e produzem um efeito maçante no leitor.

A esse respeito, Genette também se remete à frequência da narrativa, que seriam as repetições ali existentes. Essa categoria muito nos interessa para a análise do romance *A mulata* porque é impactante a repetição que ocorre na narrativa com relação aos comentários do narrador sobre o mestiço. Nas palavras de Genette:

Entre essas capacidades de repetição dos acontecimentos narrados (da história) e dos enunciados narrativos (da narrativa) estabelece-se um sistema de relações que se podem *a priori* reduzir a quatro tipos virtuais, por simples produto das duas possibilidades oferecidas de parte a parte: acontecimento repetido ou não, enunciado repetido ou não. Muito esquematicamente, pode dizer-se que uma narrativa, qualquer que ela seja, pode contar uma vez o que se passou uma vez, *n* vezes o que se passou *n* vezes, *n* vezes o que se passou uma vez, uma vez o que se passou *n* vezes. (Genette, 1972:114)

Em seguida, o autor prossegue referindo-se ao singulativo e ao iterativo. O primeiro caso consiste em “contar uma vez o que se passou uma vez, *n* vezes o que se passou *n* vezes”; no segundo, a narrativa iterativa consiste em contar “uma vez o que se passou *n* vezes.” Também há a narrativa repetitiva em que se conta “*n* vezes o que se passou uma vez”. Nesse último caso, “as recorrências do enunciado não correspondem a qualquer recorrência de acontecimentos” (Genette, 1972:116)

No caso da narrativa iterativa, “uma única emissão narrativa assume conjuntamente várias ocorrências do mesmo acontecimento [...]” (Genette, 1972:116). Além disso, referindo-se a *Em busca do tempo perdido*, observa Genette:

Toda a narrativa iterativa é narração sintética dos acontecimentos produzidos e reproduzidos no decorrer de uma série iterativa composta por um certo número de unidades singulares [...]. A série é definida *primeiramente* pelos seus limites diacrônicos (entre o fim de Junho e o fim de Setembro do ano de 1890), e, seguidamente, pelo ritmo de recorrência das suas unidades constitutivas: um dia em sete. Chamaremos **determinação** ao primeiro passo distintivo, e **especificação** ao segundo. Chamaremos, enfim, **extensão** à amplitude diacrônica de cada uma das unidades constitutivas [...]. (Genette, 1972:127) (grifos nossos)

Portanto, determinação é o início e o fim de uma série iterativa, a especificação é sua frequência (p. ex.: às vezes, sempre) e a extensão é a duração da série.

Em *A mulata*, a frequência narrativa se apresenta, na maioria dos casos, de forma singulativa e repetitiva, mas também está presente a frequência iterativa.

A frequência narrativa repetitiva aparece principalmente em descrições que desqualificam a imagem do mestiço. Então, o romance é recorrente em contar “n vezes o que se passou uma vez”, caracterizando portanto o que Genette chamou de “narrativa repetitiva”. Vejamos alguns exemplos: “Todo esse enorme cruzamento de raças, dessa procriação sob o sol candente dos trópicos, as nevroses rebentaram, como flores dos cálices, ao calor...” (Dias, 1975:49); “A África trazia-nos o seu sangue mau e fermento, mas a raça negra algemada, feita escrava, degenerou-se no sofrimento [...] vingou-se assim dos brancos, dando-lhe, quando livre, um sangue terrivelmente mau [...]” (Dias, 1975:49); “O sangue da África trazia daquilo, pareciam raças cruzadas com tigres e leões [...]” (Dias, 1975:103); “A degenerescência da raça esgotara nele todo o instinto adquirido por quinhentas gerações [...]” (Dias, 1975:293). Nesses casos, o narrador se refere a um único acontecimento: a mistura de raças e os seus supostos resultados negativos, mas repete a mesma ideia exaustivamente ao longo do texto.

Também é recorrente em *A mulata*, a “narrativa singulativa”, a qual consiste em “contar uma vez o que se passou uma vez, *n* vezes o que se passou *n* vezes”. Com relação ao primeiro caso, narra-se uma única vez o enterro do Marechal Floriano Peixoto:

Chegara o dia 6 de julho. Enterrava-se o Marechal Floriano Peixoto, numa câmara-ardente do cemitério de S. João Baptista [...] O caixão,

de madeira preciosa incrustada de prata, foi atirado em cima da carreta [...] Havia um sacudir de ferragens e tropear de cascos ao fundo do Largo do Paço, onde se alinhava a polícia a cavalo e o esquadrão de lanceiros [...] E Edmundo pensou [...] E todos esses clarins, todas essas fanfarras estrugidoras e triunfais, no seu berro metálico de lástima, todas as marchas fúnebres que atroavam os ares, não impediram que Deus, o único justiceiro [...] ouvisse as maldições balbuciadas pelas mães, pelas viúvas, pelos órfãos... Quanta pompa para levar mais um cadáver à gula dos vermes!... Que mascarada, o mundo!... (Dias, 1975:263-265)

Com relação ao segundo caso, narram-se inúmeras vezes os encontros de Edmundo e de Honorina, que aconteceram “*n* vezes”: “Depois, uns olhos pretos que caíram distraídos sobre os dele, dois olhos tristes e profundos, que levantavam como auréolas umas pestanas compridas e sedosas. Morena e magra nem reparou mais nela” (Dias, 1975:91); “No dia seguinte, ao sentar-se à mesa, os olhos fundos e negros caíram placidamente sobre os dele, como duas águias que vergam asas e descem devagar sobre a presa” (Dias, 1975:96); “Os olhos, enchia-os uma profunda escuridão de tempestade, prometendo relâmpagos [...] Só daí a dois dias ele conseguiu vê-la descer [...] Não suportava mais a persistência daquele olhar que confessava um capricho” (Dias, 1975:121); “Ela contemplava-o, com um sorriso de um terno desprezo [...] inundando-o com a vista, numa violência de desejo [...]” (Dias, 1975:139).

A narrativa iterativa está presente em *A mulata* no momento em que se narra Edmundo indo ver as “irmãs de caridade”. Nesse caso, conta-se uma vez o que aconteceu *n* vezes:

Tinha um grande e piedoso respeito pelas irmãs de caridade. Muitas vezes, à tarde, ia vê-las descer a escadaria do hospital, recolhidas, de olhos baixos, as mãos cruzadas aos lábios sussurrando uma eterna oração, vindas de cumprir a sua santa tarefa de misericórdia. (Dias, 1975:68)

Exemplo único, pois a narrativa iterativa aparece uma única vez em *A mulata*, mesmo porque, conforme já ressaltamos, o narrador explorou ao máximo as repetições dentro do romance. Com relação ao “respeito pelas irmãs de caridade”, é um dos poucos sujeitos sociais que o protagonista ainda admira, e essa admiração, conforme ressalta a iteração, não ganha um espaço enfático dentro da narração.

A narrativa repetitiva é a que mais aparece no romance. Conforme já salientamos, narra-se e repete-se mil vezes o que aconteceu uma vez, principalmente no tocante à miscigenação e aos efeitos que a narrativa afirma que ela teve na constituição do povo brasileiro. A narrativa singulativa também é bastante presente no romance, mesmo porque narra-se a vida cotidiana de Edmundo, que também tornou-se bastante repetitiva em determinado ponto da narração.

O modo

Com relação ao que Genette designa de modos da narrativa, isto é, “as (classes) que estão ligadas às modalidades (formas e graus) da representação da narrativa”, são aí expressos os pontos de vista com relação à ação. De acordo com o efeito que pretende alcançar, o narrador toma esta ou aquela distância, esta ou aquela perspectiva em relação à matéria narrada.

Com efeito, pode-se contar mais ou menos aquilo que se conta, e contá-lo segundo um ou outro ponto de vista [...] a representação [...] tem os seus graus; a narrativa pode fornecer ao leitor mais ou menos pormenores, e de forma mais ou menos directa, e assim parecer manter-se a maior ou menor distância daquilo que conta; pode também, escolher o regulamento da informação que dá [...] segundo as capacidades de conhecimento desta ou aquela das partes interessadas na história (personagens ou grupo de personagens), da qual adoptará ou fingirá adoptar aquilo a que correntemente se chama “a visão” ou “o ponto de vista”, parecendo então tomar em relação à história esta ou aquela perspectiva. “Distância” e “perspectiva” [...] são as duas modalidades essenciais dessa regulação da informação narrativa que é o modo [...]. (Genette, 1972:160)

Ainda há um conceito bastante interessante com relação ao modo narrativo que diz respeito à *mimesis* e à *diegese*, em que:

[...] fingir mostrar é fingir calar-se e dever-se-á, pois, finalmente, marcar a oposição do mimético e do diegético por uma fórmula como: informação+informador=C, que implica que a quantidade de informação e a presença do informador estão na razão inversa, definindo-se a mimese por um máximo de informação e um mínimo de informador, a diegese pela relação inversa. (Genette, 1972:164)

Portanto, o imitar deve camuflar o informador, enquanto o contar é marcado pela presença do informador. Nesse sentido, a forma narrativa será mais mimética conforme a quantidade de cenas que contiver e mais diegética conforme a quantidade de *instâncias narrativas*.

No caso de *A mulata*, temos a evidente predominância da diegese, com a forte presença de um narrador que é sistematicamente assertivo e judicioso, não somente ao narrar os fatos como também ao qualificá-los a partir de uma perspectiva moral bastante definida. Ainda assim, há momentos miméticos, com a constante presença de diálogos e descrições:

Vejamos a descrição do momento em que Edmundo morre:

As pálpebras e os lábios tornavam-se roxos. A pele colava-se à caveira, do queixo às fontes, e só naquela face de cadáver a boca parecia sofrer, meio aberta, torcida, com os beiços presos às gengivas, mostrando os dentes, numa careta trágica. (Dias, 1975:43)

Para avaliarmos mais detidamente a “distância” e “perspectiva” que esse narrador tem da matéria, primeiramente devemos qualificar que tipo de discurso emprega com maior frequência. Ainda relacionado ao modo de narrar, para Genette há três tipos de discurso: o discurso *narrativizado ou contado*, “isto é, tratado como um acontecimento entre outros, e como tal, assumido pelo próprio narrador” (Genette, 1972:168); o discurso *transposto*, em estilo indireto, em que o personagem conta algo a alguém; e o discurso *relatado*, que apresenta “a forma mais mimética [...] em que o narrador finge ceder literariamente a palavra à sua personagem [...]” (Genette, 1972:170).

Em *A mulata*, temos a predominância do discurso *narrativizado*:

Acabou por se ver mesmo um patife romântico, acusava-se, sentia-se resvalar, chafurdar na lama, e as calúnias apertá-lo por toda parte, a boca do mundo, essa boca de meretriz, colada ao seu nome, atormentando-o. E cada vez se convenciam mais da sua infâmia, sabia que o turco vinha de dia estar com ela, enquanto ele andava fora, arranjando dinheiro para lhe dar de beber, para pagar a lavadeira e o hotel à fêmea, cama e quarto para se rirem dele, como dum cabrão, como dum safardana!... (Dias, 1975:205)

Nesse exemplo, ao utilizar o discurso narrativizado, a presença do narrador ridiculariza Edmundo e a condição em que se deixou estar. Através da ironia, há um julgamento velado desse narrador.

No entanto, também está bastante presente o discurso *relatado* em que Edmundo e os outros personagens ganham voz em diálogos.

- Não é aí senhor doutor, é aqui... [...]
- Está cheio de vergonha, envenenado, sinto que vai cair podre cá dentro, que vai rolar até as tripas, todo trespassado...
- Qual! Morre-se lá na sua idade! Levante a cabeça, isto não é nada...
- Doutor, eu quero morrer... Deixe-me morrer, meu amigo...
- Há de ser quando Deus quiser, senhor Edmundo... (Dias, 1975:420)

Com relação ao discurso *transposto*, caracterizado por Genette como aquele que emprega o discurso indireto ou indireto livre, temos em *A mulata* o seguinte exemplo, em que a voz de Edmundo ganha espaço, ao se exteriorizar o que pensava sobre Honorina:

Sim, aquela pobre mulher tinha razão de ser assim... Os seus olhos de criança viram o pai trazido ensanguentado para casa, com um tiro no peito... viu a mãe chorar de fome e entregou-se às promessas dos homens que lhe ferraram na fronte o estigma de última, que lhe roubaram o seu sagrado direito de ser mãe, que a expulsaram para sempre da família, do amor, e depois do estupro de uma alma e da violação de um corpo, lhe deixaram um pouco de dinheiro à cabeceira, o preciso para não morrer enquanto a ferida não cicatrizasse, e um outro não viesse arreganhá-la de novo, infamemente... (Dias, 1975:175)

Ainda assim, o discurso narrativizado é predominante em todo o romance, apontando para uma opção naturalista de narrador, que procura apresentar sua narrativa ao leitor como se fosse a própria realidade e não uma perspectiva dela, sem, no entanto, abrir mão de fazer todo tipo de julgamento sobre essa realidade.

Genette se remete à *perspectiva* como: “o segundo modo de regulação de informação, que procede da escolha (ou não) de um ‘ponto de vista’ restritivo”

(Genette, 1972:183). Explica que, entre os teóricos, a “perspectiva” também é designada como “foco narrativo” ou “ponto de vista”:

Estabelece-se [...] um consenso sobre uma tipologia de três termos, dos quais o primeiro corresponde ao que a crítica anglo-saxônica chama a narrativa de narrador onisciente e Pouillon “visão por trás”, e que Todorov simboliza pela fórmula *Narrador>Personagem* (em que o narrador sabe mais que a personagem, ou, mais precisamente, diz mais do que aquilo que qualquer personagem sabe); no segundo, *Narrador=Personagem* (o narrador apenas diz aquilo que certa personagem sabe): é a narrativa de ‘ponto de vista’ segundo Lubbock, ou de “campo restrito” segundo Blin, a “visão com”, segundo Pouillon; no terceiro, *Narrador<Personagem* (o narrador diz menos do que sabe à personagem): é a narrativa “objectiva” ou “behaviourista”, a que Pouillon chama “visão de fora”[...] (Genette, 1972:187)

O comentário de Genette elucida bem como a questão da perspectiva foi exaustivamente trabalhada pela crítica literária, e há algum consenso em relação a esses três grandes tipos de narrador, mas cada qual ajusta-os às suas concepções. Ao tratar da perspectiva, Genette emprega o conceito de focalização narrativa e assim qualifica as narrativas a partir de sua focalização: narrativa *não focalizada* ou de *focalização zero* (o narrador é maior que o personagem; por exemplo, o narrador faz afirmações sobre o caráter, o passado ou o futuro do personagem que este desconhece completamente); narrativa de *focalização interna fixa, variável ou múltipla* (o narrador é igual ao personagem; por exemplo, no monólogo interior); e narrativa de *focalização externa* (o narrador é menor que o personagem; por exemplo, o personagem tem pensamentos e sentimentos a que o narrador admite não ter acesso).

Em *A mulata*, a narrativa se apresenta, em sua grande parte, com a *focalização zero* ou *não focalização*. Ao longo do romance, o narrador sempre está acima do personagem, sabe mais do que o personagem, adverte o personagem, opina sobre a vida desse personagem e, quando dá voz ao personagem, fá-lo com o claro intuito de trazer à tona a sua própria voz e vontade. Vejamos um exemplo:

Era desesperador o seu estado. Tinha sobrevivido uma peneumonia, os pulmões já cavernosos não podiam agüentar. O desenlace era fatal, mais dia menos dia [...] O médico abriu-lhe a camisa, apalpou-

lhe o peito [...] – Não é aí senhor doutor, é aqui... E apontava o coração... – Está cheio de vergonha, envenenado, sinto que vai cair podre cá dentro, que vai rolar até as tripas, todo trespassado... (Dias, 1975:420)

Nesse trecho, o narrador fala sobre a vida do personagem e já adverte que ele não sobreviveria à pneumonia, estando, dessa forma, acima da vida e dos sentimentos desse personagem. Além disso, ao dar voz a Edmundo, é para reforçar aquilo que ele já anunciara.

No momento em que Edmundo, por exemplo, pensa acerca de sua vida, há a voz do narrador a seguir, reforçando a visão que já apresentara ao leitor:

O destino serve-se da fragilidade para executar as suas leis de ferro... Tal homem que caminhava para a fortuna, para a felicidade, é preciso desviá-lo do caminho; a fatalidade desce ao mandado da sorte, encarna-se em uma mulher, e o homem estaca a meia entrada, volta-se sobre os seus passos e vai morrer numa prisão ou num degredo... E enquanto sentia a consciência segredar-lhe tudo aquilo, Edmundo fitava a amante, debatia-se, julgava ouvi-la pedindo piedade, entre soluços, entre gemidos, esforçando-se por atizar com as suas carícias trêmulas e desesperadas as cinzas frias de tanto amor... (Dias, 1975:237)

Em determinado momento, Edmundo entra em um fluxo de consciência, dando lugar à narrativa de *focalização interna*, aquela em que “o narrador é igual ao personagem”. Mesmo nesses casos, percebe-se que o narrador continua ali, fazendo o seu personagem caminhar para um único e trágico destino, justamente pelo fato de não “obedecer” aos conselhos trazidos pelo narrador. Vejamos os pensamentos de Edmundo:

Deixá-la assim impiedosamente, sozinha, abandonada, sem família, sem beleza, sem amor... Não! Até o derradeiro instante ficaria perto dela... Viria vê-la, consolá-la, falar-lhe nos bons tempos passados, tão doidos, tão dolorosos e contudo tão saudosamente lembrados... Três meses a fazerem-se mal um ao outro... Quanto tempo perdido [...] O que era a vida?... um homem deixa esganar entre as mãos de uma mulher todos os sonhos, todas as suas esperanças [...] e essa mulher, que nos torce implacável o caminho, que nos força a tragar a miséria [...] basta uma palavra para a afastar... O destino serve-se da

fragilidade para executar as suas leis de ferro... Tal homem que caminhava para a fortuna, para a felicidade [...] encarna-se em uma mulher, e o homem estaca a meia estrada, volta sobre os seus passos e vai morrer numa prisão ou num degredo... E enquanto sentia a consciência segredar-lhe tudo aquilo, Edmundo fitava a amante [...]. (Dias, 1975:236-237)

Nesse trecho, se confundem as falas do personagem e do narrador e ambos se questionam sobre o destino de um homem que faz as opções que fez Edmundo. O leitor, no entanto, desde as primeiras linhas do romance já conhece a opinião do narrador acerca desse gênero de vida.

Segundo Genette, no que concerne à focalização, há ainda a *alteração*, que é:

[...] uma mudança de focalização, sobretudo se surgir isolada num contexto coerente [...]. Os dois tipos de alteração concebíveis consistem quer em dar menos informação do que é, em princípio, necessária, quer em dar mais do que o que é, em princípio, autorizado pelo código de focalização que rege o conjunto. O primeiro tipo [...] trata-se da omissão lateral, ou *paralipse*. O segundo [...] *paralepse* [...]. (Genette, 1972:193)

Em *A mulata*, há constantes mudanças de focalização, em que se passa da *focalização zero* para a *focalização interna* e, geralmente, essa *alteração* traz à tona a *paralepse* porque, ao dar voz a Edmundo, o narrador acaba informando mais do que o necessário e exagera na caracterização do estereótipo de jovem decadente.

Há outro conceito em que o “excesso da informação implícita sobre a informação explícita funda todo o jogo daquilo a que Barthes chama os *indícios* (índices)” (Genette, 1972:196). Nesse ponto, o autor explica que esses *indícios* podem levar o leitor a interpretar as intenções do autor: “cada vez que um romancista escreve ‘sentiu um suor frio escorrer-lhe pelas costas’, nós traduzimos sem hesitação: ‘teve medo’. A narrativa diz sempre menos do que aquilo que sabe, mas faz muitas vezes saber mais do que aquilo que diz” (Genette, 1972:196)

Em *A mulata* há inúmeras referências à morte, funcionando como um *indício* do que acontecerá ao protagonista:

Quando Honorina entrou na cama, como uma cobra, e se abraçou desesperadamente a ele, Edmundo, teve medo, a cara sepulta numa onda de cabelos, através de cuja treva embalsamada duas luzes o inundavam com clarões de tocha, num funeral. Parecia-lhe estar dentro de um caixão, amortalhado [...] e uma voz, a voz dela, tremendo frases abafadas de amor, era como a reza de um padre, balbuciando o ofício dos mortos. (Dias, 1975:143)

Mais à frente, chega a pedir a morte: “Edmundo [...] acobardava-se [...] e pedia a Deus, do íntimo da alma, que lhe desse a morte quanto antes, essa sagrada e bendita eucaristia do além...” (Dias, 1975:207). Mais adiante, novamente a narrativa se refere à morte: “No silêncio, a sua tosse roncava como um mastim, aquele dobre agoirento de morte enchia a rua, fazia voltar as patrulhas...” (Dias, 1975:256). Mesmo quando Edmundo retoma o relacionamento com Honorina, surge outro *indício* de que não resistiria: “Sim, ela chamava-o, mas ele ouvia bater no coração uma hora lúgubre, que devia por força assinalar na sua vida um momento terrível...” (Dias, 1975:283).

Também emprega indícios para realizar críticas, como quando, ao narrar o cotidiano de Edmundo, diz: “E foi um alívio quando se viram à sombra da Rua do Ouvidor [...] onde tronavam livros franceses, de nomes difíceis, assinados por gente desconhecida” (Dias, 1975:88). Verifica-se aí uma crítica ao colonialismo cultural francês, difundido e almejado pela população letrada brasileira.

Além de casos mais pontuais, vale notar que o *indício* é empregado no romance em relação à própria totalidade da narrativa, o que acaba fazendo com que a morte final do protagonista não seja nada surpreendente. O narrador acaba por sobrecarregar o leitor com tais indícios, antecipando o desfecho do romance.

Outra categoria importante, à qual Genette se refere, é a voz. Ela é a *instância narrativa*, isto é, quem fala. Há três termos que envolvem a voz narrativa: o *tempo da narração*, o *nível narrativo* e a *pessoa*. Interessa-nos, neste momento, o que esse autor diz sobre a pessoa: “A escolha do romancista não é feita entre duas formas gramaticais, mas entre duas atitudes narrativas [...]: fazer contar a história por uma das suas personagens, ou por um narrador estranho a essa história” (Genette, 1972:243).

Em *A mulata*, há, por exemplo, um momento em que o narrador escreve na primeira pessoa:

E ficava com as suas ideias, enfronhado no seu desprezo por aquela geração que vinha surgindo, larvada, com o cérebro em decomposição [...] Aqui mesmo em nosso meio, o sangue degenerado foi injectado numa dosagem completa de Pravaz, e de todo esse enorme cruzamento de raças [...] A geração de que saímos arcabuzou-se familiarmente aos quatro cantos de seus domínios. (Dias, 1975:49)

Quando fala “em nosso meio”, assim como quando diz “A geração de que saímos”, o narrador, ao tomar o lugar de personagem secundária, utiliza estratégias dentro da instância narrativa para tornar mais persuasivo o seu argumento de que aquela sociedade estava falindo, como testemunho pessoal do fracasso e da decadência que se aproximava.

Voltando a acompanhar Genette, este prossegue e tipifica o narrador como aquele que não está presente na história que conta, ou que está presente como personagem da história. A partir dessa definição, nota que há:

[...] quatro tipos fundamentais de estatuto do narrador: 1) *extradieético-heterodieético* [...], narrador do primeiro nível que conta uma história da qual está ausente; 2) *extradieético-homodieético* [...], narrador do primeiro nível que conta a sua própria história; 3) *intradieético-heterodieético* [...], narrador do segundo grau que conta histórias das quais está geralmente ausente; 4) *intradieético-homodieético* [...], narrador do segundo grau que conta a sua própria história. (Genette, 1972:247)

Por fim, é importante observar quem é o narratário de *A mulata*, que, como o narrador, “é um dos elementos da situação narrativa, e coloca-se, necessariamente no mesmo nível diegético; quer dizer que não se confunde mais, *a priori*, com o leitor (mesmo virtual) de que o narrador com o autor [...]” (Genette, 1972:258). Assim, o narratário está dentro do texto e não fora dele. No caso de *A mulata*, logo no início do romance, o narrador delinea claramente o seu narratário:

[...] e é a ti, rapaz de vinte anos, que eu diria, antes que tivesses voltado a primeira página deste livro: - Possa servir-te de exemplo o que vais ler, se ainda abriga ilusões, se ainda vives de mentiras, se

ainda não ensanguentaste os pés na senda cheia de abrolhos da verdade. Nunca te esqueças, oh moço que por ventura me leres, de que tu amanhã serás a pátria [...] (Dias, 1975:39)

O narrador *extradieético* terá um narratário *extradieético*, “que se confunde aqui com o leitor virtual, e a quem qualquer leitor real pode identificar-se” (Genette, 1972:259)

Conforme já observado, há uma constante alternância de narrador em *A mulata*. Ora é Edmundo quem narra, ora é o narrador. Seguindo as classificações apresentadas por Genette, podemos afirmar que a narrativa de primeiro nível, qual seja, a vida de Edmundo contada no romance, tem um narrador *extradieético-heterodieético*, porque o narrador está quase integralmente ausente da diegese. Não se verifica no romance o narrador convivendo com Edmundo, apesar de ele se colocar, em algumas passagens, como alguém presente naquela mesma sociedade em que se insere a personagem. Também há momentos em que Edmundo assume a voz do narrador, mudando o estatuto deste para *extradieético-homodieético*, como quando fala sobre a sua vida e sobre o que está se passando nela. Como exemplo, há o momento em que reflete sobre as traições de Honorina: “Se ela enganava o outro, é que também era capaz de o enganar a ele... Podia até haver um terceiro que passasse os lábios pelo mesmo caminho [...]” (Dias, 1975:150). Finalmente, também tem lugar o narrador *intradieético-homodieético*, naqueles momentos em que a narração passa ao segundo grau, mas mesmo assim ainda faz parte da história de Edmundo. Nesse último caso, apresentamos abaixo alguns exemplos, ao falarmos da *metadiege*se.

Assim, ainda com relação à narrativa no segundo grau, há a *metadieética*, em que algum personagem conta algo do segundo nível, geralmente com uma função explicativa – “causalidade directa entre os acontecimentos da metadiegese e os da diegese” (Genette, 1972:231); ou uma relação temática – “não implica nenhuma continuidade espaço-temporal entre metadiegese e diegese” (Genette, 1972:232); ou função de distração – “não comporta nenhuma relação explícita entre os dois níveis da história” (Genette, 1972:232). Dessa forma, a narrativa *metadieética* pode ou não se relacionar com a diegese.

Quando Edmundo reflete sobre a vida de ator, há uma *metadiege*se com a função de distração: “O actor tem essa má sina consigo, leva a vida a vestir casaca e a

figurar de duque, arrastando ouropéis e declamando de um trono de papelão, para acabar pedinte e sem vintém para o enterro, o que é mais triste...” (Dias, 1975:183).

Edmundo traz ainda conteúdos para a narrativa que não estão no primeiro nível, mas acabam de alguma forma fazendo parte do universo do protagonista. Há, nesse caso, uma relação de causa entre metadiegeese e diegeese. É o que acontece, por exemplo, no momento em que fala sobre a pátria brasileira:

Porque a pátria desses vinte anos somos nós, os cínicos, os egoístas, os falsos, nós todos que ainda não sentimos crescer em nós esse sentimento venerando pela Mãe Augusta, sagrada, divina, por esta pátria em que nós tripudiamos com os nossos egoísmos, que nós não tomamos a sério, para com quem não usamos respeito [...]. (Dias, 1975:77)

Esse mesmo fenômeno acontece quando Edmundo reflete sobre a arte. Como era jornalista, ele fazia parte desse meio:

Ora, como se há-de chamar literatura àquilo que nada quer dizer, àquilo que nada exprime, àquilo que nada, absolutamente nada, pretende manifestar? [...] E deixando cair a vista para a sua geração, Edmundo pasmava absorto, sentindo a queda imensa que dera, descendo a leitura dessa revista de doidos, desse jornal de “arte nova” [...]. (Dias, 1975:45)

Esses exemplos acima também podem ser classificados como narrativa de nível *intradiegético-homodiegético* porque são narrativas de segundo grau, mas fazem parte da história do protagonista que as conta.

Portanto, como já observamos, o estatuto do narrador de *A mulata* muda ao longo do romance. Ao fazermos uma leitura menos atenta do livro, muitas dessas informações seriam irrelevantes, mas, conhecendo um pouco mais os artifícios utilizados pela narração, torna-se óbvio que essas estratégias têm por objetivo dar maior dinâmica a um romance centrado em uma única temática – a decadência da juventude brasileira –, o que poderia torná-lo enfadonho.

Para caminhar para a conclusão de nossa análise, tomemos as *funções do narrador*, que Genette distribui segundo os aspectos da narrativa. Esses aspectos são: a *função narrativa*, que se conecta com o aspecto da história; o *texto narrativo*, também chamado de *função de regência*, “ao qual o narrador pode referir-se por um

discurso de alguma maneira metalingüístico” (Genette, 1972:254); e a *situação narrativa*, “cujos dois protagonistas são o narratário, presente, ausente ou virtual e o próprio narrador” (Genette, 1972:254).

Com relação à *situação narrativa*, Genette nota que:

A orientação para o narratário, a preocupação de estabelecer ou de manter com ele um contacto [...] corresponde uma função que lembra ao mesmo tempo a função “fática” (verificar o contato) e a função “conativa” (agir sobre o destinatário) de Jakobson. [...] A orientação do narrador para ele próprio, enfim, determina uma função homóloga aquela que Jakobson designa [...] por função “emotiva”: é ela que dá conta da parte que o narrador, enquanto tal, toma na história que conta, na relação que mantém com ela: relação afectiva, mas igualmente moral e intelectual. (Genette, 1972:254)

Em *A mulata*, conforme já elucidamos, há dois narradores: o narrador externo à diegese e o próprio protagonista. Quando Edmundo está narrando, ou quando a narrativa apresenta o discurso *relatado*, a função “fática” e a função “conativa” ficam encobertas, porque o discurso dele dá ênfase ao sofrimento que sente e, dessa forma, vem à tona a função “emotiva”: “Ambos se tinham desesperado, ambos se tinham expectorado toda a amargura e fel que lhes enchiam o peito... Se houvera beijos amargosos, só o mundo os envenenara...” (Dias, 1975:237). Mas as funções encobertas – fática e conativa – não deixam de existir em momento algum, afinal toda a passagem de Edmundo causa um sentimento no destinatário e o prende à narrativa.

Quando, entretanto, o narrador retoma a voz, tanto a função “fática” como a função “conativa”, e sobretudo esta, se evidenciam. A função “emotiva”, dessa forma, está mais ligada ao protagonista, independentemente de quem está narrando.

Quanto ao narrador, ele ainda pode ter um papel de testemunho, assumindo a função *testemunhal* ou de *atestação*. Ou, ainda, quando apresenta suas intervenções e comentários, tem-se então a função *ideológica* do narrador, em que “as intervenções diretas ou indiretas do narrador a respeito da história podem tomar também a forma mais didáctica de um comentário autorizado da acção [...]” (Genette, 1972: 255)

Em *A mulata*, a função *ideológica* do narrador é evidentemente predominante. Logo no início, este já afirma: “O que será então do Brasil, abandonado a uma geração desequilibrada, com uma literatura perversa e mentecapta, sem artes, sem tradições,

sem aspirações [...]” (Dias, 1975:40). A narração já se inicia com uma crítica à sociedade da época e ao meio literário de então. O narrador, ao falar dos homens ligados à literatura, faz esse “comentário da acção”, a que se refere Genette ao explicar a *função ideológica* do narrador:

E aí estava a uma esquina, mostrando-se pelos cafés e pelas ruas, um homem de letras... Aquilo era um resultado do meio literário... Ninguém que a tempo o tivesse obstado do vício, ninguém que o levasse embora para casa [...] Aquilo era a decadência, o último rebento pervertido e desorganizado de uma geração que findara [...] Ali estava crucificado a uma esquina, o nefelibatismo dos novos [...] (Dias, 1975:93)

No trecho acima, o narrador explora a acção dos nefelibatas e apresenta o seu juízo acerca do que seria essa geração “que findara”. É justamente nesses juízos de valores que aparece a função ideológica do narrador, em que transparece o que ele pensa acerca do que narra.

Isso se dá, por exemplo, quando ele descreve o desespero de Edmundo ao descobrir que Honorina o traía e, depois de insultá-la por isso, vem-lhe o remorso:

Ela, pérfida, com uma arte de gata, fazendo de amuada, encostando a cabeça ao seu ombro, disse-lhe quase ao ouvido:
- Ein morzinho, não quer mais bem a sua mulata?
Edmundo agarrou-lhe nos pulsos, levou-a à parede, e com os punhos cerrados rente à cara dela, escarrou-lhe o insulto:
- Puta!
Honorina fechou os olhos empurrando-o levemente [...]
- Não, não pode ser Honorina!... Perdoa-me, eu amo-te, só te tenho a ti... Não me enganaste eu sei [...]
- E que tinha se o tivesse enganado com outro homem?
Edmundo respondeu entre dentes:
- Não tinha nada...
Ele podia ir embora, não o queria mais para coisa alguma... Tinha acabado tudo... Nunca jurara a homem nenhuma fidelidade, nem ao marido... A porta estava aberta[...] Bateram à porta, Edmundo foi abrir. Emília entrou, desfeita, pálida, os olhos pisados, com um roupão de seda creme, e foi sentar-se ao lado de Honorina, falando-lhe ao ouvido. Ele pasmava ante o olhar da amante, um olhar distraído e embaciado. Emília saiu. Então Honorina deitou os braços ao pescoço da criança, beijou-o longamente, fazendo-o compreender tudo...
- É um vício... Já com minha irmã era a mesma coisa... Mas sossega, é para nunca mais... Não continuo... Fiz-te sofrer?

Tudo aquilo era demasiado cruel, as suas duas almas batiam asas na derradeira agonia, amar, desejar, ser feliz era já impossível... [...] Não podia haver amor numa mulher que disse fizera modo de vida, e ele também não poderia amá-la assim envilecida, porque o seu pobre coração tinha aberto durante a noite, precisava de sol, não podia vingar naquela lama toda... (Dias, 1975:168-170)

O narrador de *A mulata*, se posiciona ideologicamente a partir de uma perspectiva racista e preconceituosa, a qual fizemos já diversas menções neste trabalho. No trecho acima, por exemplo, depois de explorar a traição de Honorina com Emília, ele profere a sentença final para Edmundo, que “não podia vingar naquela lama”. Ele é parcial ao condenar Honorina. Ela, por sua vez, era sincera e não enganou Edmundo. Falou-lhe a verdade. Por um lado, ela faz jus ao seu nome, é honrosa, porque fala a verdade, independentemente do que essa verdade poderia causar-lhe naquele contexto, e acaba, dentro da narrativa, tendo um comportamento que cabia aos homens, se considerarmos a forma como o narrador apresenta aquela sociedade. Por outro lado, no entanto, exatamente por assumir quem era e agir de acordo com esse caráter, acaba, segundo o juízo de valor apresentado pelo narrador, perdendo totalmente a honra.

Esse narrador é, dessa forma, parcial ao explorar temas como o incesto, a homossexualidade, a mestiçagem. Ele desqualifica o mestiço de forma recorrente e acaba sendo preconceituoso ao extremo.

Ao verificarmos o percurso que Carlos Malheiro Dias percorreu após constituir um narrador como o de *A mulata*, torna-se claro que o narrador com essa função ideológica, no conjunto das suas obras, encerrou-se nesse romance. Não tornamos a ver outros títulos deste autor que tratam do negro ou do mestiço dessa forma. Tampouco verificamos textos acerca da prostituição. Já a sua vertente machista ainda aparece na narração de *Paixão de Maria do Céu*, por exemplo, mas de forma mais amena, a partir do momento em que Maria do Céu sofre muito por um francês, general do exército, mas o sofrimento se baseia no fato de ela ser vítima de uma sociedade patriarcal em que a mulher não tinha valor algum.

Voltando à função ideológica do narrador presente em *A mulata*, torna-se claro que, ao defender, através da narrativa, que o Brasil estava fadado ao insucesso, por conta principalmente da população mestiça e da forma como aquela sociedade estava

estruturada, o narrador não agradou aos brasileiros e acabou tendo o seu livro rechaçado entre o meio letrado de então.

É possível que Malheiro Dias tenha refletido acerca desse narrador e se arrependido de o ter concebido, mesmo porque ele próprio, como já o referimos no capítulo 1, não tornou a citar esse romance. Esse aspecto será explorado mais adiante, quando tratarmos da bibliografia mais extensa do autor.

Vejamos a seguir como o romance se relacionou com as tendências estéticas que vigoravam em seu momento de concepção.

CAPÍTULO 3

A concepção naturalista de *A mulata* e sua recepção

Como já foi referido neste trabalho, *A mulata* é um romance muito diretamente relacionado com a vertente literária naturalista. Neste capítulo, pretendemos averiguar até que ponto Malheiro Dias aderiu de fato à estética naturalista, o que particulariza o seu trabalho em relação a essa vertente e como aquele romance, assim concebido, foi recebido pela intelectualidade brasileira à época.

A origem do naturalismo é atribuída a um prefácio do romance *Thérèse Raquin* (1867), de Émile Zola, no qual o escritor assim diz:

Em *Thérèse Raquin*, eu quis estudar temperamentos e não caracteres. Aí está todo o livro. Escolhi personagens soberanamente dominados pelos nervos e pelo sangue, desprovidos de livre-arbítrio, arrastados em cada ato de suas vidas pelas fatalidades da própria carne. Thérèse e Laurent são animais humanos, nada mais. (Zola, 1992:8)

Ele assinala também a intenção de seu trabalho: “Começa-se, espero, a compreender que meu objetivo foi um objetivo científico, antes de tudo” (Zola, 1992: 8). Ao propor tal cientificidade ao romance, também propõe um método:

Enquanto escrevi *Thérèse Raquin*, esqueci o mundo, mergulhei na cópia exata e minuciosa da vida, entregando-me por inteiro à análise do mecanismo humano, e asseguro que os amores cruéis de Thérèse e Laurent não tinham para mim nada de imoral, nada que pudesse conduzir a paixões perniciosas. A humanidade dos modelos desaparecia como desaparece aos olhos do artista que tem uma mulher nua estendida diante de si, e que pensa unicamente em colocar essa mulher sobre a tela na verdade das suas formas e das suas cores. (Zola, 1992:9)

Nesse sentido, o método proposto por Zola seria o de observar a humanidade e com ela conviver, em uma espécie de estudo de caso e de campo, para daí sim escrever algo acerca daquilo de que de fato tem conhecimento por ter convivido com ele.

Ao refutar certa crítica ao seu romance, Zola explicita o seu método:

Em meio ao concerto de vozes que gritavam: “O autor de *Thérèse Raquin* é um pobre histérico que se deleita expondo pornografias”, esperei inutilmente uma voz que respondesse: “Ah! Não, esse escritor é um simples analista, que talvez tenha se demorado um pouco na podridão humana, mas que o fez como um médico num anfiteatro”. (Zola, 1992: 9)

As palavras de Zola esclarecem que, tal qual “um médico num anfiteatro”, que supostamente apresentaria todas as doenças de um corpo para uma plateia, o escritor apresentou ao seu leitor a “podridão humana”. Prossegue e afirma que, se estivesse diante de “homens capazes de ler, compreender e julgar um livro”:

Quaisquer que fossem as suas conclusões, admitiriam o meu ponto de partida, o estudo do temperamento e das modificações profundas do organismo sob a pressão do meio e das circunstâncias [...] Tenho a impressão de ouvir desde já a sentença da grande crítica, da crítica metódica e naturalista que renovou as ciências, a história e a literatura: “*Thérèse Raquin* é o estudo de um caso muito excepcional [...] O desejo de nada perder das suas observações levou o autor a colocar cada detalhe em evidência, o que deu ainda maior tensão e crueza ao conjunto”. (Zola, 1992:10-11)

Então, ao falar da hipotética conclusão, acerca de seu romance, “da grande crítica”, ele evidencia a importância da escola naturalista e o método utilizado que se baseia na observação. Reforça com isso a teoria de que um bom romance deveria se basear nesse método.

Portanto, os naturalistas entendiam que o indivíduo é produto de sua hereditariedade e o seu comportamento é fruto do meio físico e social em que vive e que age sobre ele. Segundo Antonio Candido e Aderaldo Castello: “os seres aparecem como consequência de forças pré-existentes que limitam a sua responsabilidade e os tornam [...] joguetes das condições” (Candido & Castello, 1996:286).

Tratando-se do romance *A mulata*, Honorina aparece como: “filha de uma raça que sofrera, caída na desgraça” (Dias, 1975:145). De acordo com essa precondição racial, ela é representada sempre de forma rebaixada. Além disso, a narrativa é enfática ao inferiorizar a origem africana: “A África trazia-nos o seu sangue em fermento, mas a raça negra algemada, feita escrava, degenerou-se no sofrimento. Vingou-se assim dos brancos, dando-lhe quando livre, um sangue terrivelmente mau, em que escorria ódio, cobardia e perversidade” (Dias, 1975:49).

Os naturalistas tinham obsessão com os problemas de hereditariedade e os escritores enfatizavam “os efeitos das taras, das doenças, dos vícios, da educação na formação do caráter e adaptavam tudo isso às teorias científicas em voga” (Candido & Castello, 1996:286). Nesse sentido, ao descrever Edmundo, a narrativa evidencia a herança genética:

A pobre criança era um produto mórbido e irresponsável de um atavismo nevropata. A sua passividade era apenas o resultado do seu temperamento anêmico; era a sujeição à lei científica: “o temperamento linfático ou passivo, o temperamento sanguíneo ou ativo”. (Dias, 1975:58)

Esses autores exploravam temas como a homossexualidade, o incesto, o desequilíbrio que leva à loucura e criavam personagens dominados pelos seus instintos e desejos. Buscavam então no comportamento do ser humano traços da sua natureza menos racional. Segundo o historiador da arte Arnold Hauser, “o naturalismo não visa à realidade como um todo, nem à natureza ou à vida em geral, mas a vida social em particular” (Hauser, 1954:886), isto é, como cada indivíduo se comporta em determinada sociedade com os condicionantes que lhes seriam próprios.

Nesse sentido, a narrativa, de forma preconceituosa e excludente, explorou a homossexualidade nas figuras de Honorina e de Emília; o incesto, na figura de

Honorina; a dominação pelos instintos, na figura decadente de Edmundo; os traços da natureza irracional, na figura de Honorina.

Além desses personagens centrais do romance, há descrições sobre a sociedade em geral, em que são abordados temas como os da homossexualidade e da pedofilia:

Na Rua de S. J. existiam duas casas de pederastia, no largo do Rossio bastava acender três fósforos... Floristas de dez anos piscavam os olhitos aos homens, no jardim dos teatros... Nos colégios a devassidão grunhe numa precocidade atroz. Do primeiro ao último, são uma só latrina. (Dias, 1975:199)

A narrativa conclui que toda a sociedade estava perdida e que “os bons são os que sabem esconder, nada mais!” (Dias, 1975:201). Há, dessa forma, uma concepção pessimista da sociedade carioca e da brasileira em geral. A narrativa insiste no fato de que o comportamento dos indivíduos que compunham a sociedade brasileira era depravado, devido ao meio em que se encontravam. São utilizados, dessa forma, elementos próprios do naturalismo para promover a desqualificação dos brasileiros.

Descrições em que prevalecem aspectos fisiológicos e que valorizam os detalhes foram temas muito presentes entre os naturalistas. Em *A mulata*, a atividade médica de Julião é aproveitada para aprofundar essa vertente no romance. Em determinado momento, quando Edmundo fora à casa de Julião:

Depois a sua vista tinha parado atemorizada em cima da mesa. A luz de uma vela espetada em um gargalo de garrafa, em cima de um pedaço de mármore, uma velha pedra de lavatório, pousava uma cabeça humana, de mulher, os cabelos cortados, a pele da face arrancada ao meio, deixando ver todos os músculos, tecidos e fibras, da testa ao queixo [...] Na cadeira ao lado havia pinças, bisturis, tesouras e uma garrafa de água acidulada para as dissecações. (Dias, 1975:82)

Julião, sendo um estudante de medicina, enseja muitos exemplos de descrições ao gosto naturalista no romance. Tais descrições intensificam a atmosfera pessimista que acompanha a obra do início ao fim: “Ah!, esses dolorosos dias de estudo, em redor das mesas pingando sangue, ao lado dos companheiros de mangas arregaçadas,

avental branco, cigarro ao canto da boca, saqueando corpos mortos, arrombando-lhes o peito para roubar corações” (Dias, 1986:226). Em determinado ponto, Edmundo reflete sobre o desamor de Honorina desta forma:

Por essa coisa que se fazem tambores?... O que ele amava nela era a pele de mulher [...] Que sentimentos queria ele que tivesse a pele de uma mulher? Sob ela havia as entranhas, as tripas, os pulmões, o baço, o fígado, e essa posta de sangue coalhado, o coração... (Dias, 1975:18)

Nesse caso, como é Edmundo quem pensa sobre Honorina, há um tom sentimental, mas, mesmo assim, manteve-se o gosto naturalista em descrever partes do corpo humano. Da reflexão de Edmundo, o leitor é levado a concluir que, se “ele amava [...] a pele de mulher”, não poderia esperar que ela o amasse de coração. Seu amor era carnal e, portanto, tão material quanto tudo aquilo que vinha abaixo da pele dela.

O que subjaz às descrições psicológicas é que se devem aceitar as pessoas sem esperar modificá-las, porque são condicionadas por características que lhes são inerentes. Daí o fato de a narração tratar Honorina como um mal social, como alguém que nunca iria se adequar àquilo que o autor sugere que seria adequado para viver decentemente no Brasil novecentista.

Além das descrições fisiológicas, como já assinalamos, havia entre os naturalistas uma tendência a se discutir os males humanos também através de descrições patológicas. Um grande exemplo em *A mulata* é a doença de Edmundo. Como não conseguiu dominar os seus sentidos, em razão de, conforme sugere a narrativa, sua hereditariedade vir se degenerando há três séculos, desde o desaparecimento de D. Sebastião no final do século XVI, o jovem adoeceu até a morte. Como já citado neste trabalho, o momento derradeiro do personagem é assim descrito:

As pálpebras e os lábios tornavam-se roxos. A pele colava-se à caveira, do queixo às fontes, e só naquela face de cadáver a boca parecia sofrer, meia aberta, torcida, com os beijos presos à gengiva, mostrando os dentes, numa careta trágica. (Dias, 1975:430)

Para Hauser, o naturalismo é um romantismo com novas convenções. Segundo ele:

A predominância da arte naturalista na segunda metade do século XIX é absolutamente um simples sintoma da vitória do ponto de vista científico[...] O naturalismo baseia o seu conceito de verdade psicológica no princípio de causalidade; o desenvolvimento correto do enredo, na eliminação do acaso e dos milagres; sua descrição do ambiente, na ideia de que todo o fenômeno natural tem o seu lugar numa cadeia aberta de condições e motivos. (Hauser, 1954:944)

Ao filiar-se à escola naturalista, Malheiro Dias tinha por objetivo descrever uma realidade, a qual ele concebia como decadente, de forma a demonstrar ao leitor que os acontecimentos que ali ocorriam tinham um porquê. Assim, utilizou *A mulata* para exteriorizar o seu pensamento acerca do Brasil novecentista. A decadência de Edmundo, a condição de Honorina, a tristeza de D. Maria, a pobreza de Julião constituem uma busca de conceber tipos que nos remeteriam à condição dos personagens que compunham a sociedade brasileira.

Segundo Hauser, há, entre os naturalistas, “uma recusa à fuga da realidade e uma exigência de honestidade na descrição dos fatos, assim como uma atitude intervencionista para alterar a realidade. Buscam ainda uma orientação popular tanto na escolha do assunto como na do público alvo.” (Hauser, 1954:945)

Nesse sentido, *A mulata* traçou um panorama da sociedade carioca mas, mesmo que tivesse “honestidade na descrição dos fatos”, resultou em uma narrativa extremamente pessimista que não agradou aos leitores da época. O narrador se posicionou ao advertir o leitor acerca dos perigos pelos quais julgava que todos passavam em relação ao estilo de vida desregrado e à falta de alicerces que ele julgava como adequados social, política e culturalmente para os jovens daquela geração. Edmundo vivia atrás de Honorina e esquecia-se de cuidar dos seus deveres. A sociedade em geral, na concepção romanesca, era fútil e ligada ao regime republicano, o que representava, para o escritor, uma enorme falta de consciência política, e a cultura era aquela dos cafés, dos literatos que não se prendiam à tradição e possuíam, segundo a narrativa, uma arte fraca e decadente. Tudo isso será explorado mais detidamente no próximo capítulo deste trabalho.

A recepção no Brasil

Revisitando a vida literária e política de Carlos Malheiro Dias, fica evidente que escreveu romances com vistas a explicitar um determinado ponto de vista social, isto é, sempre comentou e frisou os acontecimentos que envolviam a sociedade da qual ele participava.

Desde que publicou *A mulata*, em 1896, o escritor foi perseguido e hostilizado por alguns intelectuais brasileiros. Dentre eles, Carlos Maul, que, décadas depois da publicação do romance, escreveu no jornal *O Globo* (em 11 de setembro de 1957) uma nota em que acusou Malheiro Dias de esconder de sua biografia esse “livro infame”.

Há evidências de que a recepção negativa com relação à publicação de *A mulata* se deve primeiramente às críticas que o escritor faz ao meio literário brasileiro da época, mais precisamente àquele que se concentrava no Rio de Janeiro. De fato, Malheiro Dias foi muito enfático e repetitivo ao desqualificar a imagem do Rio de Janeiro.

Conforme frisou Nicolau Sevcenko (1985), o Rio de Janeiro era o centro cultural do Brasil desde o início da campanha abolicionista. Isso se deu porque foi naquela capital que se iniciou a desestabilização do Império e a consolidação da República. “Também era ali que existia a maior possibilidade de emprego para os homens das letras, o que foi reforçado pela inauguração, em 1887, da Academia Brasileira de Letras” (Sevcenko, 1985:27).

É possível também que a atitude contrária à obra por parte de alguns escritores esteja fundada nas críticas que Malheiro Dias fez à implantação da república, como veremos detidamente mais adiante.

Devemos ainda considerar que a posição preconceituosa presente em *A mulata* com relação à mestiçagem e ao mestiço justifique a repugnância que tal romance causou em parte do meio intelectual brasileiro de então. A mestiça Honorina foi apresentada como uma prostituta sem escrúpulos, decadente, animalizada e de uma maldade inata por conta de sua origem racial. Esse tema era motivo de preocupação

para alguns intelectuais da época, sendo inclusive um assunto visto sob um ângulo negativo por muitos destes, mas nem por isso detratavam as prostitutas de forma tão ofensiva como o fez Malheiro Dias. Segundo Susanne Castrillon: “Os escritores e jornalistas Luis Murat, Olavo Bilac e João Gutierrez, nos jornais cariocas (*A platéia* 02/06/1896 e 09/06/1896), chamam a atenção sobre ‘a desordem das prostitutas brasileiras e negras’ no espaço urbano” (Castrillon, 2002:71). Por “brasileiras”, leia-se “mestiças”.

A narração do romance também julgou o Brasil como decadente porque os intelectuais da época não se ligavam à tradição do realismo e do naturalismo, uma vez que surgia no Brasil a vanguarda simbolista. Segundo Alexandre Pinheiros Torres, em Prefácio a edição portuguesa de *A mulata*:

A verdade é que Malheiro Dias nivela o Brasil, ou as potencialidades desse país que quer renovar-se com a República, pelo tipo de literatura que o decadentismo-simbolismo brasileiro ia despejando nos escaparates das livrarias da capital carioca. E identifica o brasileiro como o intelectual do café. (Torres, 1975:28)

O narrador do romance se remete ao passado, através da voz de Edmundo, como a luz da humanidade. Como se nele estivessem os seres predestinados ao sucesso, aqueles que possuíam um pensamento supremo e edificante. Por outro lado, vê o presente como a morte do que um dia fora a luz da vida.

E Edmundo atirava toda a sua vista para o passado, balbuciando palavras incoerentes[...] E deixando cair a vista para a sua geração, Edmundo pasmava absorto, sentindo a queda imensa que dera, descendo à leitura dessa revista de doidos, desse jornal de arte nova. (Dias, 1975:46)

A revista a que Edmundo se referia era a *Rio – Revista* e, nas palavras dele: “Neste número estão as obras de Zola, de Tolstoi, de Goncourt, de Daudet [...] de Dostoievski, de Bourget, de Dumas Filho, de Ibsen, de centenas de escritores ainda” (Dias, 1975:44). O romance considera que esses ainda são escritores, diferentemente de parte dos brasileiros, dentre os quais, segundo a narrativa:

[...] contavam-se a dedos os jornalistas e homens de letras. Destes últimos apenas se salvavam pelo seu sério Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto, Aluísio Azevedo, Luis Murat, Vitor Silva, Adolfo Caminha, alguns espíritos de críticas, sensatos... O resto era de uma banalidade pasmosa e vila de província. A rapaziada invadia tudo, dando-se ares, possuía de si, rilhando as reputações, vivendo da intriga e da calúnia... (Dias, 1975: 65)

Com relação a Dostoievski, o protagonista do romance, Edmundo, já tivera um fervor por ele, mas um dia “fechara o *Crime e Castigo* na sua última página, para nunca mais [...] Esse russo fazia-o chorar a todo instante” (Dias, 1975: 67). Sendo Edmundo o representante da decadência da juventude brasileira, não suporta ler Dostoievski porque seria de um realismo excessivo para quem vive no mundo das ilusões e fantasias.

Em outro momento, na conversa com um amigo do jornal em que trabalhava, há uma nova alusão à supracitada revista:

Mas o companheiro arrancou-o àquelas lembranças que o tinham distraído, à vista perdida muito ao longe[...]
- Já viste o segundo número da *Rio-Revista*?
- Já sim.
- E então?
-Tenho medo até de dizer verdade sobre essa gente [...] São tão discordes da minha maneira de pensar![...] (Dias, 1975:76)

Ainda se refere ao “eterno ar sarcástico de Bilac, o seu rolar de olhos estrábicos e encolher de ombros, quando se lhe falava em arte, e ele que era um artista” (Dias, 1975:68). A alusão a que o poeta parnasiano dava de ombros quando se falava em arte sugere que até mesmo Bilac, a quem Edmundo admirava, por fim também não se salvava.

Podemos identificar, desse modo, alguns ataques nominais que contribuíram certamente para a má recepção do livro. No entanto, entendemos que o fator fundamental de sua não aceitação está ligado à abordagem da questão racial e das questões políticas.

Certamente dois intelectuais brasileiros contemporâneos de Malheiro Dias discordaram frontalmente da visão do Brasil proposta por ele em *A mulata*: Olavo Bilac e Manoel Bomfim, que, naquele contexto específico, se posicionaram claramente

sobre como pensavam o Brasil, inclusive em relação a questões raciais. Relembramos que Olavo Bilac se posicionou contrariamente ao escritor de *A mulata*. Segundo Torres: “Em 1897, Malheiro Dias fugiu do Brasil para escapar do furor de Olavo Bilac, de Luis Murat e de mais alguns escritores revoltados” (Torres, 1975:11). Também Manoel Bomfim, em seu livro *A América Latina – Males de origem* (1993), já se havia colocado contra o argumento da inferioridade das raças, observando que as raças ditas “superiores” eram justamente aquelas que parasitaram por anos os negros escravizados e os povos colonizados da América Latina (Bomfim, 1993:65).

Além disso, Olavo Bilac e Manoel Bomfim escreveram um livro em conjunto intitulado *Através do Brasil* (1910) que elucida os ideais que defendiam, os quais iam na contramão da posição assumida por Malheiro Dias em seu romance com relação à constituição da identidade nacional brasileira.

Olavo Bilac também fez crítica direta a Malheiro Dias por conta da publicação de *A mulata*. Para elucidarmos os possíveis fatores que desencadearam a crítica de Bilac a esse romance, vejamos alguns aspectos do livro *Através do Brasil*. Nesse livro, classificado geralmente como paradidático e obra escolar, mas escrito na forma de romance, há uma alusão à constituição da identidade brasileira, em que os autores nos remetem a um passado comum para os habitantes deste território. A narrativa se constrói a partir da viagem de Carlos, um garoto de quinze anos, e Alfredo, um garoto de dez anos, que partem de Pernambuco para o Rio Grande do Sul, devido ao fato de o pai deles ter ido para o interior, como engenheiro, trabalhar na construção de uma estrada de ferro. Dois meses após a partida do pai, eles recebem um telegrama que os avisa que o pai estava doente. Eles resolvem então partir para encontrá-lo. No meio da viagem, recebem a falsa notícia de que o pai falecera, quando na verdade quem falecera fora outro engenheiro que também trabalhava na estrada de ferro. Então, seguem para o Rio Grande do Sul, local em que se encontrava toda a família. No caminho, Juvêncio, um garoto também de quinze anos e nordestino, que sofria maus tratos da família, se junta a eles e os três seguem até a Bahia. Durante a viagem, os irmãos encontram uma boa senhora, já idosa, que foi quem primeiro lhes ajuda. Ela era africana e os meninos dormem em sua casa:

[...] havia galinhas, patos, perus, um porco, e uma cabrita. Tudo aquilo revelava um cuidado constante; tudo estava limpo e varrido;

e, contra o muro, enfileiravam-se as enxadas, os regadores, as vassouras, as foices... Foi Carlos quem foi arrancar o irmão d'alli. O dia ia alto, e era tempo de seguir viagem. Abraçaram a boa preta, agradecendo-lhe a hospitalidade generosa. Alfredo ainda levou um grande embrulho com amendoins torrados, último presente da caridosa africana. (Bilac & Bomfim, 1923:33)

O homem africano aparece na narrativa como bondoso e caridoso e é apresentado como fundamental para a constituição do povo brasileiro. Posteriormente, a narrativa traça um perfil dos principais habitantes que constituíam o Brasil, como os índios e os portugueses, além de descrever as belezas naturais do país. Carlos e Alfredo seguem viagem e Juvêncio fica na Bahia, de onde seguiria para Manaus, porque arrumara trabalho naquela cidade através de Ignácio Mendes, que havia trabalhado junto com o pai de Carlos e Alfredo. Ele ficou responsável por Juvêncio. Ao final, os meninos são recebidos pela família no Rio Grande do Sul, em Pelotas, e descobrem que o pai não havia morrido, mas estava a caminho para buscá-los. Além disso, o pai dos meninos adotara Juvêncio e passara na Bahia para pegá-lo antes de ir ao encontro dos filhos. A narrativa termina de forma animada e alegre, sugerindo uma mensagem de harmonia e coesão nacional.

Nesse texto, Bilac e Bomfim se referem ao final do século XIX para delimitar a consolidação da formação da identidade nacional. Segundo Regina Maria Monteiro e Ediógenes Aragão Santos:

A grande lição de Bilac e Bonfim será dada através das imagens com as quais os autores apresentam o país a seus leitores. Da materialidade da sua natureza exuberante, do caráter da sua gente, da grandeza do seu passado, do seu glorioso porvir[...] O Brasil é instituído enquanto um ser dotado de corpo, alma, passado e futuro. (Monteiro & Santos, 2002:25)

O Brasil é apresentado por Bilac e Bomfim como um grande país cheio de perspectivas para o futuro e com uma civilização que não está centrada em conflitos. Malheiro Dias, por sua vez, constrói uma imagem inversa a essa. Apresenta o Brasil, em *A mulata*, como um país sem perspectiva para o futuro, que não tem consciência do seu passado e onde os conflitos estão presentes constantemente. Ainda representa a nova nação como degenerada pela miscigenação.

Sobre esse período, Sevcenko avalia que o Brasil estava muito atrasado com relação às potências europeias, cujas histórias eram hegemônicas e as políticas, bem definidas. Era o período em que havia muita instabilidade devido à decadência do império e à consolidação da república. Nesse sentido, ainda segundo esse autor, surgiram duas formas típicas de reação: a primeira delas era “sublimar as dificuldades do presente e transformar a sensação de inferioridade em um mito de superioridade”; a outra seria “o estudo profundo das realidades do país” para encontrar uma diretriz concreta sobre o futuro.

Nesse contexto é que se inserem os esforços renitentes despendidos na tentativa de determinar um tipo étnico específico representativo da nacionalidade ou pelo menos simbólico dela, que se prestasse a operar como um eixo sólido que centrasse, dirigisse e organizasse as reflexões desorientadas sobre a realidade nacional. (Sevcenko, 1983:85)

Olavo Bilac e Manuel Bomfim fizeram esforço justamente no sentido de apresentar uma narrativa homogênea, com diversos tipos de brasileiros convivendo harmoniosamente, e o país é apresentado de forma a evidenciar suas belezas naturais. Todos esses fatores, no futuro, comporiam uma grande nação, segundo o que se pode apreender com a leitura do livro.

Já Malheiro Dias apresenta em sua narrativa a heterogeneidade do povo brasileiro. Ao evidenciar suas diferenças sociais, raciais, intelectuais, ele aponta para uma sociedade fragmentada, sem coesão social e que não teria condição de se sustentar enquanto nação independente, ao contrário do que buscavam demonstrar alguns intelectuais da época.

Ainda com relação ao livro *Através do Brasil*, segundo Monteiro e Santos:

Assim, através das máximas como “antes de tudo o dever, o homem vale unicamente por si mesmo ou o trabalho faz o homem”, Bilac e Bonfim elaboram imagens que impregnam o senso comum, fundando, no Brasil, um discurso sobre sua própria essência[...] Este texto mostra a preocupação de garantir a unidade do povo brasileiro, da necessidade da construção de uma identidade nacional, para que a dicotomia entre diferenças biológicas, raciais e de classe fossem superadas. (Monteiro & Santos, 2002:32)

Neste ponto, tomamos como central a questão racial apresentada no texto de Bilac, em que, segundo Monteiro e Santos, há uma preocupação de “garantir a unidade do povo brasileiro”. Muitos intelectuais concebiam a figura do mestiço como uma possível representação simbólica das diferenças raciais entre negros, brancos e índios, ainda que isso não significasse necessariamente ausência de preconceito racial. Pelo contrário, era também uma forma de apagar as diferenças na superfície para mantê-las mais estáveis em profundidade. Malheiro Dias, ao representar a miscigenação como algo extremamente negativo, tomando por perspectiva o homem branco, incitou os ânimos contra o seu romance, pois, afinal, declarou abertamente que tinha uma visão preconceituosa da raça mestiça e negra, o que acirrou os ânimos dos que eram de fato antirracistas e também daqueles que queriam que a questão racial tivesse a simplista solução simbólica da mestiçagem. Tudo isso será visto com mais detalhe nos próximos capítulos deste trabalho, no qual o romance de Malheiro Dias é inserido no conjunto da obra do autor e no debate acerca de suas ideias racialistas e políticas.

Retornando ao tipo de naturalismo presente no romance de Malheiros Dias, podemos dizer que ele realizou de forma peculiar o projeto desenhado por Zola, já que adotou princípios biológicos para caracterizar seus personagens, fundamentando-se, no entanto, em teorias racistas bastante conservadoras que concebiam a raça negra como inferior à branca e a mistura de raças como uma forma de rebaixamento do homem branco. Também realizou seu trabalho de campo, convivendo com a mocidade do meio literário carioca, mas mesmo aí se posicionou de forma bastante conservadora, rejeitando peremptoriamente as novas propostas estéticas, como o simbolismo ou o parnasianismo, aferrando-se a um naturalismo marcado por uma leitura decadentista da realidade brasileira.

A mulata é um romance que, tal qual o naturalismo professa, propõe-se a ser um estudo de caso, apresentando um narrador nos moldes naturalistas, que observa e descreve uma sociedade naquilo que ela teria de mais sórdido, de mais patológico. Todavia, diferentemente da proposta do narrador de Zola, que não via ali “nada de imoral”, adotando um distanciamento “científico” daquilo que descreve, o narrador de Malheiro Dias é sobretudo judicioso, condenando sistematicamente seus personagens por toda ação que julga fora de seu padrão de moralidade. Essa postura faz com que o

texto não venha a ser exatamente uma obra naturalista, mas algo que se aproxima dessa escola, adotando, no entanto, uma perspectiva bastante peculiar, próxima do romance de viés moralizador do período romântico.

CAPÍTULO 4

A questão racial presente no romance

Já foi aqui várias vezes assinalado o quanto o romance *A mulata* trabalha com a temática racial de modo bastante preconceituoso segundo o critério de concepção contemporânea de racismo. Como já observou Oracy Nogueira:

Nos estudos de “relações raciais”, os termos “raça” e correlatos estão apenas remotamente associados a qualquer definição pretensamente científica de “raça”, indicando simplesmente que estão envolvidos grupos ou categorias humanas que atribuem a si próprios e uns aos outros diferenças hereditárias em traços físicos e outros característicos. Do ponto de vista sociológico, sempre que haja grupos humanos que tratem a si próprios e a outros como “racialmente” diferentes, isto é, como portadores de diferenças hereditárias que justifiquem desigualdades em condições de vida e em tratamento, estão envolvidos problemas de “relações raciais” – preconceito, discriminação, desigualdade social, econômica, política, etc. (Nogueira, 1983:32)

Kabengele Munanga, ao definir racismo em texto acerca da polêmica em torno da política de cotas para negros,⁵ observa que, ainda que não tenha fundamento

⁵Esse texto foi uma resposta de Munanga a um artigo escrito por Demétrio Magnoli em um jornal paulistano. Essa resposta foi publicada no site *O biscoito fino e a massa* em 7 de junho de 2009.

biológico, “a realidade da raça é social e política porque tivemos na história da humanidade povos e milhões de seres humanos que foram mortos e dominados com justificativa nas pretensas diferenças biológicas”, assinalando que “a colonização da África, contrariamente às demais colonizações conhecidas na história da humanidade, foi justificada e legitimada por um *corpus* teórico-científico baseado nas idéias evolucionistas e racialistas produzidas na modernidade ocidental”. Mesmo depois que se tornou consenso que o termo “raça”, quando empregado para classificar grupos humanos, já não tem hoje qualquer fundamento científico, Munanga chama a atenção para o fato de que “um dos maiores problemas da nossa sociedade é o racismo, que, desde o fim do século passado, é construído com base em essencializações sócio-culturais e históricas”. Ou seja, o racismo é tomado como se não mais a biologia, mas sim a história e a cultura atribuíssem-lhe alguma essência que ele não possui. Assim, percebemos que não se combate o racismo com qualquer tipo de proibição ou mesmo, de modo oposto, de “tolerância”, mas sim pela exposição e desnudamento da injustiça de suas práticas historicamente construídas e pela responsabilização das instituições que promoveram tais práticas. Entendemos que *A mulata* é um romance que, de algum modo, contribuiu para essa exposição, ainda que à revelia das intenções do autor.

Vamos, portanto, investigar o contexto intelectual em que Malheiro Dias produziu seu texto e os desdobramentos da reflexão racial no Brasil a partir daí, com o intuito de compreender a forma como foi recebido em sua época e logo em seguida rejeitado até mesmo pelo próprio escritor.

A questão racial está definida em *A mulata* primeiramente na constituição dos personagens. A escola naturalista considerava o sangue e a hereditariedade como fundamentais para o temperamento do indivíduo. Nesse sentido, além de o romance se alinhar à estética naturalista, adota, ainda, como vimos, a perspectiva ideológica de que a mestiçagem estava atrasando o nosso país, consensual no século XIX entre boa parte da intelectualidade brasileira. Com o desenrolar da narrativa, o autor vai revelando nas entrelinhas a visão que apresenta de raça, como neste trecho, já citado anteriormente neste trabalho:

A África trazia-nos o seu sangue em fermento, mas a raça negra algemada, feita escrava, degenerou-se no sofrimento. Vingou-se assim dos brancos, dando-lhe, quando livre, um sangue terrivelmente mau, em que escorria ódio, cobardia e perversidade. (Dias,1975:49)

O título deixa claro que a mulata e, portanto, o mestiço é o símbolo maior dos problemas que se quer denunciar na obra. Na narrativa, é o fruto da “vingança”. A esse respeito, o livro *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*(1975), de Teófilo de Queiroz Júnior, traz algumas considerações importantes que iluminam a forma como Honorina foi representada na obra de Malheiro Dias. Apesar de ter sido escrito por um luso-brasileiro, devemos ter em conta que se trata de uma obra escrita no Brasil, sobre o Brasil e para o Brasil. Segundo Queiroz Júnior, houve uma fixação da imagem negativa da mulata na literatura brasileira por conta da escravidão que lhe deu origem e lhe imprimiu características sociais. Prossegue, definindo a mulata como tipo literário:

Como tipo literário, é direta e intensamente associada às suas características étnicas, tomadas como indicação do seu caráter, que a mulata se define. Em sua descrição se assinala, com freqüência, o colorido da pele [...], o bem torneado de braços e pernas, mãos e pés pequenos, a cintura fina, o busto insinuante e bem moldado, a boca sensual, de dentes saudáveis, iluminados por sorrisos fáceis [...], os bastos cabelos negros, os olhos grandes e belos[...]. Assim dotada, com tantos recursos estéticos, a mulata foi confrontada à negra, ainda presa a uma destinação de trabalhos pesados, da mesma forma que serviu de paralelo à branca – esta última preservada pela moral e pelas leis para as funções mais nobres de esposa e mãe de família. A aceitação generalizada da mulata como dotada de um comportamento impetuoso, seus modos fogosos, tudo parece expô-la a corresponder, agindo assim, às expectativas sociais que a envolvem e condicionam seu modo de ser. (Queiroz Júnior, 1975:30-31)

Malheiro Dias se valeu desses atributos para descrever Honorina, conforme já ressaltamos anteriormente. Interessante, no entanto, e ainda em conformidade com Queiroz Júnior, é situarmos a relação entre as teorias raciais em voga no século XIX e a literatura produzida naquele momento.

Queiroz Júnior salienta que a literatura erudita manipula reflexões e muito contribui para a constituição do estereótipo que envolve a mulata, exatamente porque nessa literatura não há esclarecimentos históricos que superem modelos arcaicos de relações interétnicas:

A razão dessa ausência de esclarecimentos sobre a situação que afeta a mulata ocorre à medida que, a despeito do momento histórico e da corrente estética a que pertença o escritor, continuam sendo utilizados critérios, valores e atitudes que, por manterem o preconceito de que estamos tratando, retardam sua superação possível e desejável. Assim, ainda que disponha de recursos com os quais poderia contribuir para efetivar a democracia racial no Brasil, a literatura erudita [...] interfere desfavoravelmente à democratização das relações interétnicas entre nós. (Queiroz Júnior, 1975:82)

Houve, tanto no campo literário, como em outros setores do saber, um mascaramento das tensões entre as raças. Mesmo com uma representação extremamente negativa do elemento mestiço, como aquela que encontramos em *A mulata*, a mestiçagem aparece ali como algo aceito na sociedade de então, isto é, mesmo que a narrativa seja racista, ela representa o Brasil como um ambiente em que todos vivem harmoniosamente e em que não há conflitos aparentes ligados à questão racial. No entanto, justamente essa harmonia e aceitação do mestiço como um “igual” fez com que, segundo a ação romanesca de *A mulata*, a sociedade brasileira caminhasse para a falência.

Esse estereótipo brasileiro, de que não havia grandes tensões entre as raças, foi um fator fortemente presente no país e que interessa em nossa análise. Isso porque essa teórica falta de tensão justificou a desigualdade entre as raças e manteve o racismo dissimulado. Segundo Martiniano J. Silva, em *Racismo à brasileira: raízes históricas*, “foi uma espertíssima fórmula de mantê-los [os negros] historicamente enganados, empanando e justificando assim aquelas fontes mais remotas das quais se origina o racismo” (Silva, 1995:28). O autor prossegue:

E, para consolidar esse embuste, teórica e praticamente tivemos o conteúdo da obra do mestre Gilberto Freyre, principalmente *Casa Grande & Senzala*, em 1933. É dentro desse contexto, apesar dos reconhecidos méritos de Gilberto Freyre, que existe o mais capcioso modelo racista das Américas, pomposamente chamado “democracia

racial” [...] foi com base nesse modelo de racismo intensamente dissimulado que virou coisa julgada propagar-se pelo Brasil e pelo estrangeiro o mito de que seríamos uma civilização exemplar, resolvida pelo mais democrático e imparcial processo de miscigenação e amálgama de raças, a causar inveja a todo o universo. (Silva, 1995:28)

Essa tese, da “democracia racial”, apareceu no país posteriormente à publicação de *A mulata*, mas, mesmo assim, interessa-nos porque não deixa de explicitar um dos desfechos do pensamento racial que permeou o século XIX. É fundamental, portanto, considerarmos as alterações sofridas pela sociedade brasileira, juntamente com os novos critérios de observação e interpretação das questões raciais trazidas pelo cientificismo do século XIX e seus desdobramentos no século XX para entendermos que lugar *A mulata* ocupa nessa história.

Segundo Lilia Moritz Schwarcz, em *O espetáculo das raças* (1993), os romances naturalistas da época utilizavam e divulgavam os modelos científicos deterministas. Nas palavras da autora:

Essa é a época em que a ciência serve de rótulo ao literato, o qual toma mais e mais a exterioridade do pensamento científico a fim de garantir uma suposta objetividade literária. Com efeito, a moda cientificista entra no país por meio da literatura e não da ciência mais diretamente. As personagens serão condicionadas pelas máximas deterministas, os enredos terão seu conteúdo determinado pelos princípios de Darwin e Spencer, ou pelas conclusões pessimistas das teorias científicas raciais da época. (Schwarcz, 1993:43)

Além de a literatura naturalista se apoiar no cientificismo que apresentava teorias racistas, o Brasil foi palco de grandes investigações nesse sentido e as conclusões desses estudos sobre o povo brasileiro são bastante negativas no que concerne à formação de uma população mestiça.

Roberto DaMatta nos remete às fontes do racismo brasileiro. Segundo ele, o racismo nasceu na Europa, no século XVIII, na crise da Revolução Francesa, mas só dominou o cenário intelectual europeu no século seguinte, na forma de teorias evolucionistas cientificamente respeitadas. Nas palavras de DaMatta: “sua apresentação carecia de força ideológica, pois era apenas uma doutrina que trabalhava uma história heróica do povo francês” (DaMatta, 1987:70). O autor

prossegue ao apontar que, no século XIX, o racismo apareceu na sua forma acabada, como um instrumento do imperialismo, que justificava a supremacia da Europa Ocidental sobre os povos do resto do mundo. “Foi esse tipo de racismo que a elite intelectual brasileira bebeu sofregamente, tomando-o como doutrina explicativa acabada para a realidade que existia no país” (DaMatta, 1987:71).

Podemos então considerar que o racismo pautado no sangue e em fatores biológicos ganhou força no século XVIII e XIX, mas, conforme elucidamos anteriormente, já no século XVII verifica-se uma indisposição com o mestiço. No entanto, o critério não era biológico, mas sim social e religioso. Segundo Larissa Viana:

Ainda que não seja possível precisar os fatores que perpassaram a inclusão do “sangue mulato” no rol dos “impuros”, é legítimo pensar que tal inclusão foi pautada por uma conjunção de questões religiosas e sociais. Conforme afirma Hebe Mattos, o estatuto de pureza de sangue, apesar de sua base religiosa, construía uma estigmatização baseada na ascendência e de caráter “proto-racial”, usada para justificar os privilégios e a honra dos cristãos-velhos no mundo dos livres. (Viana, 2007:57)

Já no século XIX as denominações raciais ganharam novo contorno. Schwarcz dá uma boa explicação sobre esse fenômeno:

[...] o termo raça é introduzido na literatura mais especializada em inícios do séc. XIX, por Georges Cuvier, inaugurando a ideia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos (Stocking, 1968:29). Esboçava-se um projeto marcado pela diferença de atitude entre o cronista do século XVI e o naturalista do século XIX, “a quem não cabia apenas narrar, como classificar, ordenar, organizar tudo o que se encontra pelo caminho” (Sussekind, 1990:45). Delineia-se a partir de então certa reorientação intelectual, uma reação ao iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Tratava-se de uma investida contra os pressupostos igualitários das revoluções burguesas, cujo novo suporte intelectual concentrava-se na ideia de raça [...]. (Schwarcz, 1993:63)

O racismo, de acordo com essa “reorientação intelectual”, serve principalmente para perpetuar as diferenças e os privilégios entre as pessoas, a partir do ponto em que nega a “visão unitária da humanidade” e aponta traços fenotípicos para justificar discrepâncias intelectuais, sociais, culturais.

Segundo Schwarcz, “embora uma vertente pessimista de interpretação seja antiga entre nós, ela se radicaliza em meados do século XIX, quando o Brasil, para vários viajantes, representará um exemplo de nação degenerada de raças mistas” (Schwarcz, 1993:48). Esses viajantes, no entanto, apresentaram ideias preconcebidas e estereotipadas da mestiçagem em nosso país. Segundo Arthur Ramos, em *A mestiçagem no Brasil* (obra escrita em 1949), “muitas dessas ideias estereotipadas nasceram de observações apressadas feitas sobre nosso país ou então [foram] [...] efetuadas por homens de ciência utilizando métodos errôneos ou pertencendo a ‘escolas de pensamento’ já em desuso” (Ramos, 2004:11). Esses pensadores que racionalizaram a questão da mestiçagem no Brasil provavelmente foram influenciados pela anterior abordagem filosófica que teve essa questão. Nas palavras de Arthur Ramos:

Kant, por exemplo, em sua *Memória sobre as diferentes raças humanas*, escrita em 1775, era de opinião que “a mistura das raças não é favorável à espécie humana”, porque acarreta a diminuição gradual das suas qualidades [...] A idéia de uma capacidade desigual das raças, divididas em “superiores” e “inferiores”, e o conseqüente cuidado em não “misturá-las”, será também aconselhada por outros filósofos alemães, como Meiners, Klemm, Carus e outros posteriores a Kant. O caminho estava preparado para os racistas do círculo wagneriano, os antropólogos da estirpe dos Gobineau[...] Em todos eles encontramos [...] a idéia da existência de raças superiores e raças inferiores, e ainda as noções de que a superioridade de uma civilização se mede pelo grau de pureza dos elementos raciais e a de que o declínio cultural é a conseqüência da mistura de raças desiguais. (Ramos, 2004:47-48)

Fica, portanto, evidente que o racismo, sobretudo contra os negros, sobreviveu e transmutou-se ao longo dos séculos, interferindo em todos os ramos do saber, inclusive na literatura, que é o nosso foco.

No Brasil, Nina Rodrigues, por exemplo, em um estudo sobre a formação da raça brasileira intitulado *Os africanos no Brasil* (escrito entre 1890 e 1905), demonstra todo o seu preconceito contra a raça negra. Segundo ele:

A raça negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão

[...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo [...] e as vastas proporções de mestiçamento que, entregando o país aos mestiços, acabará privando-o, por largo prazo pelo menos, da direção suprema da raça branca. (Rodrigues, 2004:21)

Neste ponto, é interessante considerarmos a distinção entre a raça negra e a raça mestiça com relação ao preconceito. Em determinado momento, as formas como o negro e o mestiço foram tratados pelos intelectuais parecem misturar-se. É como se o negro fosse o grande culpado pela existência do mestiço, e como se o branco não fizesse parte dessa história, a não ser como vítima dessa mistura que o degeneraria. Justamente assim é que Malheiro Dias apresenta o seu romance, reclamando da “raça negra”, que “vingara-se da branca”, dando origem ao “mestiço”. Em seu livro *Raças e classes sociais no Brasil* (de 1987), Octavio Ianni, ao fazer uma pesquisa no sul do país, nos dá um bom esclarecimento das diferenças entre negros e mestiços e elucida que até mesmo os negros apresentavam preconceito com relação ao mestiço:

Sobre a posição intermediária incerta do mulato, encontramos depoimentos esclarecedores, que caracterizam perfeitamente o esforço desenvolvido pelo branco no sentido de localizar e definir o mulato na trama das relações sociais. Nesse ponto, aliás, os próprios negros encontram-se conjugados com os brancos. [...] os negros também colaboram com os brancos no sentido de fazer face ao esforço ascensional e de branqueamento do mulato. [...] Trata-se de um componente de sua ideologia racial, que atua segundo os interesses e as expectativas do branco. (Ianni, 2004: 83-84)

Apesar de Ianni ter feito essa pesquisa quase um século depois de Malheiro Dias ter escrito *A mulata*, consideramos que as atitudes apontadas pelo primeiro fazem parte de uma consciência coletiva e de atitudes que vieram se perpetuando ao longo dos séculos, para se cristalizarem e desembocarem na forma como o brasileiro entende e vê a questão racial em que está implicado. Essa discriminação com relação ao mestiço, apontada por Ianni, ilustra a atitude de pessoas que não estavam envolvidas com estudos sobre raça, mas apenas conviviam com mestiços em seus meios sociais. Isso exemplifica que a discriminação com relação à mestiçagem foi além dos limites apontados por estudiosos e pesquisadores e esteve presente de diversas formas em boa parte de nossa sociedade.

Malheiro Dias, enquanto romancista que escreveu sobre a mestiçagem, não poupou esforços no sentido de barrar uma possível ascensão social do mestiço, colocando-o inclusive como responsável por todos os males que recaíam sobre o branco que com ele comungava.

Segundo Ianni, tanto a mentalidade popular quanto os eruditos e estudiosos do assunto reproduziram em alguns momentos dessa história o mesmo comportamento de insatisfação com relação ao elemento mestiço em seu grupo social. Tal insatisfação já era aparente desde antes da abolição da escravatura, pois, afinal, o mestiço, enquanto filho de escravo e senhor, era a prova de que o sistema escravocrata estava falindo. Segundo Ianni, agora se referindo aos estudos raciais no século XIX: “Em outros termos, os estudos sobre mestiçagem estavam diretamente vinculados ao complexo de inferioridade difuso na cultura nacional, constituído no longo período de escravização de índios e negros e de total ou ampla dependência externa” (Ianni, 2004:295). Verifica-se, então, que o preconceito racial manteve-se após a abolição e serviu inclusive como um apoio para justificar as diferenças de classes. Isso fez com que a nação, que então já era considerada mestiça, carregasse um estigma de origem.

Vale relembrar também que o mestiço teve um papel muito importante no fim do sistema escravocrata. Ainda segundo Octavio Ianni, em seu livro *As metamorfoses do escravo* (1962):

A partir de um dado momento, os mulatos serão um grupo presente em muitos setores da sociedade, exercendo, apenas com sua presença social, efeitos que escapam aos interesses ligados à preservação do regime. O mestiço é, nessa situação, um produto social qualitativamente diverso dos que o geram, negando-os [...] a escravatura levou no seu bojo, entre outros fatores dinâmicos, o híbrido do branco e negro, do escravo e senhor. O mulato será, com o correr dos anos, um dos elementos destinados a afetar os suportes morais do regime. (Ianni, 1962:195)

Nesse sentido, enquanto elemento que propulsionou o fim do regime escravagista, devido a sua constante presença, e devido também ao fato de ser uma nova categoria, que surgiu da dinâmica do sistema escravocrata, isto é, das relações entre escravo e senhor, o mestiço nega a condição escrava e, conforme salientou Ianni, “afeta os suportes morais do regime”.

Naquele momento, então, o mulato era a denúncia em pessoa de uma ordem ultrapassada que não mais condizia com a realidade. Durante e após a abolição, no entanto, como bem defendeu Ianni:

[...] o escravo e o senhor, metamorfosearam-se em branco, negro e mulato [...] Por isso, já no período escravocrata a discriminação começa a emergir em manifestações [...] a discriminação é um mecanismo de manutenção da distância social que foi gerada no regime escravocrata entre negros e brancos. (Ianni, 1962:237-238)

Dessa realidade surgiram inúmeras formas de racismo que se perpetuaram, não somente nos meios científicos, intelectuais e literários, mas também em meio à população em geral. O branco sempre foi colocado em posição superior na sociedade brasileira. Segundo Ianni:

Em princípios do século XIX, o etnocentrismo do branco, daquele proveniente do europeu, assume foros de ciência, onde os brancos são vistos como superiores aos negros, amarelos, vermelhos e mestiços. Incapazes e desinteressados de verem a natureza humana segundo processos econômicos e sócio-culturais, onde o homem é criador e criatura, focalizam o homem como criadores autônomos e atribuem aos negros, mestiços e brancos atributos que não lhes são intrínsecos, mas criados historicamente. (Ianni, 1962:245)

Vale lembrar, por exemplo, Sílvio Romero, que, segundo Roberto Ventura, explicava a dependência cultural como resultado da mistura de raças inferiores, referindo-se ao negro como servil, ao índio como preguiçoso e ao português como autoritário e tacaño (Ventura, 1991:48). Nina Rodrigues, nas palavras de Ventura, chegou a afirmar que o atraso evolutivo das populações negras e a degeneração psíquica e social dos grupos mestiços trariam perigo às classes superiores (Ventura, 1991:53). Sílvio Romero, por sua vez, sustentava a tese da existência de um tipo étnico brasileiro resultado da mestiçagem. No entanto, conforme ressalta Kabengele Munanga (2004: 58), Nina Rodrigues entrou em desavença com Sílvio Romero em seu livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (obra publicada em 1894). Ali Nina Rodrigues deixou claro que não acreditava na possibilidade de se desenvolver no Brasil uma civilização a partir da fusão da cultura branca com a negra e a índia. Segundo Nina Rodrigues:

Não acredito na unidade ou quase unidade étnica, presente ou futura da população brasileira, admitida pelo doutor Sílvia Romero. Não acredito na futura extensão do mestiço luso-africano a todo o território do país, considero pouco provável que a raça branca consiga predominar o seu tipo em toda a população brasileira. (Rodrigues, 1957:215)

Nas palavras de Munanga: “A heterogeneidade tanto racial quanto cultural da população brasileira, constatada até o nível de distribuição espacial do país, leva Nina a rejeitar a unidade étnica projetada no pensamento de Sílvia Romero” (Munanga, 2004:58). Em *Os africanos no Brasil*, Nina Rodrigues defende esse mesmo ponto de vista ao afirmar que:

A raça negra que havia argamassado com o seu suor os alicerces econômicos da nossa civilização e independência, não só dominava então, pelo número, a brancos e índios, como já preparava, pela dissolução no mestiçamento, o predomínio que lhe havia de caber um dia na direção do futuro povo. (Rodrigues, 2004:29)

Interessante observar que o mestiço, segundo o pensamento de Nina Rodrigues, traria à tona o elemento negro e não o branco. Ele defende que o avanço da mestiçagem é o avanço do predomínio negro na civilização brasileira. Assim também o faz Malheiro Dias, de forma ainda mais preconceituosa, ao afirmar que o sangue negro “sujou” o branco com a mestiçagem.

Vale repisar que o livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, de Nina Rodrigues, foi publicado em 1894, dois anos antes de *A mulata* (1896). Ao nos depararmos com as ideias defendidas por Nina Rodrigues sobre a mestiçagem e a repercussão que essas ideias tiveram em nosso país, vislumbramos uma aproximação ideológica dele com Malheiro Dias. Este último provavelmente foi influenciado pelo primeiro, visto que Nina Rodrigues era um importante médico brasileiro e desenvolveu extenso trabalho sobre a questão racial em nosso país justamente na época em que Malheiro Dias escrevia *A mulata*.

Ainda sobre Nina Rodrigues, Ianni nos dá uma boa explicação sobre o que o médico defendeu:

Nem mesmo Nina Rodrigues pôde escapar a essa determinação histórico-social, sob a influência da ideologia racial do branco brasileiro e das teorias antropológicas em voga nos países europeus, ao exprimir a concepção de que o negro, relativamente ao branco, apresenta certa morosidade no civilizar-se. [...] Como vemos, Nina Rodrigues retoma a problemática das raças no Brasil nos termos propostos pela casta dos senhores na vigência da escravatura. (Ianni, 1962:247)

Ficou já evidente que a discriminação no Brasil com relação ao mestiço se originou em meio ao processo histórico da abolição da escravatura e se perpetuou de forma velada ou aberta ao longo de todo o século XIX, vindo repercutir ainda no século XX e XXI.

Com relação a Malheiro Dias, ele se posicionou claramente contra a mestiçagem, e se apoiou no que havia de mais radical no pensamento preponderante racista do século XIX.

É possível perceber uma aproximação das ideias de Malheiro Dias com as de Hebert Spencer. Este último, por sua vez, se referiu à unidade original da espécie humana e, segundo Ventura, defendeu que “as raças se encontravam em estágios evolutivos distintos e, devido a isso, as ex-colônias não poderiam ser autônomas ou originais. Deveriam sim reproduzir a evolução das metrópoles” (Ventura, 1991:51). Nesse sentido, Spencer também pode ter influenciado Malheiro Dias, o qual mostrou que seu interesse primordial ao escrever *A mulata* foi enfraquecer o Brasil moralmente para que este mantivesse como valor seu antigo vínculo colonial. Essa atitude de rebaixar o país se apoiou principalmente no argumento dos malefícios da mestiçagem e de um povo mestiço, que, segundo o escritor, não tinha condições de manter o país numa boa posição política, social e moral. Esse argumento foi exaustivamente afirmado por intelectuais e viajantes no século XIX. Era o grande assunto que intrigava a todos. Ainda nas palavras de Ventura, Arthur de Gobineau defende que:

A miscigenação estaria colocando em risco as nacionalidades pela introdução de elementos heterogêneos, capazes de destruir a sua identidade [...] Apenas a mestiçagem poderia elevar intelectualmente as raças inferiores, com o inconveniente de rebaixar as etnias superiores participantes da mistura. (Ventura, 1991:56)

DaMatta exemplifica o esquema feito por Goubineau na obra deste intitulada *A diversidade moral e intelectual das raças* (1856), em que equaciona supostos traços biológicos, psicológicos e posição do desenvolvimento histórica das raças. Para exemplificar, o autointitulado conde de Goubineau descreveu o negro como tendo um intelecto débil; o amarelo, um intelecto medíocre; e o branco, um intelecto vigoroso. Ele foi bastante amigo de D. Pedro II e expressou claramente o seu pessimismo diante do futuro do país, já que, pelas suas teorias, o branco estava perdendo suas qualidades para o índio e para a raça negra. DaMatta elucida o fato de que as ideias de Goubineau, verdadeira síntese arianista, foram rapidamente aceitas no Brasil, ressaltando ainda o fato de que existia ali um apelo para referendar uma sociedade dividida em segmentos em que o poder e o prestígio correspondiam a diferenças físicas e sociais entre as pessoas (Ventura, 1991:56-58).

Schwarcz analisa assim a interpretação de Goubineau sobre as nações miscigenadas:

Instáveis, por oposição à imutabilidade das raças puras, do cruzamento de espécies diferentes advinham3populações desequilibradas e decaídas [...] Todavia, se com seu pessimismo extremado, o conde de Goubineau faria poucos adeptos em uma Europa dos estertores do século, o mesmo não pode ser dito de outras sociedades, no interior das quais a miscigenação não era um prognóstico, um exercício de imaginação, mas uma realidade vivenciada. (Schwarcz, 1993:84)

Dessa forma, Goubineau fez adeptos no Brasil, local em que existia uma elite ávida por encontrar uma solução para o seu “problema”, que era o de preservar seus privilégios em relação às populações negras, que, livres, estariam potencialmente aptas a disputá-los. Um desses adeptos foi Carlos Malheiro Dias.

Um dos desdobramentos da noção de mestiçagem que ultrapassa em muito o contexto de *A mulata*, mas que gostaríamos de inserir aqui, é o da ideia de democracia racial brasileira. É importante determo-nos nesse desdobramento por conta da recepção do romance no século XX e também por conta da forma como podemos lê-lo nos dias de hoje.

Ao falar ideologicamente do mito da democracia racial, Ianni observa que:

[...] esse mito é tão arraigado e difundido, que todos grupos são fortemente influenciados por ele. Ninguém pode compreender a ideologia racial do negro e do mulato sem tomar em conta esse elemento essencial da ideologia racial do branco [...] Em alguns casos, como entre os negros e os mulatos, a ideologia racial pode revelar-se acentuadamente ambígua e contraditória, além das ambiguidades e contradições inerentes à situação social particular deles. Isto se deve, em boa parte, ao fato de que frequentemente são levados a pensarem no espelho dos brancos. (Ianni,2004:266)

Com relação ao mito da democracia racial, que ganhou maior força principalmente na segunda metade do século XIX, Malheiro Dias, por exemplo, já advertia o seu leitor dos perigos da convivência harmoniosa entre brancos e negros e os perigos de agregar estes últimos em meios sociais que antes eram predominantemente compostos por brancos.

É interessante o fato de que a “teoria do branqueamento” foi aceita e difundida pela elite brasileira, inclusive pelos negros, que, de alguma forma, buscavam uma inserção no “mundo branco”. Segundo Munanga, explicando o pensamento de Oliveira Viana: “os mestiços são produtos históricos dos latifúndios e, portanto, uma força nova na história colonial. Neles nota-se a tendência a expungir de si, por todos os meios, os sinais de sua bastardia originária. Mameluco se faz inimigo de índio, e o mulato desdenha e evita o negro”(Munanga,2004:71). De acordo com Munanga, Oliveira Viana é um dos grandes protagonistas da construção da ideologia racial brasileira, que se caracteriza pelo ideal do branqueamento. Além disso, nas palavras de Munanga: “Viana acrescenta [...] a igualdade e a harmonia existentes entre todos os segmentos étnico-raciais da sociedade brasileira [...]” (Munanga, 2004: 78). Segundo Oliveira Viana, citado por Munanga:

Em nenhum país do mundo coexistem uma tamanha harmonia e tão profundo espírito de igualdade entre os representantes de raças tão distintas. Homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços dessas três raças, todos têm aqui as mesmas oportunidades econômicas, as mesmas oportunidades sociais, as mesmas oportunidades políticas. (Viana, 1922: 277, *apud* Munanga, 2004: 78)

Justamente essa ficcional igualdade de condições de oportunidades econômicas, políticas e sociais e essa teórica aceitação mútua entre os grupos sociais

que habitavam o Brasil, ostensivamente defendidas por muitos críticos a partir de meados do século XX, vinham inverter o sinal de negatividade que os negros e mestiços tinham na sociedade brasileira no momento em que o romance *A mulata* era escrito. Essa farsa de que todos se aceitavam em pé de igualdade fez com que o negro e o mestiço fossem mantidos à margem da sociedade, sem armas para lutar por um espaço melhor.

É importante observar que, mesmo Oliveira Viana, que propagandeava a igualdade entre as raças no Brasil, concebia o mestiço como aquele que adquirira as piores características das raças que se cruzaram, influenciado por Nina Rodrigues. Segundo Munanga, citando Oliveira Viana: “Tendo de harmonizar as duas tendências étnicas, que se colidem na sua natureza, acabam sempre por se revelar uns desorganizados morais, uns desarmônicos psíquicos, uns desequilibrados funcionais” (Viana, 1920: 69, *apud* Munanga, 2004:75). O mesmo autor, citando Nina Rodrigues, diz:

Nina disse, citando Spencer: “a julgar por certos fatores, a mistura entre as raças de homens muito dessemelhantes parece produzir um tipo sem valor, que não serve nem para o modo de viver da raça superior nem para o da raça inferior, que não presta enfim para gênero de vida algum...” (Rodrigues, 1957: 127, *apud* Munanga, 2004:59)

Ianni, ao falar das estratégias de negros e mestiços para se inserir numa sociedade em que o branco domina, identifica sua ideologia racial nestes termos:

[...] a análise da ideologia racial dos negros e mulatos [...] destina-se a facilitar o ajustamento dos negros e mulatos às novas situações sociais emergentes, nas quais se defrontam com os brancos [...]. Ela visa, principalmente, atenuar os efeitos subjetivos negativos dos padrões de comportamento inter-racial vigentes numa sociedade dominada pelo branco [...] pode ser definida como uma ideologia de compromisso, devido aos seus conteúdos defensivos predominantes no momento. (Ianni, 2004:108).

Nesse sentido, os negros e mulatos acabavam fazendo uma série de concessões na busca de ascender socialmente a espaços dominados por brancos. Além disso, após a abolição da escravidão, os negros não tinham sido educados para viverem fora do

cativeiro, como homens livres, responsáveis pelo seu destino. Segundo Ianni: “Despreparados psíquica e socialmente para o novo status, muitos permaneceram à margem do sistema econômico-social ‘branco’, incapazes de um reajustamento satisfatório para ele e segundo as expectativas dos brancos” (Ianni, 1962:257). Mas a questão intrigante é que esse despreparo educacional pelo qual passaram os ex-escravizados foi interpretado por muitos como incapacidade e inferioridade racial. Segundo Ianni, “vêm na situação criada outras provas de que o negro e o mulato pertencem a uma outra categoria racial, com patrimônio biopsíquico e cultural próprios, incompatíveis com a ‘sua’ civilização” (Ianni, 1962: 257).

O fato é que a raça branca sempre esteve em posição superior no Brasil e isso foi reproduzido e reafirmado sistematicamente pelo Estado e por muitos intelectuais, que, intencionalmente ou não, ajudaram a formar o estereótipo brasileiro de que o mestiço e o negro são desqualificados, preguiçosos, sem educação, sem cultura, sem juízo e, portanto, fazem por merecer o lugar social que ocupam.

É preciso também refletir sobre a importância do final do século XIX, momento em que Malheiro Dias publica *A mulata*, para a história do racismo no Brasil. DaMatta observa que a ideologia hierarquizada de matriz racial, no sentido de colocar os brancos como superiores aos negros e mestiços, substituiu a rigidez hierárquica que aqui se mantinha desde o chamado descobrimento. Remete ao fato de como a Coroa Portuguesa explorava soberanamente um território já ancestralmente povoado, com sua gente, fauna e flora, sempre legitimados pela religião, pela política e pelos interesses econômicos. Isso fortaleceu no Brasil o sistema vigente em Portugal, o qual reproduziu na colônia o mesmo esquema que existia na metrópole, com estruturas políticas, sociais e jurídicas similares. Esse fato impediu a colônia brasileira de viver experiências, nesses sentidos, inovadoras, mas, pelo contrário, manteve o território centralizado e governado por meio de decretos e leis ditados na sede do reino. DaMatta prossegue apontando a impossibilidade de o Brasil tornar-se independente sem a constante busca de uma identidade que pudesse legitimar diferenças internas. Nas palavras do autor:

Se antes a elite podia colocar todo o peso dos erros e das injustiças sobre o rei e a Coroa Portuguesa em Lisboa, a partir da Independência, esse peso tinha que ser carregado aqui mesmo, pela

camada superior das hierarquias sociais. Onde foi nossa elite buscar tal ideologia? Creio que ela veio na forma da fábula das três raças e no “racismo à brasileira”, uma ideologia que permite conciliar uma série de impulsos contraditórios de nossa sociedade, sem que se crie um plano para sua transformação profunda. (DaMatta, 1987:68)

Prossegue nos apontando que o marco histórico das doutrinas raciais brasileiras é o período que antecede a Proclamação da República e a abolição da escravidão, momento este de grande crise nacional e abalo das hierarquias sociais. A abolição deveria simbolizar uma igualdade entre os seres e uma transformação dessas hierarquias, o que não aconteceu porque se libertou o escravo, mas este continuou sem liberdade e mobilidade social. A República, por sua vez, foi um movimento fechado e reacionário que manteve o poder nas mãos dos donos de Terra. Posteriormente, ainda seguindo o pensamento de DaMatta, o sistema hierárquico não era sustentado pela ideologia católica e pelo formalismo jurídico português. Era, portanto, preciso criar-se uma nova ideologia que mantivesse as relações sociais da patronagem e essa ideologia foi dada com o racismo (DaMatta, 1987:68-69).

Nesse sentido, DaMatta nos aponta para o fato de que o mito das três raças é a base de um projeto político e social para o brasileiro, em que o branqueamento é o alvo a ser buscado e em que mantém-se uma sociedade dividida por estratos, mas, por outro lado, essa fábula possibilita visualizar nossa sociedade pelo encontro harmonioso das três “raças” que, segundo o autor, “une a sociedade num plano biológico e natural” (DaMatta, 1987:70).

Em *A mulata*, o projeto de branqueamento da população brasileira é explícito e anterior à elaboração dessa fábula. Advém de outra matriz, o poligenismo, difundido no Brasil no final do século XIX. Segundo Schwarcz:

[...] vários viajantes estiveram no país, entre eles, L. Agassiz e o conde Arthur de Gobineau, rememorando aos brasileiros, por meio de seus relatos, as tristes implicações das teorias raciais europeias quando aplicadas ao contexto local: a inviabilidade de uma nação composta por raças mistas. Assim [...] é necessário se destacar a força e a relevância desse tipo de interpretação pessimista, que via no Brasil um modelo da falta e atraso em função da sua composição étnica e racial. (Schwarcz, 1993:48)

Segundo o crítico, as vertentes que pensavam a origem do homem e que, posteriormente, caminharam rumo ao racismo foram a visão monogenista, a qual perdurou até o século XIX e congregou a maior parte dos pensadores, e a visão poligenista. Na primeira, acreditavam, conforme as escrituras bíblicas, que a humanidade era uma. Segundo Schwarcz: “o homem, segundo essa versão, teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto ‘da maior degeneração ou perfeição do Éden’ (Quatrefage, 1857 apud Stocking, 1968)” (Schwarcz, 1993:64). Nesse caso, a origem de todos seria uniforme e o desenvolvimento semelhante. Em contrapartida, a visão poligenista surgiu em meados do século XIX e contestava a visão monogenista e o dogma da Igreja: “partiam esses autores da crença na existência em vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (Schwarcz, 1993:64). Dessa visão poligenista fortalece-se “uma interpretação biológica na análise dos comportamentos humanos”, juntamente com o “nascimento simultâneo da frenologia e da antropometria, teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro”(Schwarcz, 1993:65). Tudo isso formou uma nova linha de análise “que cada vez mais se afastava dos modelos humanistas, estabelecendo rígidas correlações entre conhecimento exterior e interior, entre a superfície do corpo e a profundidade do seu espírito” (Schwarcz, 1993:65).

Os poligenistas defendiam a degeneração que advinha da mistura entre as raças. Segundo Schwarcz, “a miscigenação, com a sua novidade, parecia fortalecer a tese poligenista [...] As raças humanas, enquanto espécies diversas, deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado” (Schwarcz, 1993:74). Ainda nos explica que os teóricos das raças partiam de três proposições básicas:

A primeira tese afirmava a realidade das raças, estabelecendo que existiria entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que pressupunha também uma condenação ao cruzamento racial. A segunda máxima instituía uma continuidade entre caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças, corresponderia a uma divisão entre culturas. Um terceiro aspecto desse mesmo pensamento determinista aponta para a preponderância do grupo “rácio-cultural” ou étnico no comportamento do sujeito, conformando-se enquanto uma doutrina de psicologia coletiva, hostil à ideia do arbítrio do indivíduo. (Schwarcz, 1993:78)

Desse ideal das raças surgiu um diagnóstico que propunha eliminar raças inferiores, “que se converteu em uma espécie de darwinismo social – a eugenia⁶⁶ – cuja meta era intervir na reprodução das populações” (Schwarcz, 1993:78). A eugenia transformou-se em movimento científico e social a partir dos anos 1880 e cumpria diversas metas:

Como ciência, ela supunha uma nova compreensão das leis da hereditariedade humana, cuja aplicação visava a produção de nascimentos desejáveis e controlados; enquanto movimento social, preocupava-se em promover casamentos entre determinados grupos e [...] desencorajar certas uniões consideradas nocivas à sociedade. (Schwarcz, 1993:79)

Esse dado muito nos interessa, porque a publicação de *A mulata* se deu alguns anos após a divulgação da teoria eugenista e, de acordo com a exposição acima, desencorajou “certas uniões consideradas nocivas”. No romance encontramos um exemplo claro dessa união que deve ser evitada, que é a união de Edmundo e da mestiça Honorina. Defende-se portanto uma tese eugenista, que, na Segunda Guerra Mundial, vai fundamentar a ideologia nazista e promover a morte de milhões de judeus, negros, homossexuais, entre outros.

Também Queiroz Junior trata desse período da passagem do século XIX para o XX na relação entre literatura e ciências sociais. Apresenta uma lista exaustiva de romances que tratam da figura da mulata. Assim, Queiroz Junior analisa Vidinha, a mulata de *Memórias de um sargento de milícias* (de autoria de Manuel Antonio de Almeida); Isaura, de *A escrava Isaura* (de autoria de Bernardo Guimarães); Rita Baiana, de *O cortiço* (de autoria de Aluísio Azevedo); Maria Olho de Prata, de *João Abade* (de autoria de João Felício dos Santos); Gabriela, de *Gabriela, cravo e canela* (de autoria de Jorge Amado), dentre outros. Esses romances, apesar de traçarem características que podem ser interpretadas como negativas para as mulatas, fazem-no de forma mais ornamental, deixando a narrativa interessante e fazendo com que o leitor tenha empatia por essas figuras. No entanto, conforme bem analisa Queiroz Junior:

⁶⁶*Eu*: boa; *genus*: geração.

Como elemento dialético, porém, ao se constituir numa resultante inevitável de um processo irreversível, a miscigenação, a presença da mulata, graças a seus dotes físicos, passa a ser pelo menos tolerável como mal necessário. Isso faz da mulata, tratada literariamente, a própria síntese do elemento social contraditório e perturbador, coisa que parece ser a sua situação real em nossa sociedade. (Queiroz Junior, 1975:118)

Observa ainda que: “a visão científica de tais assuntos, surgindo posteriormente à da literatura, coexiste com esta e constituem ambas as alternativas para o tratamento dos temas referentes às relações interétnicas” (Queiroz Júnior, 1975: 89). No entanto, afirma: “Graças às circunstâncias que envolveram os primeiros tempos da reflexão sociológica no Brasil, todavia, faltou a difusão de tais conhecimentos, e persistiu a imagem da mulata que a literatura havia traçado” (Queiroz Júnior, 1975:90). Ressaltando que os primeiros tempos dessa “reflexão” se deram na transição do século XIX para o XX, juntamente com a abolição da escravatura, a transição para o regime republicano, o crescimento urbano e o processo de reconstrução social, nota que a imagem estereotipada da mulata mudou no âmbito da sociologia, mas permaneceu viva até o final do século XX no campo da literatura. Então, nesse momento, seria oportuno uma reformulação social que levasse em conta o desaparecimento de determinados estereótipos preconceituosos, como o que define o papel do mestiço na sociedade brasileira, o que não ocorreu, segundo o autor, no campo literário e nem mesmo a sociologia teve força para o transformar.

Queiroz Júnior apresenta uma boa explicação para esse fenômeno quando observa que:

[...] dadas suas condições históricas de atuação, a Intelligentsia teria, no Brasil, muito possivelmente, voltado sua empatia antes para captar as expectativas e os valores desejados e defendidos pelo leitor, do que para obter penetração maior nas aspirações e nos ressentimentos de certos grupos (como os mestiços) e de certos tipos sociais (como a mulata), focalizados literariamente. (Queiroz Júnior, 1975: 94)

O escritor cita Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira e Gilberto Freyre, explicando que os dois primeiros buscam refazer logicamente o conceito do

branco sobre o negro, enquanto o último admira o negro e demonstra inclusive compaixão pelo seu sofrimento, sem, no entanto, nivelá-lo ao branco socialmente.

Dessa forma, devido aos fundamentos da ideologia racial elaborada no fim do século XIX e meados do século XX e o alcance que essa ideologia obteve no Brasil, ainda não há clareza no processo de identificação do negro e do mestiço em nossa sociedade. Isso faz com que até os dias atuais mantenha-se um estigma em relação ao negro e ao mestiço, que aparece representado em nossa literatura.

Com relação aos brasileiros, compostos em sua maioria pelo grupo mestiço, não houve uma unidade de pensamento forte o suficiente para criar-se uma cultura brasileira coerente com a essa realidade racial. A população brasileira é representada no Brasil e mundo afora de forma preconceituosa. Kabengele Munanga, em seu livro *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil* (2004), nos explica essa situação:

Essa ideologia [...] racial elaborada a partir do fim do século XIX pela elite brasileira [...], caracterizado entre outros pelo ideário do branqueamento, roubou dos movimentos negros o ditado “a união faz a força” ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos. (Munanga, 2004:15)

Ainda de acordo com Kabengele:

[...] no contexto colonial a mestiçagem é também vista como uma nova categoria ameaçadora do sistema maniqueísta branco/negro – mestre/escravo, sendo o mulato um elemento perturbador da ordem sócio-racial. A mestiçagem tende a apagar a marca indelével da cor [...] gerava frutos considerados como desordem da natureza, para não dizer desordem social. (Munanga, 2004:32)

Em meio a esse processo histórico, em que o mestiço sobreviveu marginalizado e sem um espaço social bem delineado, o racismo contra esse elemento ganhou força. Em *A mulata*, por exemplo, esse racismo foi reafirmado em todo o romance. Segundo Guimarães, “o racismo surge no Brasil próximo à abolição da escravatura e à implementação de uma igualdade política entre os brasileiros, inclusive entre os africanos escravizados. Obviamente que essa igualdade política não foi imediata à abolição, houve um longo processo que se estende até os dias atuais” (Guimarães, 2004:11). Podemos afirmar que “essa igualdade” nunca ocorreu, e o negro e o mestiço

ainda convivem com o atraso social que lhes foi imposto desde os primórdios da consolidação de nosso país enquanto nação.

Grande parte da literatura brasileira, apesar de ter dado um tratamento diferenciado para o mestiço, o fez de forma dissimulada, dando inclusive a entender que no Brasil houve a convivência pacífica entre as raças. No caso de *A mulata*, há uma denúncia de que essa convivência pacífica e essa aceitação do elemento mestiço foi justamente o que fez com que, naquele contexto, os personagens falassem em todos os sentidos.

Ainda no início do século XX, contestando esse discurso hegemônico, alguns anos após a publicação do romance de Malheiro Dias, o brasileiro Manoel Bomfim, que publicou seu livro *A América Latina - males de origem* em 1905, assim critica tal perspectiva:

Resolvamos agora o argumento, que se resume em afirmar: que os índios e africanos são incapazes de atingir a um grau de perfeição moral e social comparável ao dos povos cultos atuais. Que é que prova serem eles assim incapazes e inferiores? “o fato de manterem-se até agora selvagens ou bárbaros”. É esta a única prova positiva apresentada[...] E o negro? A este – pois que tem a pele preta e o cabelo encarapinhado – a ciência sociológica dos descendentes dos negreiros condena mais furiosamente ainda: *Raças completamente inferiores e gravemente diversas* – considera-as Oliveira Martins[...] Para o escritor-estadista, só tem o negro um préstimo – trabalhar como besta para sustentar a malandrice do branco. (Bomfim, 1993:254-255)

Nesse ponto, de acordo com Manoel Bomfim, existia uma “ciência sociológica dos descendentes dos negreiros”, e essa ciência justificava a tendência a menosprezar indivíduos de acordo com a cor de sua pele ou de acordo com sua origem. Provavelmente essa tese influenciou Malheiro Dias.

Ainda nesse sentido, vale nos remetermos a Oracy Nogueira. Segundo ele, o preconceito racial pode ser tomado como uma disposição desfavorável em relação aos membros de uma população. Esse preconceito, na concepção do autor, pode ser de “marca, quando se exerce em relação à aparência, ou de origem, quando se exerce em relação à descendência do indivíduo” (Nogueira, 1985:78). Com relação a essa distinção apresentada por Oracy Nogueira entre “preconceito de marca e preconceito

de origem”, Martiniano J. Silva (1995) afirma que o preconceito tornou-se o racismo disfarçado e que os estudiosos, como Darcy Ribeiro e Oracy Nogueira, não deveriam afirmar que no Brasil existe apenas o preconceito de “marca”. Segundo ele, há aqui também o de “origem”. Nas palavras do autor:

(esse conceito de preconceito é) um disfarce do racismo, deixando a impressão de que a discriminação contra o negro seria uma mera preocupação de ordem estética ou uma simples reação imediata sempre em função da aparência, estratégia muito usada [...] quando o preconceito racial toma por pretexto, para as suas manifestações, os traços do indivíduo, quer dizer: a fisionomia, os gestos, o sotaque etc... (Silva, 1995:22)

Vale, no entanto, retomarmos o que observou Oracy Nogueira. Ao que tudo indica, ele não teve por foco afirmar que no Brasil não existia preconceito com relação à origem do indivíduo. Ele apenas, em uma análise comparativa, demonstrou que em relação ao preconceito existente nos EUA, aquele que existia no Brasil era predominantemente o preconceito de marca. Vejamos nas palavras do autor:

Os Estados Unidos e o Brasil constituem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: um em que o preconceito racial é manifesto e insofismável e o outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de superar. De um modo geral, tomando-se a literatura referente à situação racial brasileira, produzida por estudiosos ou simples observadores brasileiros e norte-americanos, nota-se que os primeiros, influenciados pela ideologia de relações raciais característica do Brasil, tendem a negar ou subestimar o preconceito, aqui existente, enquanto os últimos, afeitos ao preconceito, tal como este se apresenta em seu país, não o conseguem ver, na modalidade que aqui se encontra. Dir-se-ia que o preconceito, tal como existe no Brasil, cai abaixo do limiar de percepção de quem formou sua personalidade na atmosfera cultural dos Estados Unidos. (Nogueira, 1985:77)

Oracy prossegue com uma explicação sobre a sua intenção ao denominar o preconceito brasileiro como aquele de “marca” e o preconceito americano como aquele de “origem”:

Onde o preconceito é de marca, como no Brasil, o limiar entre o tipo que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo

discriminado é indefinido, variando subjetivamente, tanto em função dos característicos de quem observa como dos de quem está sendo julgado, bem como ainda, em função da atitude (relações de amizade, deferência, etc.) de quem observa em relação a quem está sendo identificado, estando, porém, a amplitude de variação dos julgamentos, em qualquer caso, limitada pela impressão de ridículo ou de absurdo que implicará uma insofismável discrepância entre a aparência de um indivíduo e a identificação que ele próprio faz de si ou que outros lhe atribuem. Assim, a concepção de branco e não-branco, varia, no Brasil, em função do grau de mestiçagem, de indivíduo para indivíduo, de classe para classe, de região para região. Nos Estados Unidos, ao contrário, o branqueamento, pela miscigenação, não implica uma incorporação do mestiço ao grupo branco. Mesmo de cabelos sedosos e loiros, pele alva, nariz afilado [...], sem nenhum característico que se possa considerar como negróide e, mesmo, lhe sendo impossível, biologicamente, produzir uma descendência negróide [...] para todos os efeitos sociais, o mestiço continuará sendo um negro. (Nogueira, 1985:80)

No romance *A mulata*, verificamos que Malheiro Dias apresentou o preconceito a partir dos dois procedimentos identificados por Oracy, tanto de marca como de origem, e foi muito enfático ao tratar o mestiço como um elemento inferior, devido principalmente a sua cor, mas também mencionando a sua origem.

Conforme já ressaltamos anteriormente, o romance foi rejeitado pela elite intelectual brasileira, e isso certamente se deve àquilo que defendeu Oracy, de que “o limiar entre o tipo que se atribui ao grupo discriminador e o que se atribui ao grupo discriminado, é indefinido, variando subjetivamente”, isto é, mesmo com o preconceito vigorando fortemente no final do século XIX no Brasil, a elite intelectual brasileira não se reconheceu na dicção do racismo explícito de Malheiro Dias. Fundamental, nisso tudo, é o fato de que esse romance trabalha principalmente com a ideia de que a decadência estava ligada à mistura das raças. Essa foi uma forma de desqualificar a nova nação com um estigma de origem.

A mulata apresenta o mestiço como resultado de uma decadência degenerativa, em que o protagonista Edmundo representa não somente a sua própria degradação, mas o resultado de um processo de decadência moral da raça branca. Segundo Susanne Castrillon:

O olhar determinista do narrador em relação à personagem e ao seu espaço, orientada por um determinismo fisiológico e por valores conservadores e racistas, demora-se em numerosas cenas de

erotismo. No quarto, Honorina conduz o protagonista à impotência sexual e morte e passa a ter um comportamento histérico, diferindo da aparência tranquila, sensual e submissa apresentada no início da narrativa. (Castrillon, 2002:80)

A *mulata* apresenta um discurso que reforça o mito de que a mestiçagem teria “sujado” a raça branca. É usado por critério a cor para falar em sujeira; o preto sujou o branco; o mestiço foi o resultado dessa sujeira. A miscigenação foi tratada como uma patologia, na medida em que Honorina traz a doença para a vida de Edmundo. Os hábitos repulsivos juntamente com o temperamento agressivo da moça deixam evidente que o elemento miscigenado era, na concepção romanesca, inferior devido também a sua origem biológica.

O ápice do romance está justamente nas relações de Honorina e nos desfechos que elas trazem para aqueles que se relacionam com ela. Há ali um forte apelo para mostrar ao leitor como o povo brasileiro tornava-se dependente e decadente por conta das relações inter-raciais. Isto é, a igualdade tão proclamada pela doutrina republicana e democrática, pela revolução francesa, não poderia se concretizar porque a raça tornou-se uma barreira intransponível.

Nesse romance, a mulata é o elemento incômodo, que perturba a ordem e a todos intriga. Ela produz efeitos na trama que podem ser, segundo Queiroz Júnior, “individual, ao afetar o rumo das pessoas que se envolvem com ela [...] e coletivo, quando põe a prova padrões, sistemas ou instituições, das quais faz transparecer as inconsistências e inadequações” (Queiroz Júnior, 1975:118)

Com relação a colocar “à prova padrões”, Honorina cumpriu bem esse papel, no sentido de que denunciou, em algum plano, a inconsistência da sociedade em que vivia; ela desrespeitou a todos e nunca esteve preocupada com os danos que causou.

Interessante, no entanto, é atentarmos que, ainda segundo Queiroz Júnior, a literatura brasileira funciona como recurso para sustentar a situação preconceituosa reinante. Segundo o escritor: “dentro do esquema geral de não exacerbar tensões nas relações interétnicas e nem manifestar preconceito, a literatura observa tais princípios, ressaltando dotes físicos da mulata, que a tornam esteticamente apreciável, mas não aceitável moralmente” (Queiroz Júnior, 1975:122).

Todavia, *A mulata* não se enquadra nesse modelo. É talvez o romance da literatura brasileira que apresenta a explicitação mais abrangente do preconceito racial contra os negros no momento mesmo em que deixam de ser escravos para passarem a ser cidadãos republicanos.

Como vimos neste capítulo, muitas teorias europeias incorporadas por intelectuais brasileiros foram empregadas no esforço de interpretação da realidade nacional. Tanto intelectuais europeus como brasileiros trataram da mestiçagem em nosso país e acabaram por interpretar essa realidade inicialmente de forma negativa, concebendo o negro como inferior e o mestiço como um rebaixamento do homem branco. Em seguida, positivaram a figura do mestiço de forma artificial, sem positivar a imagem do negro, criando um ideal de democracia racial sem qualquer lastro na realidade das relações raciais no país. Finalmente, uma perspectiva crítica veio denunciar essa falácia, reaproximando negro e mestiço e demonstrando como fazem parte de um único e mesmo grupo, classificados segundo critérios raciais, ainda que com matizes distintas de discriminação.

Visto dessa perspectiva contemporânea, o romance *A mulata* tem o mérito de não dissimular o preconceito do branco contra o negro e o mestiço; vem mesmo defender a legitimidade desse preconceito. Com isso, retira o mestiço do lugar indefinido que ocupou na sociedade brasileira por séculos.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens livres na ordem escravocrata*, em que trata da condição do homem livre no Brasil, em sua grande maioria composta por mestiços vivendo no interior da sociedade senhorial, assim diz ao discorrer sobre a figura do vendeiro que, por sua vez, era mestiço:

Em suas relações com o fazendeiro ou com o escravo, o vendeiro se revela o mesmo novidadeiro pouco digno de confiança [...] a bisbilhotice imprudente, a insistência enganosa [...] o converteram em certa medida num marginal [...] a malandragem, a esperteza, o expediente consistem, para ele, na forma possível de acomodação a uma ordem social em que sua atividade é marginal e quase dispensável [...] é necessário enfatizar a sua condição de único agente ocupado em atividades comerciais e inserido na vida comunitária. (Franco, 1997: 80)

Se nos lembrarmos da situação de Honorina – mestiça, mulher, prostituta –, temos uma condição de marginalidade ainda mais radical, já que rompe com os padrões burgueses. Representa, assim, paradigmaticamente, o lugar do mestiço numa sociedade que acabava de sair do sistema escravocrata e que, ainda mais do que antes, teria de utilizar de malandragem, esperteza e diversos expedientes para sobreviver.

Honorina finge seu amor por Edmundo, mas assim o faz com o intuito de fazê-lo sofrer, tudo de forma vulgar e falsa, nas palavras do narrador. Ela concede ao amante o que possui, no caso o seu corpo, e, por ser totalmente sem juízo, sem sentimentos, faz tanto mal ao amante a ponto de provocar sua morte. Vinga-se do amante, que nada lhe fez. Ela era a mestiça, a raça misturada, a raça sofrida, a raça vingativa. O mestiço aparece na narrativa em posição de destaque, em posição de honra, poderíamos dizer. E Honorina teve a honra de ser amada por um branco, mas de tão desonrada que era – uma prostituta – matou o único homem que a amou. Em seu nome, Honorina, há um apelo a essa qualidade, que ela rejeita, isto é, ela desonra a condição que lhe foi oferecida, que seria sair da vida de prostituição e casar-se com um bom moço. Ser, enfim, amada de verdade e torna-se uma mulher burguesa. Assim, a vingança de Honorina é uma alusão àquela da mulher negra e mestiça contra o branco, pelos anos de dominação e cativeiro. No entanto, não é concebida como uma forma de justificação histórica, mas sim como uma ameaça que o homem branco deve evitar.

Desse modo, Honorina é construída fielmente dentro do lugar ambíguo que o mestiço ocupava na sociedade brasileira, mas, ao mesmo tempo, pretende fazer tábula rasa dessa ambiguidade imputando toda sua motivação à origem racial da protagonista. O romance se constrói no plano racial sobre ambiguidades, que o narrador tenta reiteradamente desfazer: justifica as atitudes de Honorina por sua condição social e racial, ao mesmo tempo que a rebaixa por sua condição racial, justificando também desse modo as suas atitudes. O leitor fica sem saber exatamente em qual argumento deve se apoiar: Honorina é má porque sofreu socialmente e agora se vinga desse sofrimento ou Honorina é má porque é fruto de um rebaixamento da raça branca, que se miscigenou com a negra?

O fato é que, de todo modo, Honorina é má e, tendo ou não motivação social para isso, assim ela seria fatalmente porque é, segundo o narrador, uma degenerescência da raça humana. Esse argumento assim explicitado desfaz, em última instância, as ambiguidades e acaba por ser contrário a tudo o que a reflexão e a história do racismo no Brasil sempre prezou, como vimos neste capítulo, que é a persistente dissimulação do enfrentamento racial.

Mesmo no final do século XIX, quando Goubineau e Nina Rodrigues afirmavam taxativamente a inferioridade do negro e os males da miscigenação, a elite intelectual brasileira sempre tomou cuidado para que isso não fosse incorporado à representação da identidade nacional e, por conseguinte, que não ganhasse legitimidade no campo da literatura, braço direito dessa representação. Malheiro Dias tem o mérito de dizer o que a grande maioria da intelectualidade brasileira, branca e burguesa, realmente pensava sobre a questão racial.

CAPÍTULO 5

As ideias acerca da república e da monarquia expressas em *A mulata*

Neste capítulo, faremos uma exposição dos principais acontecimentos políticos que se deram no Brasil e em Portugal com relação à passagem do regime republicano para o regime monárquico. Nosso intuito foi investigar o que significou, naquela altura, ser monarquista no Brasil, como foi o caso de Malheiro Dias, e como *A mulata* dialoga com o conjunto maior da obra do escritor, referente a temas políticos e históricos.

No Brasil, a Proclamação da República se deu em 1889, e o romance foi publicado em 1896. Já a Proclamação da República em Portugal ocorreu somente 14 anos após a publicação de *A mulata*, em 1910. No entanto, desde meados do século XIX, já havia indícios de que isso aconteceria. Assim, com relação ao Brasil, o autor é enfático ao criticar o regime republicano já instaurado. Essas críticas aparecem na narrativa principalmente quando há uma invocação ao passado, à tradição: “O que será então do Brasil [...] sem tradições [...]” (Dias, 1975:40).

Com relação à Portugal, Malheiro Dias não poupou esforços, em algumas de suas obras, a criticar a mudança de regime. Nesta nossa análise, iremos colocar em foco algumas das questões que foram assertivamente tratadas por Malheiro Dias, como o Sebastianismo, a defesa do patriotismo, a discussão que travou com Antonio Sérgio, para mapearmos o universo com o qual o autor dialoga e podermos, dessa

forma, entender o que significava ser tradicionalista e defender essa tradição portuguesa dentro do Brasil e para o Brasil, o qual, por sua vez, passava por mudanças e ansiava por uma autonomia com relação à antiga metrópole. Além disso, também traremos para este trabalho outros escritores que, em algum momento de suas obras, discutiram ideias que se assemelhavam àquelas que Malheiro Dias defendia. Vale a ressalva de que não é o nosso objetivo legitimar o que defendeu Malheiro Dias quando citamos outros escritores com ideias semelhantes, mas sim investigar até que ponto ele fez coro a um grupo maior no âmbito do cenário nacional, o que defendiam e como isso repercutiu em sua vida e obra.

O monarquista Malheiro Dias

Para falar do monarquismo de Malheiro Dias, faz-se necessário primeiro retomar o quadro histórico do republicanismo na passagem do século XIX para o XX em Portugal e no Brasil, momento quando o romance *A mulata* foi publicado.

No que concerne à adoção do sistema republicano em Portugal, segundo Amadeu Carvalho Homem, de 1881 até 1883, o Partido Republicano se organizou com a direção dos federalistas Manuel de Arriaga, Teófilo Braga e Sebastião de Magalhães Lima, dos moderados Rodrigues de Freitas, Bernardino Pinheiro e Elias Garcia, bem como dos patriarcas Oliveira Marreca, Latino Coelho e Souza Brandão. Concomitantemente ao projeto de coesão republicana, houve a vigência do último gabinete regenerador chefiado por Fontes Pereira de Melo. Esse período foi permeado pela intolerância para com as frentes antimonárquicas no país. Ocorreu também a Conferência de Berlim, a qual trouxe novos problemas para Portugal. No “Acto Geral” dessa Conferência foi determinado que os territórios africanos seriam apropriados por quem propusesse uma ocupação palpável do território. Isso gerou uma crise, porque Portugal não tinha condições de dispor de tamanha força e contingente para efetivamente colonizar as suas vastas possessões. Além disso, o governo fontista (que teve entre seus principais líderes Fontes Pereira de Melo e vigorou do final da década de 1860 até o final da década de 1880), contraiu inúmeros empréstimos estrangeiros que obrigaram os sucessivos governos a um agravamento da carga tributária. Nesse contexto, a crise foi fortemente sentida pelo povo (Homem, 2001:117).

O Partido Progressista, por sua vez, que concorria ideologicamente com os republicanos, através das figuras de Oliveira Martins, António Cândido, Carlos Lobo de Ávila, Bismarck, Anselmo Braamcamp e outros, fundaram o projeto “Vida Nova”, que basicamente defendia o reforço do poder executivo para que o monarca voltasse a ser o eixo da vida pública nacional. Conforme ressalta José Mattoso, havia um grande ressentimento antibritânico que se opunha ao constitucionalismo que D. Pedro de Bragança fizera vingar através da outorga da Carta Constitucional e da luta antiabsolutista subsequente (Mattoso, 1993:143).

Em 1885, Anselmo Braamcamp faleceu e o projeto “Vida Nova” do Partido Progressista acabou. O comando do partido passou para José Luciano de Castro, que se preocupou bastante com os concorrentes. O Partido Regenerador também estava em crise devido à morte de Fontes Pereira de Melo, em 1887. O comando deste partido passou a ser de Antonio de Serpa. Isso gerou uma dissidência denominada “Esquerda Dinástica”. Esse último grupo defendia um radicalismo liberal, mesmo tendo sido originado do partido mais monarquista e conservador de então. Ocorreu inclusive, segundo Mattoso, uma aproximação entre a “Esquerda Dinástica” e membros do Partido Republicano (Mattoso, 1993:144).

As eleições de março de 1887 levaram ao parlamento os republicanos Elias Garcia e Consiglieri Pedroso. No entanto, a situação era ainda confusa. Havia divergências com relação à aliança com a Esquerda Dinástica, o que deu origem aos congressos republicanos de julho e dezembro de 1887. Ficou nítido nesses eventos a presença de um grupo mais moderado, composto por Elias Garcia, Consiglieri Pedroso e Gomes da Silva, e outro mais intransigente, composto por Manuel de Arriaga e Felizardo de Lima. Os embates acabaram por evidenciar que o Partido Republicano tinha incompatibilidade e intransigência com qualquer grupo, facção ou partido monárquico (Mattoso, 1993:145).

Em 1888, a folha *O Radical*, cujo redator principal era Felizardo de Lima, fez surgir o Centro Democrático Radical. Mais tarde os membros desse Centro quiseram fundar o Partido Republicano Radical.

Segundo Amadeu Carvalho Homem, em janeiro de 1890, quando ocorreu o Ultimato britânico, “o Porto já não aceitava mais presumidas vacilações e

subserviências da monarquia” (Homem, 2001:118). Nesse cenário, o sistema republicano foi ganhando força e corpo dentro da cultura e do ideário português.

Com relação ao Ultimato, ao que tudo indica, ele foi importante para a eclosão do movimento republicano em Portugal. Com a Conferência de Berlim ocorreu a determinação de que as potências deveriam assegurar nos territórios africanos autoridade suficiente para ter os seus direitos respeitados, além do princípio da ocupação efetiva, isto é, só teriam direito ao território colonial aquelas nações que o ocupassem. Segundo Nuno Severiano Teixeira: “apesar da insistência britânica para que esse princípio fosse aplicável a todo o continente, a reação negativa de todas as outras potências impede-o, ficando a declaração final restrita às regiões costeiras” (Teixeira, 1990:54). Com este fato inicia-se o conflito anglo-luso, que um pouco mais tarde dará origem ao *Ultimatum* inglês. Foram trocadas uma série de correspondências entre os governos dos dois países em que a Inglaterra se colocava contra qualquer “pretensão territorial não baseada na ocupação efetiva” (Teixeira, 1990:56). Sem chegarem a um acordo diplomático, segundo Teixeira:

Sucessivamente adiado, o acordo diplomático torna-se impossível. No teatro africano, entretanto, as operações evoluem. No Vale do Chire, Serpa Pinto vai encontrar hasteada a bandeira inglesa e os Macololos revoltados contra Portugal. As movimentações militares continuam e quando João de Azevedo Coutinho conquista a região e submete os chefes africanos à soberania portuguesa, o governo inglês considera essa acção *casus belli*. Rejeita qualquer solução de acordo ou arbitragem, concentra as forças navais em pontos estratégicos da costa e a 11 de janeiro de 1890 envia a Portugal um *memorandum* que põe fim aos incidentes. Era o *Ultimatum*. (Teixeira, 1990, 60)

Com isso, a Inglaterra exigia que as forças militares portuguesas no Chire e no país dos Mocololos e Machonas se retirassem. Portugal acabou cedendo e, segundo Teixeira, foi “o fim do sonho do Mapa Cor-de-Rosa”, além do que surgiram inúmeros “folhetos anti-ingleses inflamados pelo patriotismo ofendido” (Teixeira, 1990:63).

Quando o *Ultimatum* foi aceito pelo governo progressista, o partido regenerador passou a exaltar a opinião pública contra o governo. Devido à onda de manifestações populares e ao desamparo político, o partido demitiu-se. Então Antônio Serpa forma o novo ministério regenerador. Posteriormente, devido à pressão por

esclarecimentos sobre a questão diplomática com a Inglaterra, o rei D. Carlos dissolve o parlamento e marca novas eleições.

Com todo esse conturbado panorama, segundo Teixeira:

Excluído da governação e marginalizado do Parlamento, o Partido Republicano explora o desgaste político dos partidos monárquicos e joga na sociedade civil. Incita e acompanha o movimento patriótico capitalizando em seu favor a imagem de defensor do interesse nacional. (Teixeira, 1990:91)

O Governo então proíbe as manifestações. Em 20 de agosto de 1890, é assinado novo Tratado com a Inglaterra, o que gerou forte polêmica e levou o então governador Antonio Serpa a se demitir. Nesta conjuntura, assume o poder João Crisóstemo, “extrapartidário de inspiração monárquica e liberal”, a convite de D. Carlos (Teixeira, 1990:98). Posteriormente houve um acordo consumado entre Portugal e Inglaterra, com o nome de *Modus Vivendi*, segundo Teixeira:

o acordo de 20 de agosto conferia a Portugal, para além de uma espécie de corredor transafricano(que permitia a construção de estradas, pontes [...]), o vasto e rico planalto de Manica [...]. Foi isto que a cegueira partidária das forças políticas portuguesas e a cegueira da opinião pública não viram. [...] Movimentações militares no território africano e pressões sobre o governo de Londres levam Salisbury a [...] reclamar junto aos negociadores portugueses o território em causa. Preocupada em concluir rapidamente o Tratado, a diplomacia portuguesa acaba por ceder a troca duma zona um pouco mais vasta, mas bem menos valiosa. (Teixeira, 1990:103-104)

Apesar disso, esse acordo foi bem aceito pela opinião pública. Isso evidencia como Portugal estava perdendo os poderes e saindo em desvantagem com os acordos que firmava com a Inglaterra. Em meio a esses fatos, e após o *Ultimatum*, quem ganhava força era o partido republicano e as manifestações patrióticas. Segundo Teixeira:

Por todo o país, instituições e autoridades locais participam engrandecendo o movimento nacional [...] Tal como os civis, também as instituições e autoridades militares fazem sentir o seu protesto [...] Também os párocos e organizações como a Associação Católica manifestam o seu repúdio pela atitude britânica. (Teixeira, 1990:116)

Após um mês do *Ultimatum*, dia 11 de fevereiro, no aniversário da proclamação da República Espanhola, um grupo republicano se reúne e retira a coroa da estátua de Camões em um sinal de luto. O governo proíbe então as manifestações e pela segunda vez os republicanos, ao tentarem novamente retirar a coroa de Camões, são impedidos. Segundo Teixeira, o jornal *O século* publicou um suplemento: “O Governo deseja dar à Europa o espectáculo de desordem nas ruas de Lisboa, em frente da afronta britânica. É ainda uma infâmia! Enfim, o governo quer medir a sua brutalidade com o patriotismo sereno e altivo da Nação [...]” (Teixeira, 1990:1330). Para completar o episódio, Fialho de Almeida:

coloca uma estátua de alhos-porros na estatua eqüestre de D. José, da qual pendiam duas fitas; uma, que dizia: “11-02-1890 – manifestação autorizada pelo Governo”; outra: “Homenagem do povo português à dinastia dum rei que na hora do luto público lhe proibiu de ir abraçar-se à estátua do seu poeta”. (Teixeira, 1990:134)

Iniciou-se um período de forte repressão do governo e foi silenciada a imprensa de oposição, mas, segundo Teixeira, a estratégia de propaganda orienta-se para dois objetivos: “o desprestígio dos partidos monárquicos e o isolamento do rei [...]. O desprestígio político cresce com a sua própria actuação [...]. Assim o combate republicano dirige-se a denegrir a figura real esboçando-lhe uma imagem de inútil e parasita” (Teixeira, 1990:137). No entanto, o auge desse clima antimonárquico acontecerá com a publicação de *O Ultimatum* – órgão da associação Acadêmica de Coimbra. Segundo Teixeira, “inclui um artigo violentíssimo que insulta pessoalmente o rei D. Carlos [...] intitulado: ‘Bragança, o Último’” (Teixeira, 1990:138). As ofensas são sérias: “D. Carlos de Bragança é um animal! [...] Mas que espécie de animal é ele que dizem ter a covardia da hiena e ser traidor como o tigre...” (Teixeira, 1990:139). Quem assinava esse artigo era Antônio José de Almeida, que mais tarde viria a se tornar presidente da república.

Posteriormente, quando veio ao público o Tratado assinado entre Londres e Lisboa, uma nova onda de protestos patrióticos surgiu: “Inicia-se então uma violenta campanha contra o convénio que o governo regenerador assinara e o rei, dizia-se, se propunha fazer aceitar” (Teixeira, 1990:143).

Desta vez o movimento revolucionário voltou com mais força. A imprensa tomou posições sobre os acontecimentos. Fundaram-se jornais, dentre eles *A República*, *A Lanterna* e *A República Portuguesa*. “Em crescendo, o movimento agiganta-se e atinge o ponto alto na véspera da abertura do Parlamento [...] Protesta-se então contra o tratado e contra as medidas repressivas do governo. Protesta o povo, fora do edifício das Cortes, e protestam dentro deputados e pares [...]” (Teixeira, 1990:148).

Com isso, o Tratado não foi ratificado pelo Parlamento e houve a queda do governo, o que trouxe novamente uma passageira tranquilidade. Nesta conjuntura, quem saiu vencedor foi o Partido Republicano. Teixeira explica que “os partidos monárquicos estão irremediavelmente desprestigiados. O Partido Progressista aceitara o *Ultimatum*. O Partido Regenerador pactuara com a Inglaterra e procura impor o tratado. Ambos reprimiram o movimento patriótico” (Teixeira, 1990:151).

Além disso:

[...] aos olhos da opinião pública, o Partido Republicano aparece como o único defensor do interesse nacional e último baluarte do patriotismo ofendido [...] O partido Republicano torna-se assim o símbolo do patriotismo [...] O *Ultimatum* oferecia, assim, uma grande vitória ao partido republicano. Meses depois, era o 31 de janeiro. (Teixeira, 1990:152-153)

É de se notar, portanto, que a posição monarquista de Malheiro Dias era francamente minoritária no contexto do final do século XIX em Portugal. *A mulata* foi publicada seis anos após o *Ultimatum*, reverberando o pessimismo daqueles que, tal qual o seu autor, avaliavam como temeroso o cenário político de seu futuro imediato. Residente no Brasil, onde a República já tinha sido proclamada em 1889, o autor certamente preocupava-se com o que poderia vir a acontecer em Portugal e procurou caracterizar a geração republicana brasileira da forma a mais decadente possível, como uma espécie de aviso aos incautos.

Ao verificarmos o conflituoso cenário político pelo qual Portugal passava no fim do século XIX, evidencia-se que os homens públicos e os partidos políticos tomavam posições contraditórias, isto é, ora se colocavam ao lado do liberalismo, ora se mostravam verdadeiros tradicionalistas, ora republicanos, ora monarquistas. Enfim, é

difícil entendermos com clareza qual o verdadeiro papel político de cada homem público novecentista finissecular. Como indicam os fatos, muitas dessas personalidades políticas defendiam aquilo que lhes convinha em determinado momento, independente de doutrinações ou crenças pré-existentes. Esse fenômeno manteve-se no início do século XX. Todavia, havia aqueles que, dialeticamente, mudavam de posição a partir da experiência política e social, como foi o caso, por exemplo, de Fernando Pessoa, que, de tradicionalista, passou a aceitar o sistema republicano em Portugal, após vivenciar o estabelecimento do Estado Novo salazarista, rejeitando, ainda, integralmente a defesa da ditadura que fizera em seu *Interregno* de 1928. Havia também aqueles que sustentavam fortemente uma posição ideológica, e aqui podemos inserir Malheiro Dias.

No Brasil também se processavam mudanças significativas em todo o século XIX. Foi um período em que muitos sistemas de governo passavam por transformações. Assim como ocorreu a revolta do Porto em 1820, a qual visou colocar limites no poder moderador do rei de Portugal, em 1822, as classes brasileiras dominantes adotaram uma monarquia constitucional, com a qual esperavam adquirir unidade e estabilidade política. Nas palavras de Emília Viotti Da Costa: “Atemorizados pelos espectros da Revolução Francesa e da revolta dos escravos no Haiti, desconfiavam tanto do absolutismo monárquico quanto dos levantes populares revolucionários e estavam decididos a restringir o poder do imperador e a manter o povo sob controle” (Da Costa, 1998:134).

Essa elite se inspirou no liberalismo europeu, no entanto, os direitos definidos como universais se tornaram privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder. Segundo Da Costa, na Europa, uma oligarquia de capital estava substituindo uma oligarquia de linhagem e a crítica ao liberalismo se originou entre grupos aristocráticos tradicionalmente privilegiados. No Brasil, os principais adeptos do liberalismo foram homens ligados à economia de exportação e importação. Da Costa nos aponta para o fato de esses homens serem os proprietários de terras e escravos que ansiavam por se libertar do jugo de Portugal, mas almejavam manter uma estrutura tradicional de produção. Essa estrutura era baseada em um sistema de clientela e patronagem, que o liberalismo europeu pretendia destruir (Da Costa, 1998:140).

Neste contexto, a monarquia constitucional durou pouco, porque em 1823, o imperador, em visível conflito com setores da elite, dissolveu a assembleia constituinte. Para amenizar os ânimos, aprovou no ano seguinte uma carta constitucional que lhe dava amplos poderes, ao mesmo tempo em que criava condições para a formação de uma poderosa oligarquia (Da Costa, 1998:142).

A historiadora ainda explica que, na Europa, o liberalismo foi originalmente uma ideologia burguesa, vinculada ao desenvolvimento do capitalismo e à crise do mundo senhorial. O Brasil possuía uma economia colonial, tinha uma posição periférica no mercado internacional, um sistema de clientela e patronagem, utilizava-se da mão de obra escrava e, além disso, o país “tinha a ausência das duas classes que na Europa constituíam o seu ponto de referência obrigatório: a aristocracia e o proletariado” (Da Costa, 1998:134-136).

Assim, no Brasil, o liberalismo se deu contra o poder colonial, já na Europa, esse sistema foi contra o poder imperial. Apesar de a independência brasileira ter ocorrido em 1822, ainda se mantinha um sistema político e econômico análogo ao colonial, tendo em vista a manutenção da escravidão e do sistema monárquico. Ao surgirem as teorias liberais advindas principalmente da Revolução Francesa (1789-1799), mas difundidas pelo mundo inteiro ao longo do século XIX, a grande maioria dos intelectuais brasileiros se alinharam a elas, enquanto alguns a rejeitaram. Malheiro Dias esteve entre estes últimos e critica fortemente o liberalismo brasileiro, conclamando os jovens a defenderem a sua pátria, como se essa defesa estivesse atrelada aos sistemas tradicionais de governo:

Repara bem, o momento supremo está batendo aos umbrais da tua pátria [...] Há uma boca aberta em face ao Amazonas... Prepara-te, que a fé seja sempre o teu estandarte quando se trate de redimir ou desafrontar ou defender a tua pátria. De anos a esta parte, tu bem o tens visto, o positivismo e os sofismas dos cépticos sustentaram do sul ao norte uma tempestade de guerras e revoluções... (Dias, 1975:41)

Durante o primeiro reinado brasileiro existiam tendências antidemocráticas e oligárquicas que se mantiveram até o final do segundo reinado, quando apareceram novos grupos de interesses econômicos, favoráveis às reformas. Segundo Da Costa,

três grupos lutaram pelo poder nesse período: os conservadores que apoiavam o imperador e eram a favor da centralização; os liberais, que pretendiam dar maior poder ao parlamento; e os democratas, que eram a favor da descentralização, do sufrágio universal e da nacionalização do comércio (Da Costa, 1998:146).

Os conflitos entre conservadores e liberais se mantiveram por longo período. No entanto, segundo Da Costa: “Apesar de ser possível identificar essas duas posições com referência aos modelos ideais do que significa ser um conservador e um liberal, na realidade é impossível encontrar uma coerência total em indivíduos ou grupos” (Da Costa, 1998:147). Fato interessante é que muitos liberais deixaram de o ser à medida em que ascenderam ao poder.

As elites políticas brasileiras se incompatibilizaram com D. Pedro I, tanto os liberais, quanto os conservadores. Ele então abdicou do trono em 1831, em favor de seu filho de cinco anos, iniciando-se a regência. Nesse momento, homens como Bernardo de Vasconcelos e Evaristo da Veiga, considerados liberais, principalmente por seus ataques ao imperador, mostraram-se conservadores com relação à democracia (Da Costa, 1998:148). A regência mostrou-se conservadora e não colocou em prática os projetos liberais dos seus primeiros dias, como autonomia municipal e extinção do poder moderador. Surgiu então, em 1834, um Ato Adicional que tentaria conciliar liberais radicais, moderados e conservadores, o que não aconteceu. Houve em 1836 eleições em que só votaram uma minoria e quem venceu foram os conservadores. Nesse período, o governo estava nas mãos dos grandes agricultores, enquanto os pequenos comerciantes e artesãos perdiam cada vez mais posição. Em 1840, o parlamento resolveu dar maioria ao príncipe e aprovaram mais leis que fortaleceram o governo central. Essa ascensão de D. Pedro II ao trono não pacificou o país. Ocorreram inúmeros levantes revolucionários entre 1837 e 1848 (Sabinada, Balaiada, Cabanagem, Praieira). Ainda ocorreu entre 1835 e 1845 a devastadora guerra civil dos Farrapos no Rio Grande do Sul.

Segundo Da Costa:

Conflitos raciais e de classe, tensões entre ricos e pobres, estrangeiros e naturais da terra, brancos e pretos, recusa por parte das elites regionais em se submeter ao governo do Rio de Janeiro, a luta pelo poder entre vários setores da elite regional, todas essas

razões motivaram os levantes que mantiveram o governo central em estado de permanente alerta por um período de vinte anos a partir da abdicação de D. Pedro I. Frequentemente, as linhas de conflito eram difíceis de ser traçadas em razão do sistema de clientela e patronagem que tornava aliados os mais improváveis companheiros. (Da Costa, 1998:158)

A autora prossegue explicando que no período da Conciliação, que se iniciou em 1852, os liberais e conservadores se aproximaram. Da Costa aponta para o fato de que a filiação partidária era mais uma questão de família e parentesco do que de ideologia. Nas últimas décadas do Império, a partir dos anos 50, surgiram novos grupos de interesse, e desfez-se a aliança dos partidos. Enquanto na primeira metade do século XIX, os liberais eram conservadores, a partir dos anos 60, os conservadores foram se tornando cada vez mais liberais. Mais tarde, um grupo de políticos, dissidentes do partido liberal, fundou o partido republicano, que tinha por objetivo minar as estruturas de poder que sustentavam as oligarquias tradicionais, limitar a influência do governo no setor privado e incrementar a autonomia provincial. Era ainda um partido que falava à classe média e aos militares. Estes últimos tinham ficado mais coesos, devido à Guerra do Paraguai (1864-1870) (Da Costa, 1998:160).

Posteriormente, ainda segundo Da Costa, a necessidade de reformas se tornou latente e até os conservadores se obrigaram a apoiá-las. Em 1878, o partido liberal tomou o poder. Em 1889, o líder do ministério liberal, Visconde de Ouro Preto, propôs inúmeras reformas, dentre elas, a abolição da vitaliciedade do senado, a eleição das autoridades municipais, sufrágio universal, liberdade de culto, reforma do sistema de educação, etc. Essas reformas faziam parte do programa do partido liberal, mas nunca haviam sido colocadas em prática porque os políticos, tanto liberais quanto conservadores, hesitavam em promover reformas que poderiam enfraquecer o seu poder. A relutância das elites que estavam no poder em promover as reformas propostas pelo visconde de Ouro Preto resultou no golpe militar de 1889 que derrubou a Monarquia. (Da Costa, 1998:160-167)

Revisitando os fatos que aconteceram no Brasil para a implementação da República, torna-se notável que Malheiro Dias não atentou para os processos pelos quais o Brasil passava. Defendeu a monarquia e a ligação do Brasil com Portugal como fundamental para a sobrevivência do primeiro. O desgaste do sistema colonial e

imperial foi ignorado por ele, que preferiu ir contra a maré de intelectuais que já vislumbravam uma nova realidade brasileira. Apesar de existir uma vertente de pensadores que projetavam o Brasil em um novo cenário, ainda faltava muito para o país alcançar a almejada democracia e a independência cultural.

Nesse período, os intelectuais que pensavam o nosso país chegaram até a criticar o latifúndio e a escravidão, mas muitos mantinham-se na dependência da oligarquia que queriam combater. Ocupavam cargos públicos, por exemplo, para os quais eram nomeados por indivíduos da oligarquia. Da Costa nos aponta que Sílvio Romero, por exemplo, criticou duramente a situação do funcionário público dentro do regime de clientela em seu livro *O castilhismo no Rio Grande do Sul*, de 1912. No entanto, ele próprio provinha de uma família cujas atividades eram agrárias e ligadas à oligarquia. (Da Costa, 1998:265)

Devido à realidade do país, as principais reformas, como a abolição da escravidão e a república, resultaram de uma ação conjunta dos grupos urbanos, aliados aos grupos mais progressistas das zonas rurais. No entanto, havia intelectuais que pensavam o nosso país dentro de uma perspectiva mais otimista. Alguns anos depois, ressalta, por exemplo, Manuel Bonfim: “O Brasil apresentava desde muito tempo os elementos constitucionais de uma nacionalidade; as ideias de liberdade andavam por toda parte [...] e Portugal, decrépito, era a sombra apenas de uma grandeza passada e efêmera [...]” (Bonfim, 1993: 227)

Desfeito o último vínculo institucional que ligava o Brasil a Portugal, isto é, a aristocracia e a família real dos Bragança, há um forte pessimismo entre a intelectualidade portuguesa. Lembremos Oliveira Martins, que em 1889 dizia:

Não faltaria, porém, entre nós, quem condenasse aquele que hoje – por um acaso imprevisto e até inverossímil – pensasse ou pretendesse restaurar a nossa marinha caduca pelos meios que no século XIV a criaram. Entretanto, se há ponto incontestável é este; que a não ter sido o fomento marítimo do séc. XIV, jamais Portugal teria ganho a honra e o proveito histórico das suas grandiosas navegações, das suas conquistas malfadadas, e da brilhante empresa da sua colonização atlântica e americana [...]. (Martins, 1994:29)

Sete anos após a proclamação da república brasileira, isto é, em 1896, Malheiro Dias publicou *A mulata*, também demonstrando forte pessimismo relacionado à

república e um pensamento extremamente racista com relação ao negro e ao mestiço. O escritor ainda foi contra a separação do Brasil e de Portugal, alegando a dependência política e cultural da ex-colônia com relação à ex-metrópole. Não concebeu as novidades literárias e políticas que adentravam em Portugal como um processo natural pelo qual aquele país teria de passar. Criticou severamente os novos escritores, sempre alegando a necessidade de se prender ao tradicionalismo para salvar Portugal e o Brasil dos males pelos quais passavam, detratando a falta de cultura das gerações jovens. Foi saudosista, anti-iberista, sebastianista.

Explicando o movimento tradicionalista em Portugal, Luis Reis Torgal (2001) elucida o seu caráter absolutista e antirrevolucionário que teve como sentido conservar a ordem política estabelecida historicamente. Segundo ele:

Assim, foram seus objectivos a defesa do absolutismo régio, da hierarquia social das três ordens, do catolicismo integral e de uma cultura ortodoxa que não contrariasse os princípios da fé que a igreja romana estatuiu. Este conjunto de ideias constituía, por assim dizer, ‘a Tradição’, concretizada ao longo do tempo num conjunto de instituições que era necessário manter e reestruturar, opondo-se assim – em espírito sistemático de contra-revolução – à tendência das concepções liberais, que se foram formando ao longo do século XVIII, mas que se manifestaram sobretudo depois da Revolução Francesa.(Torgal, 2001:196)

O movimento tradicionalista, descrito nas palavras de Torgal, exemplifica bem as ideias defendidas por Carlos Malheiro Dias ao longo de sua vida e obra, o que veremos em seguida. No entanto, apesar de ser monarquista convicto, Malheiro Dias não explicitou em sua obra que defendia o absolutismo, apesar de ter se colocado contra a República e defendido fervorosamente a “Tradição”.

Em busca de um Portugal perdido

A *mulata* traz então um forte apelo para que o Brasil se voltasse à tradição portuguesa: “nós todos que ainda não sentimos crescer em nós esse sentimento venerando pela Mãe Augusta, sagrada, divina, por essa pátria em que nós tripudiamos com os nossos egoísmos, que nós não tomamos a sério, para com quem não usamos com respeito” (Dias, 1975:77).

O autor situou o seu romance em uma época bem determinada. Ali, faz referências à Revolução do Rio Grande do Sul, em que houve o confronto entre os federalistas ou maragatas, adversários dos republicanos ou pica-paus, estes últimos conhecidos também por castilhistas, porque eram adeptos de Júlio de Castilhos, então governador do Rio Grande do Sul. Essa revolta ocorreu em fevereiro de 1894, um mês depois de Júlio de Castilhos ter assumido o governo do Rio Grande do Sul. Segundo Bueno: “contra Castilhos se ergueram não só federalistas, mas também monarquistas e descontentes em geral” (Bueno, 2002:255).

Os federalistas venceram o conflito, o que, naquela altura, poderia simbolizar a restauração da monarquia, ainda que isso não tenha ocorrido. Malheiro Dias cita essa revolta, não só como forma de situar a obra historicamente, mas também com a intenção de valorizar a posição monárquica, porque cita uma vitória dos aliados dos monarquistas.

No romance também há inúmeras referências ao Marechal Floriano Peixoto, a quem se deve a consolidação do regime republicano no Brasil.

Em determinado momento Edmundo estava sentado à mesa de um café:

A uma mesa do fundo, dois militares falavam tomando grogues.

- Deu oito oitocentos contos ao Custódio para abandonar o Saldanha...

- Impossível! O Floriano não descia a esses meio vis...

- Vil é quem os aceita. Oitocentos contos em ouro, recebeu-os ele em Santa Catarina...

- E o combate no Rio Grande?

- Fantasia! Questão de se chegar a Buenos Aires... O plano de traição estava concebido; fora traçado pelo marechal...

Depois as vozes baixaram e Edmundo não conseguiu ouvir o resto. (Dias, 1986:74)

Nessa passagem há uma alusão à Revolta da Armada. A marinha do país era conhecida por Armada e, segundo Bueno, era uma instituição monarquista. Essa corporação foi responsável por duas revoltas. A Primeira Revolta da Armada ocorreu em novembro de 1891 e o contra-almirante Custódio de Melo conseguiu derrubar o marechal Deodoro, o que resultou na posse do vice, Floriano Peixoto. Na Segunda Revolta da Armada, ocorrida em setembro de 1893, o mesmo Custódio de Melo uniu-se a Saldanha da Gama (almirante monarquista) na tentativa de depor Floriano. Os

confrontos dessa segunda revolta se concentraram na Bahia de Guanabara em que “a marinha contava com navios velhos e quase imprestáveis” (Bueno, 2002:247). Houve muita resistência em terra, o que fez com que Custódio de Melo deixasse a esquadra sobre o comando de Saldanha da Gama e invadissem a cidade catarinense de Desterro (hoje Florianópolis). Instalou ali um governo provisório e aliou-se aos maragatos (aqueles que eram contra os republicanos no Rio Grande do Sul). Posteriormente, os insurretos foram derrotados e Custódio de Melo se refugiou em Buenos Aires, enquanto Saldanha da Gama foi morto no combate de Campo Osório, nas coxilhas do Rio Grande do Sul. No entanto, “o único ponto em comum entre a Revolta da Armada e a Revolta do Rio Grande do Sul foi o ódio ao jacobinismo florianista” (Bueno, 2002: 247).

Nas palavras do romance, há uma alusão de que Custódio de Melo tenha partido para o Sul, abandonando Saldanha da Gama, porque recebeu suborno do então governador do Rio de Janeiro, Floriano Peixoto. O narrador faz uma crítica aberta ao governador republicano, evidenciando em *A mulata* uma visão antirrepublicana.

Muitas transformações econômicas e sociais estavam acontecendo. Segundo Felício Buarque em *Origens republicanas – Estudos de gênese política* (1962), citado por Emília Viotti Da Costa, os fatores da proclamação da República foram:

a constituição etnográfica, a transição para um regime de trabalho agrícola e industrial do tipo europeu, as relações entre as nações americanas, a propaganda em prol da República, a corrupção política, a deficiente administração do Império, a atuação do partido republicano, e também a atitude da armada e do exército. (Da Costa, 2010:391)

Apesar de todos esses fatores marcarem presença no Brasil monárquico, e ser evidente a necessidade de uma mudança política no cenário em questão, Malheiro Dias demonstrou ser contra o regime republicano, não só no Brasil, como também em Portugal.

Em seu livro *Exortação à mocidade*, se posicionou politicamente a favor da Monarquia, concebendo como um erro o fim deste regime. Revisando o saudosismo então vigente acerca do período dos descobrimentos portugueses, observa que:

Nacionalismo não é sinônimo de isolamento, mas defesa legítima contra a decadência do espírito nacional [...] No século XVI anemizou-nos o gigantismo imperialista. Saímos para fora da órbita das nossas capacidades. No século XIX, inoculamos as doutrinas da Revolução Francesa e destruimos o equilíbrio das nossas instituições tradicionais para as adaptarmos a uma nova e subversiva ordem de cousas. Com a política universalista de D. Manuel e D. João III projectámo-nos imprudentemente. (Dias, 1925:41-43)

Nessa passagem, fez uma crítica ao rei de Portugal à época dos descobrimentos. Segundo o autor, a política “universalista” de Dom Manuel teria sido responsável por empreitadas maiores do que aquelas que o reino poderia sustentar, e seu sucessor, D. João III, teria sido responsável pelo início da crise do Império Português. D. Manuel I prosseguiu as explorações portuguesas iniciadas por seus antecessores. Primeiramente rememora os principais fatos daquele momento, como as explorações marítimas que levaram à descoberta do caminho para a Índia, à descoberta do Brasil e das ambicionadas “ilhas das especiarias”, as Molucas. Malheiro Dias nota que D. João III, filho do rei Manuel I, fez com que a presença portuguesa se estendesse de Lisboa até Nagasaki, tendo também iniciado a colonização efetiva do Brasil e dividido o território em capitanias hereditárias, estabelecendo o governo central em 1548. Seus dez filhos morreram e isso iniciou uma crise no seu reinado, que se estendeu sob o governo do seu neto e sucessor, o rei Sebastião de Portugal, último da dinastia de Avis, cuja morte promoveu a perda da independência política de Portugal para Castela.

Malheiro Dias considera todo o expansionismo português desse período como resultado de “gigantismo imperialista” e afirma que “saímos para fora da órbita das nossas capacidades”, fazendo eco à fala do Velho do Restelo, personagem criado por Luís de Camões no canto IV da sua obra *Os Lusíadas*. O Velho do Restelo simboliza a crítica à empreitada expansionista portuguesa na largada da expedição para a Índia, com avisos sobre os males que adviriam dessa viagem. A fala do Velho do Restelo representa todos aqueles que se opunham à aventura da Índia e preferiam a guerra santa no Norte da África. Ele prevê, nessa passagem, as mortes e o infeliz destino dessa gente levada para “novos desastres”.

A que novos desastres determinas

De levar estes reinos e esta gente?
Que perigos, que mortes lhe destinas
Debaixo dalgum nome preminente?
Que promessas de reinos, e de minas
D'ouro, que lhe farás tão facilmente?
Que famas lhe prometerás? que histórias?
Que triunfos, que palmas, que vitórias?
(CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto IV: 94-97)

Todavia, com relação ao rei Sebastião, Malheiro Dias se revela saudosista e o descreveu positivamente, citando inclusive Camões em sua resposta à carta-prefácio⁷ escrita por Antônio Sérgio, na qual este último criticou severamente Malheiro Dias por incitar os jovens a serem irresponsáveis, tal qual teria sido D. Sebastião. Antonio Sérgio se referiu a D. Sebastião como “pedaço de asno, bruto, vil, rufião, ladrão” (Dias, 1925: XXI). Vejamos as palavras de Malheiro Dias, citando Camões, em defesa de D. Sebastião:

A política do rei estava certa. Era a preconizada por Camões na peroração apologética do seu poema:

Para servir-vos, braço às armas feito;
Para cantar-vos, mente às musas dada:
Só me falece ser a vós aceito,
De quem virtude deve ser prezada.
Se me isto ó céu concede, e o vosso peito
Digna empresa tomar de ser cantada,
Como a pressaga mente vaticina,
Olhando a vossa inclinação divina.

[...] Era a política do seu século, onde estruge a luta entre o cristianismo e o islamismo invasor, era a política tradicional portuguesa, inaugurada com a dinastia de Avis. Estando certa a sua política, o que haveria para criticar no anelo real seria a desproporção dos recursos de que dispunha o jovem monarca perante a magnitude dos seus objectivos. (Dias, 1925: LX)

Malheiro Dias avalia que a política africanista de D. Sebastião renovava a luta entre cristãos e muçulmanos, lembrando que “desde o terceiro decênio do século XVI, os turcos vinham ameaçando a Europa” e o rei conhecia já na infância o perigo maometano que repercutia na África e na Índia (Dias, 1925:LXIII). Nesse sentido, se utilizou dos versos de Camões também como forma de reafirmar que o respeitado

⁷*O Desejado*. Depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África, precedidos de uma Carta-Prefácio a Carlos Malheiro Dias, por Antonio Sérgio (1924).

poeta foi a favor da viagem de D. Sebastião à África, como se ele tivesse a “inclinação divina”, isto é, defenderia aquele território dos perigos islâmicos e propagaria o cristianismo. Daí a “magnitude dos seus objectivos”.

Em determinado momento do “Prefácio”, o escritor procura definir o que entendia por Sebastianismo: “É a esperança latente da nação, mesmo nas horas de suas vicissitudes; esperança não apática, por isso mesmo que se personificou simbolicamente num Herói”. Prossegue se referindo ao Sebastianismo como a “fé portuguesa em seus destinos” e reprova Antonio Sérgio que, segundo ele, desprestigiou essa fé e o herói que a simbolizava. Diz que esse culto não é a esperança em um messias, nem idolatria pelo *Desejado*, mas sim “um nobre sentimento de fé”, o qual “todos os patriotas de coração e consciência aspiram a ver repostado na estima e no conceito universais” (Dias, 1925:LXX – LXXI.)

Vamos adentrar um pouco à história que está em torno do sebastianismo para investigarmos os motivos que levarem tantos intelectuais do final do século XIX e início do XX a se aproximarem do mito sebastianista. Joel Serrão, em seu livro *Do Sebastianismo ao Socialismo em Portugal*, elucida que:

A duração histórica do mito, conquanto sujeito a metamorfoses e ressurgências epocais, permitiu que um historiador como João Lucio de Azevedo fosse levado a concluir que o sebastianismo, “nascido da dor, nutrindo-se da esperança, é na história o que é na poesia a saudade, uma feição inseparável da alma portuguesa.” (Serrão, 1984:11)

Segundo José Hermano Saraiva (1978: 175), o sebastianismo é anterior à morte e até mesmo ao nascimento de D. Sebastião. Explicando a origem desse fenômeno, conta que, em 1530, o rei D. João III deu a vila de Trancoso ao seu irmão, D. Fernando. Os lavradores e as pessoas da terra não permitiram que D. Fernando tomasse conta da vila, por conta dos altos impostos que costumava exigir. Essa situação de impasse manteve-se por anos. D. Fernando morreu em 1534 e Trancoso voltou ao patrimônio do rei. Durante os anos dessa revolta, segundo Saraiva, um sapateiro que lá morava, chamado Gonçalo Anes Bandarra, escrevia trovas que misturavam passagens bíblicas, profecias populares, mitos e lendas, com críticas sociais à corrupção e à prepotência

dos grandes, profetizando que um dia chegaria o encoberto (o rei disfarçado) que restauraria a ordem em Trancoso.

Chegou a ser preso por esses escritos e solto posteriormente. Quando D. Sebastião morreu em condições misteriosas, as trovas do sapateiro passaram a ser consideradas como proféticas, principalmente com relação ao regresso do Messias na figura de D. Sebastião. E assim, ainda na explicação de Saraiva, na época da restauração em 1640, o sapateiro Bandarra foi considerado santo e profeta nacional. Por conta disso, D. João IV, que assumiu o trono após a dinastia filipina, foi obrigado a prometer que, se o rei D. Sebastião retornasse, ele lhe entregaria o trono. Nas palavras de Saraiva:

A partir de então, o Sebastianismo manteve-se por muito tempo na consciência popular como uma espécie da nacionalização do messianismo judaico, que leva a acreditar, nas épocas de sofrimento coletivo, na vinda de alguém que se não sabe quem é nem donde virá, mas que nos há de salvar a todos; nos meados do século XVIII, Alexandre de Gusmão deu-se conta dessa afinidade entre sebastianismo e messianismo, classificando os portugueses em dois grupos: os que ainda esperam pelo Messias (os judeus) e os que continuam a esperar por D. Sebastião. (Saraiva, 1978:175-176)

Joel Serrão (1984) explica essas trovas como um caso de “profetismo ao nível popular”, que tinha raízes na tradição bíblica pela convergência das tradições cristã e judaica. Segundo ele, as origens desse profetismo eram:

[...] o exacerbamento do messianismo judaico ante as condições adversas criadas na Península pela política anti-hebraica de Espanha e Portugal; a criação castelhana do mito do Encoberto após o esmagamento das Germanías de Valença (1519-1522) e do seu chefe, Vicente Péris⁸, o que, no contexto da história social hispânica, consagra a vitória da aristocracia sobre a incipiente burguesia e o povo miúdo de então. (Serrão, 1984:13)

O autor prossegue explicando que as circunstâncias nacionais, como a viragem da estrutura (1545-52), a morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir (1578) e a anexação

⁸ Segundo o Prof. Dr. Carlos de Albuquerque, a partir de 1532 um judeu (Vicente Péris) assumiu-se como o profetizado Redentor e chefiou uma revolta na zona de Valência. Acabou por ser preso e condenado à morte. Esta crença “messiânica” da vinda de um Salvador estava bem enraizada na mentalidade latina (primeiro na espanhola e depois na portuguesa). Cf. <<http://www.icsb.pt>>. Acessado em: 10 abr. 2016.

de Portugal por Felipe II (1580) fizeram renascer a esperança da revelação do Encoberto que, por sua vez, era o “jovem rei sumido” (Serrão, 1984:14).

Outra figura que merece destaque ao falarmos do Sebastianismo é D. João de Castro, o qual teve importância na propagação do mito em questão. Segundo João Carlos Gonçalves, em *D. João de Castro, «O Sebastianista»: meandros de vida, e razões de obra*:

Quando se falava de sebastianismo, mais precisamente na origem do sebastianismo, sentia-se uma lacuna evidente: pouco se sabia sobre a personagem que, reconhecidamente, tinha tido um papel fundamental para o efeito - D. João de Castro (1550?-1628?), neto do famigerado vice-rei da Índia. Depois de frequentar a Universidade de Évora de 1568 a 1578, seguiu D. António, Prior de Crato, com o qual se exila durante largos anos em França e Inglaterra... Cansado de desilusões e sofrimentos, decide deixar - em clara ruptura - a corte exilada, convencido de que o monarca que seguira não tinha condições para defender os melhores interesses para Portugal... Como o próprio revela nessa fase (1578), em Paris - com o objectivo bem definido de diminuir D. António politicamente... - vai “inventar”, com base numa trabalhada sustentação profética, a ideia de que D. Sebastião estava vivo... No entanto, subjugado por aquilo que agora lhe parecia claro em profecias, vai acreditar, de facto, nessa esperança inicialmente fingida, e envolver-se empenhadamente no caso do “quarto falso rei D. Sebastião” - um Marco Túlio que se começou a declarar por tal em 1598, em Veneza, e que viria a ser sentenciado em 1603. Tudo isto o vai obrigar a um longo exílio em Paris que se prolongará até ao fim dos seus dias... até 1628 produzirá uma vastíssima obra inédita em que tenta provar que D. Sebastião não morrera, mas estava “encoberto” e apareceria para ter um papel imperial, teológico e teleológico na história da humanidade [...] (Gonçalves, 2004: 10)

Segundo Serrão, D. João de Castro estudou as trovas de Bandarra no exílio e as interpretou de acordo com o seu sonho de que D. Sebastião não morrera, nem poderia ter morrido. Nesse sentido, “a trabalhada sustentação profética”, a qual D. João de Castro se baseou foram as trovas de Bandarra. O autor prossegue afirmando que posteriormente as trovas foram interpretadas como “aquelas que anunciavam o fim do domínio castelhano e o início da Restauração de D. João IV. No dia da aclamação de D. João IV houve inclusive exposta, na Sé, a imagem de Bandarra” (Serrão, 1984:16).

Então Serrão prossegue contextualizando o profetismo presente com o advento da Restauração. Nas palavras do autor:

No contexto político da Restauração se inscrevem o surto e o desenvolvimento do profetismo e messianismo do jesuíta Padre Antônio Vieira. Estanciava ele no Brasil quando ocorreram os sucessos de 1640 [...], de modo a condicionarem no seu espírito a mundividência do Quinto Império, assegurado por D. João IV. O Encoberto descobria-se, enfim, e era já senhor de Portugal e do vastíssimo mundo brasileiro, cujo incremento [...] condicionara o primeiro milagre – a libertação de Castela. Os outros milagres que se esperavam – postulados pelo messianismo do Quinto Império, em que a mente de Antônio Vieira se embestia, decorreriam, logicamente, de premissas intangíveis. (Serrão, 1984:16-17)

Padre Antônio Vieira depositou a sua esperança em D. João IV. Mesmo depois da morte do rei, ele ansiava pela ressurreição real e, como essa nunca ocorrera, Vieira modificou a sua previsão diversas e sucessivas vezes. Nas palavras de Serrão, essas mudanças foram “não quanto à essência do processo, mas quanto à pessoa que revelaria e descobriria a face ignota das coisas” (Serrão,1984:18). Então o Encoberto foi “um após outro”, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V e até o primogênito de D. Pedro II. Nesse sentido, ainda segundo Serrão, as profecias e o messianismo lusitano de Antônio Vieira “assinalam o momento mais alto da metamorfose da crença sebastica que se desenrolou em torno da Restauração” (Serrão,1984: 18). Os jesuítas, ao proliferarem o sebastianismo e o mito do Quinto Império, justificavam, no plano ideológico, a desanexação de Castela, além de, segundo Serrão, “dinamizar a participação do povo nos objetivos da Restauração” (Serrão,1984:18). Ainda seguindo os argumentos de Serrão, seguindo o que já demonstrara Jaime Cortesão, um dos fatores que condicionou a Restauração se principiou no Brasil, porque sem o açúcar brasileiro esse episódio da história portuguesa não teria havido e,sem essa fonte, “a mente de Antônio Vieira não teria sido empolgada pela miragem do Quinto Império” (Serrão,1984:18). E assim o mito do Quinto Império é o sebastianismo da Restauração “empolgado pela experiência brasileira e pela antevisão das imensas virtualidades da colônia no contexto português e no mundial” (Serrão,1984:31).

Saraiva, traçando uma linha do tempo para explicar esse fenômeno, afirma que no século XIX, com as invasões francesas, o sebastianismo recrudescceu. Ele também elucida que foi trazido para o Brasil pelos imigrantes portugueses e rapidamente absorvido e adaptado pelas populações de escravos e pela gente do Noroeste. Como

exemplo, Saraiva cita a guerra de Canudos (1897), em que Antonio Conselheiro, ao anunciar que D. Sebastião voltaria e traria justiça aos famintos e miseráveis, foi seguido por milhares de sertanejos, os quais foram chacinados por expedições militares. Posteriormente, ainda segundo Saraiva, o sebastianismo transformou-se em “ingrediente poético, uma espécie de corante com a qual os poetas fabricam as suas tintas” (Saraiva, 1978: 177).

De fato, o mito funcionou então por diversos momentos da história portuguesa e de diversas formas distintas, principalmente por meio da literatura. Os historiadores que buscam a explicação para esse fenômeno tocam em alguns pontos comuns, mas, com relação aos poetas e escritores que fundamentaram o sebastianismo, claro está que todos compartilharam de uma visão da história de Portugal que tinha a grandeza do passado como medida para sonhar a grandeza do futuro, esta compartilhada com o autor de *A mulata*.

Malheiro Dias, por sua vez, sempre relembra a figura de D. Sebastião, inclusive no momento em que conclama os jovens ao ímpeto da luta, à candura patriótica:

Não Mocidade! Quem tem razão não é o racionalista, mas o poeta visionário. D. Sebastião foi uma reencarnação do Portugal do século XV: o seu misticismo, a sua bravura, a sua pureza reencarnadas. Como ele, quisera que tivésseis o ímpeto da luta, o ardor do ideal, a candura patriótica. (Dias, 1925:53)

O poeta “visionário” a que Malheiro Dias se refere é Antônio Nobre, que admitira ser D. Sebastião o herói da história que mais admirava. Ainda exalta D. Sebastião como o rei grandioso, do tempo áureo em que Portugal fora uma grande nação. Era o rei a própria “reencarnação” da glória perdida.

A derrota portuguesa na batalha de Alcácer-Quibir, em 1578, levou ao suposto desaparecimento de D. Sebastião em combate, o que iniciou a crise dinástica de 1580. Essa crise levou à perda da independência portuguesa para a dinastia Filipina e ao surgimento do mito do sebastianismo. O desaparecimento de D. Sebastião está, dessa forma, intimamente relacionado ao desaparecimento da glória portuguesa. Para Malheiro Dias, somente com a força e o “ímpeto da luta” é que os jovens poderiam recuperar, ao menos em parte, a glória há tanto perdida. Segundo o escritor, essa

glória só aconteceria se o governo estivesse atrelado ao tradicionalismo político de outrora, isto é, à monarquia.

Além do sebastianismo, que foi tema de discórdia entre Antônio Sérgio e Malheiro Dias, houve outros embates que ascenderam em meio à discussão que se estabeleceu entre ambos. Segundo Malheiro Dias:

A Exortação à mocidade foi o frágil trampolim de onde o Sr. Antônio Sérgio se precipitou, como ágil acrobata, sobre a memória de D. Sebastião. Ao mesmo tempo que lacerava com as tenazes da análise o herói morto [...] aproveitou o ensejo propício para me dar lição salutaríssima sobre o racionalismo, verberando-me por contradições que, afinal, vinham a redundar na apologia de tudo quanto eu pretendia estigmatizar. (Dias, 1925, “Prefácio”: LXXIX)

Malheiro Dias se indigna com Antônio Sérgio porque este afirmara que os incitamentos dele aliciaram e desnortearam a geração. Malheiro Dias responde que “o que nos ensinaram foi a grande heresia do Contrato Social”, que “nutriram-nos de romantismo revolucionário”, que “como heróis, apontaram-nos os ídolos da Revolução Francesa”, “que aliciaram-nos para a maçonaria e não para Deus”. Finaliza afirmando que “tudo liquidou para a anarquia [...] em desvergonha e miséria” (Dias, 1925, “Prefácio”:LXXXII).

Essa discussão entre os escritores traz à tona a posição já assumida de Malheiro Dias com relação à pátria e aos costumes. Ele inclusive exprobra as doutrinas que se alastraram pelo mundo no decorrer do século XIX a partir da Revolução Francesa. Revisitando a obra desse escritor, evidencia-se que umas das preocupações assumidas em seu projeto literário foi a de tratar das mudanças pelas quais o mundo passava política e socialmente naquele momento.

Havia nesse período uma oposição clara entre os intelectuais portugueses: de um lado se encontravam os saudosistas, os quais, em sua maioria, eram sebastianistas e nostálgicos com relação ao passado lusitano; de outro, aqueles que eram contra essa corrente, alinhados a novas formas de leitura da realidade social, como os republicanos, os socialistas, os anarquistas. Se Malheiro Dias se encontrava ao lado dos saudosistas, Antônio Sérgio fazia oposição a esse grupo. Retomemos um pouco a

trajetória intelectual deste último para melhor compreendermos o que estava em jogo nessa disputa.

Antônio Sérgio foi um importante intelectual português e teve grande influência nos pensadores portugueses do século XX. Segundo Mattoso:

Dessa geração saíram os mais influentes mestres-pensadores que Portugal teve depois dos da geração de 1890, como o já mencionado Antônio Sardinha, Antônio Sérgio ou Leonardo Coimbra. Todos os três haveriam de criar correntes de pensamento, projectos políticos ou atitudes perante a vida, com seguidores durante o resto do século. (Mattoso, 2001:464)

Antônio Sérgio lutou a favor da implantação da democracia em Portugal, além de integrar o projeto da *Renascença Portuguesa*. Segundo Mattoso, foi um “grandioso projecto com que, em 1912, intelectuais de Lisboa, Porto e Coimbra resolveram contribuir para a obra de ressurreição nacional da República” (Mattoso, 2001:466).

O movimento tinha um ideal nacionalista ligado, tanto no plano literário quanto no plano filosófico, ao saudosismo e ao sebastianismo. Teixeira Rego e Pinharanda Gomes, citando Jaime Cortesão, observam que o grupo ligado à *Renascença* tinha o propósito de “dar conteúdo renovador e fecundo à revolução republicana” (Rego & Gomes, 1984:54). Esse grupo teve como principal mentor, sobretudo até 1916, Teixeira de Pascoaes, com a sua teoria do *saudosismo* e, numa segunda fase, Leonardo Coimbra. A revista *A Águia — Órgão da Renascença Portuguesa*, publicado no Porto de 1910 a 1932, e o quinzenário *Vida Portuguesa* eram importantes veículos desse movimento.

Antônio Sérgio publicou vários trabalhos de teor pedagógico, colaborou com a revista *A Águia*, mas abandonou o grupo da *Renascença* por conta do caráter passadista e utópico do saudosismo ali presente. Criou então uma polêmica com Teixeira de Pascoaes, um dos grandes expoentes da corrente saudosista. Ficou afastado sete anos em Madrid e Paris por conta de um exílio, após a instauração da ditadura militar em 1926. Segundo Mattoso, “Antônio Sérgio estava com os liberais reformistas em 1910, e depois foi sidonista em 1918, republicano autoritário em 1923, e republicano liberal em 1928”(Mattoso, 2001: 493, vl.6).

Em 1933, regressou a Portugal e nessa década colaborou com a *Seara Nova*, assumindo um papel de liderança. Essa revista era formada por intelectuais como Jaime Cortesão, Raul Proença, Câmara Reis, Raul Brandão, Aquilino Ribeiro, dentre outros. Tinha por fundamento reformar a mentalidade do povo português, através da conscientização para a construção de uma sociedade diferente que lutaria contra a corrupção, contra o militarismo, contra a instabilidade política, contra as ideias tradicionais, contra a restauração monárquica do integralismo lusitano, enfim, contra as posições conservadoras que estiveram presentes no período de instabilidade pelo qual Portugal passava. Em 1953, participou de um movimento democrático, sendo inclusive preso em 1958. Mattoso faz uma interessante consideração sobre o modo como atuava Antônio Sérgio:

Deste modo, tal como tinha acontecido com António Sardinha, Sérgio e Proença dedicaram-se sobretudo à refutação e correcção das ideias correntes entre os intelectuais da sua e de passadas gerações [...] António Sergio tratou, no primeiro volume dos seus *Ensaios*, de castigar o que ele chamou “desvios” românticos da obra de Guerra Junqueira e dos admiradores de António Nobre. Escreveu ainda estudos sobre Oliveira Martins, Antero de Quental e Eça de Queiroz, não numa perspectiva historicista, mas mais como quem atacava as fontes usadas pelos seus contemporâneos para pensar o país e a vida em geral. (Mattoso, 2001:482, vl.6)

O grupo que integrou a *Seara Nova* apresentava ideias que iam na contramão daquelas que Malheiro Dias defendia. Fundamentalmente republicano, os escritores da *Seara Nova* se contrapunham aos outros intelectuais ligados ao saudosismo. Inúmeros grupos desse período, no entanto, se desfizeram em busca de outros ideais e formaram novas lideranças.

Retomemos o que aconteceu com o grupo inicial da Renascença Portuguesa para entender as posições assumidas por Malheiro Dias e Antônio Sérgio. Em 1912 ocorreram tensões e desacordos que levaram o grupo a desdobrar-se. Segundo Antônio Pereira Dias Magalhães e Manuel Alves Oliveira:

[...] o grupo passou a definir-se (por oposição) através das próprias dissidências: F. Pessoa e Sá Carneiro afastam-se, insatisfeitos com o Saudosismo que, chefiado por Pascoaes, dominava no grupo (dissidência que acaba por se projectar em “Orfeu”); António Sérgio e

Raul Proença, mais “realistas”, incompatibilizam-se com o idealismo poético, o tradicionalismo e o ruralismo de Pascoaes (dissidência que conduziria a “Seara Nova”). Mas, se na verdade, em 1918, a Renascença Portuguesa (e a própria “Águia”, que se prolonga até 1932) entra em crise manifesta, não deixará de actuar o magistério de Pascoaes e Leonardo Coimbra, continuado por discípulos ilustres. A revista “Portucale”, iniciada em 1928, prolongará o espírito de “A Águia”, não cessando o esforço de autodefinição nacionalista. (Magalhães & Oliveira, 1973:273-274)

Verificando essas dissidências dentro do grupo da Renascença e os pontos comuns entre parte desse grupo e Malheiro Dias, o saudosismo e o tradicionalismo de Pascoaes são tendências que se aproximam das ideias de Malheiro Dias, as quais inclusive se evidenciam na sua discussão com Antônio Sérgio. Ainda com relação à Renascença, José Mattoso observou que:

[...] não havia grandes correntes estilísticas que pudessem servir de princípio de solidariedade entre os novos escritores [...] Todos estavam numa disponibilidade vaga, com os poetas a gerir a herança de António Nobre e o resto sem saber muito bem o que fazer, a não ser escrever crônicas jornalistas com a ironia de Eça de Queirós ou com o vocabulário de Camilo Castelo Branco ou de Fialho de Almeida – embora nada disso significasse satisfação com a herança. (Mattoso, 2001:471)

Mattoso chama a atenção para o fato de que os diversos grupos políticos, mesmo tendo defendido ideias opostas para a nação com relação à política e à cultura, se juntaram em determinado momento e escreveram uma revista com o objetivo de “mobilizar” as pessoas contra “os inimigos comuns”:

[...] em dezembro de 1923, depois de várias tentativas falhadas, saíam em Lisboa dois números da *Revista dos Homens Livres*. Dos cerca de 40 colaboradores nomeados faziam parte os seareiros António Sérgio, Raúl Proença e Jaime Cortesão, os integralistas António Sardinha e Pequito Rebelo, o anarquista Aurélio Quintanilha, o ex-franquista Agostinho de Campos, o monárquico conservador Carlos Malheiro Dias, o tolstoísta Jaime Magalhães Lima, o sebastianista Afonso Lopes Vieira e muitos outros, numa sala de opiniões desencontradas, todos mobilizados contra os inimigos comuns, “a finança e os partidos”. Para tão variados soldados, António Sérgio [...] propunha a demanda “duma ideia nacional, de uma finalidade portuguesa, anterior e superior às finalidades partidárias” [...] acrescentava que a grande linha divisória [...] não é a

que separa as direitas das esquerdas; é, sim, a que distingue os homens do século XX dos não como uma realidade já existente, deveria ser o quadro dessa confluência de opiniões. (Mattoso, 2001: v. 6, 485)

Obviamente que, apesar de terem colaborado para a *Revista dos Homens Livres*, os grupinhos literários mantiveram-se em perspectivas opostas, apesar de já ser visível que “a demanda ‘duma ideia nacional’” era a pauta intelectual daquele momento.

Segundo Mattoso, havia, já em 1913, uma “nova moda intelectual em Paris”, em que o novo “diretor espiritual Henri Bergson, contestando a ciência em nome da intuição, abria o caminho para o regresso do catolicismo”. Nesse contexto, a massa do povo francês “parecia democrática, mas as elites já eram reacionárias” (Mattoso, 2001: v.6, 473). Como Portugal copiava tudo o que vinha da França, a democracia portuguesa estava em perigo. Mattoso cita as palavras de Aquilino Ribeiro: “O país tinha de isolar-se, por em quarentena as novas remessas de pensamento e de política expedidas da França”. Mas ainda nesse ano, António Sardinha, Alberto Monsaraz e Hipólito Raposo publicaram uma revista para divulgar as teses da Action Française e, posteriormente, fundaram o Integralismo Lusitano (Mattoso, 2001: v. 6, 473).

Ainda com relação ao Integralismo Lusitano, Mattoso elucida:

O Integralismo constituía um movimento de renovação intelectual, político ou literário [...] Os integralistas mobilizaram toda a erudição positivista portuguesa no campo da história e da filologia (Teófilo Braga, Alberto Sampaio, Martins Sarmiento, etc.) para provar o fato científico e experimental da pátria. Nas conferências da Liga Naval Portuguesa, em Lisboa, sobre a Questão Ibérica (7 de abril de 1915), o grupo preocupou-se em definir a individualidade portuguesa em termos de território e raça (Sardinha), língua e arte (Hypólito Raposo), música e instrumentos musicais, economia, colonização, direito e instituições em aspectos políticos e militares. (Mattoso, 2001: v. 6, 475)

A Questão Ibérica, sem dúvida, movimentou grande parte da intelectualidade da época. O Iberismo, segundo Hélder Garmes, tornou-se uma perspectiva utópica concorrente e até mesmo complementar ao Sebastianismo (Garmes, 2011:124). Seguindo o pensamento sobre a questão da União Ibérica, Garmes cita as palavras de Catroga:

[...] o iberismo ganhou, de facto, novas perspectivas a partir de 1852 [...] A conjuntura sociopolítica que condicionou o seu reaparecimento é conhecida. E, embora as teses iberistas não tenham recebido qualquer confirmação histórica ou apoio popular, sabe-se, igualmente, que este empolamento correspondeu a necessidades de luta ideológica bem concretas, pois só assim se poderá explicar o facto de, nas três décadas seguintes, terem saído mais de centena e meia de títulos dedicados à questão [...] É que, neste debate, encontramos projectadas as lutas de consolidação do Estado-Nação no contexto do reordenamento europeu decorrente da crescente hegemonia do imperialismo britânico, da emergência de novas nacionalidades e da tomada de consciência de uma ilação tipicamente romântica: a decadência dos dois países ibéricos. Desse modo, pensava-se no xadrez político europeu e, a partir daí, defender as colónias e intensificar a sua exploração. (Catroga, 1993, v.5, 563, apud Garmes, Helder, 2011:122)

No século XIX, o Iberismo foi uma corrente que buscou, nas palavras de Garmes, “a salvação de Portugal e Espanha, pura estratégia de sobrevivência para enfrentar potências nacionais mais bem consolidadas”. Nesse mesmo período havia um cenário político confuso nesses países, principalmente pela malfadada experiência da monarquia constitucional. Já no final do século XX, a principal decadência era a económica, porque politicamente, “Portugal e Espanha saíam de longo período ditatorial e o ambiente político encontrava-se mais arejado” (Garmes, 2011:122). Segundo Garmes, o Iberismo ganhou estatuto literário a partir de José Saramago, na medida em que “canoniza literariamente essa perspectiva utópica no âmbito da cultura portuguesa” (Garmes, 2011:119). Nesse sentido, Saramago apresenta uma “utopia iberista de dimensão global” em *A jangada de pedra*, devendo o romance ser lido “como literatura intervencionista na concorrência entre imaginários”. Reproduzindo a explicação de Garmes:

Temos ali uma rejeição à utopia sebastianista concebida pelo saudosismo português da passagem do século XIX para o XX, que tem, *grosso modo*, na autonomia política portuguesa seu mais sólido fundamento. Saramago coloca, no lugar dessa utopia, uma outra, que reintegra a península não por intermédio de Filipes e famílias reais, mas por intermédio da identidade histórica e cultural no plano coletivo e popular [...] *A jangada de pedra* vem, assim, intervir nos imaginários de portugueses e espanhóis em prol de uma determinada perspectiva utópica historicamente preexistente, mas

agora reescalada no plano global, para fazer frente, no plano identitário, à nova ordem globalizada do capital. (Garmes, 2011:123)

O integralismo, por sua vez, também era anti-ibérico e defendia o retorno à monarquia, fazendo coro com Antonio Sardinha que, segundo Mattoso:

Escreveu longamente sobre Antero de Quental, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Fialho de Almeida, explicando as suas infelicidades pelo fato de não terem percebido que a única maneira de saírem da sociedade burguesa não era pelo humanitarismo democrático, mas pelo regresso à tradição ancestral [...] (Mattoso, 2001:476)

Malheiro Dias jamais aceitaria a ideia de Portugal e Espanha se ligarem politicamente em razão de um passado comum. Isso se evidencia, por exemplo, em seu romance *Paixão de Maria do Céu*, em que o escritor traçou um trágico fim para a protagonista que, ao se apaixonar por um oficial francês e com ele fugir para a França, perdeu a sua virgindade e a sua portugalidade. Ficou paupérrima naquele país, sendo abandonada pelo oficial De Marmot, que aproveitara da inocência da jovem. Caindo na miséria, depois de muito sofrimento, Maria do Céu retorna a Portugal e pede perdão a seu pai, D. Antonio Sepúlveda de Vasconcellos e Meneses. “Os Sepulvedas eram do mais preclaro sangue tramontano. Sempre, na família, os soldados se revezavam aos soldados” (Dias, 1922:9). Como se tratava de um pai tradicional e patriótico, o perdão demorou a acontecer. O pai a perdoou, mas a tragicidade do seu fim se deu como pagamento à traição que fizera a sua pátria:

O dia entrou, suave e claro, como se, com a vinda da exilada, entrasse o bom tempo em Portugal [...] – Que escuridão – murmurou Maria do Céu, olhando ao redor com os límpidos olhos abertos [...] O sol iluminava-a toda. Mas em castigo de a ter deixado, nunca mais os seus olhos veriam a linda terra de Portugal. (Dias, 1922:271)

Outro exemplo que elucida o patriotismo do escritor está presente em seu conto *A vencida*. Novamente, ele coloca de um lado a heroína portuguesa, e de outro, um exército de 20 mil franceses. Ela planejou matar a todos com uma explosão de pólvora, que inclusive a mataria também. Para tanto, os servia com toda retidão possível e quase conseguiu levar a cabo o seu intento.

E era durante as noites, que essa mulher pálida e enérgica preparava a sua vingança, enganando-nos de dia com o seu sorriso leal [...] Aquellas mesmas mãos, que espalhavam flores no aposento do marechal, arrastavam para debaixo do seu leito as barricas de pólvora! [...] Dominado pela terrível grandeza da sua acção, não me cansava de olhá-la [...]

– É pois certo que premeditava esse attentado covarde? [...]

– Covarde não, morreria também.

– E o seu coração de mulher não fraquejava diante do horror de tanta morte? [...]

– Por acaso já fraquejou o seu coração de soldado na guerra! Estava tranquilla em minha casa. Para que me atacaram? (Dias, 1907: 31-33)

Essa passagem mostra a prostração do capitão do exército francês, ao descobrir que a mulher que os servia, e que todos admiravam, iria os trair e matá-los. Ele próprio ficou admirado pela “grandeza da acção da protagonista”. Ao final, ela mesma se mata com um ferro que crava no peito, em mais um ato de coragem. Já aos soldados franceses é atribuído um baixo carácter, pois, após a morte de jovem portuguesa, assim diz o narrador: “Tão apetitosa, que os soldados a violaram depois de morta” (Dias, 1907:34).

Elucidando esse cunho nacionalista presente na obra malheiriana, o escritor deixou explícito que até o Brasil dependia dos valores tradicionais lusitanos e só sobreviveria se se mantivesse atrelado a eles. Nesse sentido, e temendo o que estava acontecendo no país, adverte o leitor sobre o que seria se todos se entregassem aos positivistas e materialistas. Em *A mulata*, é Edmundo que nos transmite essa mensagem:

Pensa um pouco o que será da pátria daqui a uns anos, entregue aos nossos braços de positivistas e de materiais, todos nós que vemos a alma através de uma definição de filosofia materialista, incapaz de um belo esforço para o ideal, raça degenerada, carregando com um país virgem que se nos entregou como uma índia nua, a alma embalada de amor e olhos cegos de fantasia... O que será então do Brasil, abandonado a uma geração desequilibrada, com uma literatura perversa e desorientada, sem arte, sem tradições, sem uma grande ambição na vista, sem uma grande temperança no coração? (Dias, 1975:77)

Ele critica os positivistas e demonstra preocupação com a pátria brasileira, como se fôssemos ficar “órfãos” e sem rumo. O Brasil se entregou a Portugal como um “país virgem”. Rejeitando seu vínculo histórico com Portugal, ficaria abandonado “sem arte, sem tradições”. Deixa claro que o nosso país estaria perdido, caso se dissociasse da tradição portuguesa e seguisse a “literatura perversa e desorientada” do materialismo e do positivismo.

Quando escreveu *Exortação à mocidade* (1925), voltou a defender que o Brasil deveria manter-se unido aos valores tradicionais portugueses. Segundo o escritor, o Brasil era uma “criação do nacionalismo português” (Dias, 1925:46). No entanto, diferencia o sentimento que estava presente na sociedade brasileira daquele que permeava a portuguesa. Nas palavras de Malheiro Dias:

Os interesses da nossa honra e do nosso destino exigem que [...] se estabeleça a íntima comunhão de sentimentos entre os povos luso-americanos. E para que esse acordo transite das fantasmagorias do verbalismo para a viabilidade realística é preciso afinar a nossa desconcertada alma nacional pelo ritmo nacionalista da alma brasileira. De pouco vale ser irmão de sangue quando o não somos de sentimento. O sentimento é a única voz inteligível aos corações. (Dias, 1925:46)

Oliveira Martins, em uma tentativa de aproximar Brasil e Portugal, tal qual o fez Malheiro Dias, descreve o Brasil como “legítimo filho da sociedade portuguesa”. No entanto, adverte o leitor que no sul do país existia já, desde 1654, o sentimento de uma pátria nova. Nas palavras de Oliveira Martins:

Como as aves, aconchegadas no ninho sob as penas da mãe, esvoaçam para a liberdade, logo que as asas começam a agitar-se: assim os filhos de uma nação querem também a liberdade, desde que sentem em si borbulhar os alentos de uma individualidade nova[...] O Brasil, legítimo filho da sociedade portuguesa, protestando, por um lado, contra os ditames de uma política insensata, ganhava para si a independência do jugo estrangeiro [...] (Martins, 1978:51-52).

O jugo estrangeiro ao qual Oliveira Martins se refere é a invasão holandesa que ocorreu em Pernambuco em 1687. Os brasileiros combateram contra os holandeses e depois de dez anos de guerra venceram, conquistando novamente Pernambuco. A

“política insensata”, citada acima é a portuguesa que, naquele contexto, não defendeu o Brasil dessa invasão. Segundo Oliveira Martins:

Na antiga pátria portuguesa reinava D. João IV, de braço dado ao padre Vieira; e as ordens de Lisboa mandavam aos sublevados que depusessem as armas, que deixassem aos holandeses o que os tratados lhes garantiam, porque, dizia o padre Vieira, abandonar Pernambuco é o meio de salvar a Índia. Ainda se pensava em salvar a Índia! Contra o rei e o seu conselheiro, contra os holandeses e a poderosa armada que os foi sustentar (1647) combateram os brasileiros bombardeando o Recife [...] depois de dez anos de guerra, D. João IV, já mais senhor de si, decidiu-se afinal a aceitar o que os Pernambucanos tinham conquistado. Uma esquadra portuguesa foi ao Recife consumir a expulsão dos holandeses. (Martins, 1978:51)

Tanto Oliveira Martins como Malheiro Dias se referem a acontecimentos remotos para chegarem ao objetivo comum de advertir o leitor dos perigos do crescente desprendimento da nova nação brasileira em relação à portuguesa. Esse desprendimento brasileiro é tratado por eles como mais uma derrota da sociedade portuguesa. Além disso, ambos os escritores se referem à política liberal com pessimismo. Ao comentar o romance *Os Teles de Albergaria* (1901), de Malheiro Dias, diz João Bigotte Chorrão:

N’*Os Teles de Albergaria* desfilam 60 anos de vida portuguesa – das guerras liberais aos 31 de janeiro. Seis décadas de vida portuguesa protagonizada por uma família tradicional – a dos Teles de Albergaria – família que abraça a causa do liberalismo, a que tudo sacrifica, a esperança, a fazenda, a mesma vida [...] São pois as desilusões da liberdade a matéria deste livro, uma como réplica romanesca do *Portugal Contemporâneo* de Oliveira Martins. (Chorrão, 1992:29)

Vale a ressalva que o protagonista do romance, João de Albergaria, sonha com uma aristocracia de homens de cultura para regenerar a pátria e condena a república: “Que vão eles construir, os soldados e o povo, a calceta e a caserna – sobre os escombros sanguinosos da revolta? E qual foi, qual foi o taciturno cérebro que meditou no silêncio o largo plano regenerador dessa república [...]” (Dias, 1999: 102). O personagem acaba, ao final, morrendo pelo seu desengano com a república.

Para chamar ainda mais a atenção de todos para a política lusitana, que passava por períodos bastante conflituosos no final do século XIX, Malheiro Dias, por

exemplo, instiga o leitor português a buscar no patriotismo tradicional a reintegração moral de Portugal:

Nos alicerces da pátria há vinte camadas de mortos, desde os cavaleiros de Afonso Henriques. Caminhamos sobre o ossuário de vinte gerações. Uma pátria não se improvisa [...] Ou nos reintegramos nos sentimentos tradicionais que nos constituíram, ou nos dissolvemos. (Dias, 1925: 49).

Fala sobre os “alicerces da pátria”, exaltando os mortos das últimas vinte gerações e remonta a Afonso de Henriques, primeiro rei de Portugal que tomou terras aos mouros e conquistou a independência sobre Castela. Tudo no intuito de afirmar a necessidade de uma nação ter e valorizar a sua história. Implicado aí está que, se o Brasil ainda não tinha uma história nacional consistente, era necessário que os brasileiros reconhecessem sua filiação a Portugal e o integrassem a sua própria história, ao invés de rejeitar esse vínculo.

Ressaltando a importância do povo lusitano, Malheiro Dias, em seu livro *Camões e a raça* (1934), fala sobre o seu papel na “história universal”, e ainda responsabiliza, além dos portugueses, os brasileiros, como “vigilantes dessa glória”.

No quadro da história universal o povo lusitano desempenhou um papel decisivo, que nenhuma dialectica pode obscurecer e que lhe concede nos fastos da humanidade uma hierarquia nobilíssima. Aos portugueses e aos brasileiros compete serem, como representantes no globo da antiga estirpe e sua prole, os vigilantes dessa glória excepcional. O início da penetração oceânica pelos portugueses abre a idade moderna. (Dias, 1934:48)

Ao colocar brasileiros e portugueses, lado a lado, como “representantes” de um passado glorioso, que jamais deveria ser colocado de lado, faz um forte apelo aos brasileiros para que se reconheçam e se orgulhem de sua filiação a Portugal, como se a “glória excepcional”, que naquela altura já estava esquecida por boa parte da população mundial, pertencesse também à antiga colônia.

Malheiro Dias, em *Exortação à mocidade*, procura explicar as causas do fracasso da política portuguesa de então. Refere-se aos “vintistas”, fazendo alusão à revolta de 1820, na cidade do Porto, em que houve uma tentativa liberal de introduzir algumas liberdades à população. Essa revolta contou com a proteção britânica.

Com os vintistas e os reformadores ideólogos do Liberalismo deixamo-nos penetrar por emanções estranhas. No século XVI quisemos Lusitanizar meio mundo. No século XIX, inversamente, fomos invadidos por influxos desnacionalizadores. O primeiro fruto do nosso liberalismo incongruente e do nosso parlamentarismo de polemistas foi a separação do Brasil. (Dias, 1925:43)

Para Malheiro Dias, “deixamo-nos penetrar por emanções estranhas”. Relembrando que foi com a revolta de 1820 que se instituiu uma monarquia constitucional em Portugal. Malheiro Dias toma-a com resultado de “influxos desnacionalizadores”. Podemos nos remeter, nesse aspecto, ao pensamento de Fernando Pessoa, que tocou no mesmo assunto, ao historicizar a mentalidade estrangeirada de Portugal:

[..] Concentrados dos Filipes ao liberalismo, numa estreita tradição familiar, provincial e religiosa; animalizados, nas classes médias, pela educação fradesca, e, nas classes baixas, bestializados pelo analfabetismo que distingue as nações católicas, onde não é mister conhecer a Bíblia para se ser cristão; desenvolvemos, nas classes superiores, onde principalmente se forma a opinião de intuição, a violenta reacção correspondente a esta acção violenta. Desnacionalizámos a nossa política, desnacionalizámos a nossa administração, desnacionalizámos a nossa cultura. A desnacionalização explodiu no constitucionalismo, dádiva que, em reacção, recebemos da Igreja Católica. Com o constitucionalismo deu-se a desnacionalização quase total das esferas superiores da Nação. (Pessoa, 1928:12)

Fernando Pessoa defende que a política portuguesa de então, isto é, a monarquia constitucional, foi justamente o período em que Portugal desnacionalizou-se por completo, perdeu-se como nação e adquiriu valores que não lhe eram inerentes. Quando ele se refere aos “Filipes” e ao “liberalismo”, igualmente como fontes de desnacionalização, ele, por um lado, se posiciona claramente contra qualquer proposta que se aproximasse daquela defendida pelos iberistas. Por outro, compara, quanto ao aspecto da desnacionalização, o sistema monárquico constitucionalista instaurado em Portugal desde 1820, mas somente colocado em prática a partir de 1834, com a vitória de D. Pedro IV (nosso D. Pedro I) sobre o irmão D. Manuel, com aquele momento trágico nos séculos XVI e XVII de perda de autonomia

política para a Espanha, concebendo o modelo constitucional como sendo algo importado da Inglaterra.

No entanto, as aproximações da avaliação histórica de Malheiro Dias com as de Fernando Pessoa não se sobrepõem de forma tranquila, uma vez que, enquanto o primeiro era um católico praticante, o segundo responsabiliza a Igreja de Roma por impulsionar o governo a proclamar a constituição e a considera precursora de males que iam na contramão da cultura portuguesa, a qual deveria ser representada pelo sebastianismo. Em sua *Nota biográfica*, de 1935, assim diz:

Posição patriótica: Partidário de um nacionalismo místico, de onde seja abolida toda a infiltração católico-romana, criando-se, se possível for, um sebastianismo novo, que a substitua espiritualmente, se é que no catolicismo português houve alguma vez espiritualidade. Nacionalista que se guia por este lema: «Tudo pela Humanidade; nada contra a Nação».(Pessoa, 2003:203-206)

De qualquer forma, esse pensamento que remete à desnacionalização portuguesa pelas “emanações estranhas”, citada por Malheiro Dias e pela desnacionalização da “cultura”, da “política”, da “administração”, citadas por Fernando Pessoa, colocam os escritores lado a lado em relação ao debate entre republicanos e monarquistas: ambos eram monarquistas.

Retomemos um pouco a história de Portugal para averiguar o que de fato estava sendo criticado por Malheiros Dias na passagem do século XIX para o XX. Para tanto, é necessário retornar à origem da monarquia constitucional e do liberalismo em Portugal.

Segundo Isabel Nobre Vargues, o frei Francisco de São Luís, na sua “Dedução dos Factos”, afirmou que o grande ativismo político na origem do liberalismo em Portugal teve como causas principais o sentimento de abandono político, a má situação econômica do país, a interferência inglesa nos assuntos portugueses e o receio de tumultos populares e agitações anárquicas. Nas palavras de Vargues:

Chegamos assim à manhã do dia 24 de agosto de 1820, quando as tropas comandadas pelo coronel Cabreira formaram no Campo de Santo Ovídio, no Porto, e ouviram ler as proclamações justificativas do movimento. Pretendiam a “salvação da pátria”, através de uma necessária reforma guiada pela “razão e pela justiça e não anarquia”.

Já aí defendiam um governo provisório, que convocaria as cortes, e estas preparariam uma constituição, “cuja falta é a origem de todos os males”. Declaravam ainda salvaguardar a dinastia de Bragança e a “Santa Religião”. (Vargues, 1993:56)

Ao afirmar ser “o nosso liberalismo incongruente e o nosso parlamentarismo de polemistas” (Dias, 1925:43), Malheiro Dias considera incongruência Portugal optar por um sistema político que, em toda a Europa, ia contra as monarquias, que, por sua vez, tinham propiciado o período áureo do império português. Tal argumentação se alinha àquela de Fernando Pessoa. Em sua obra *O Interregno - Defesa e justificação da ditadura militar em Portugal* (1926), Pessoa argumenta que uma doutrina que nasce em um país não deve servir para todos os outros, porque cada um traz sua própria experiência e necessidade. Então inicia o seu raciocínio observando que a monarquia passou a ser vista como má por toda a Europa e, segundo ele: “a opinião pública é a essência de toda a vida governativa, foi o espírito europeu levado inevitavelmente a buscar uma fórmula pela qual essa opinião pública se coordenasse estruturalmente, se constituísse em órgão limitador ou substituidor do poder régio” (Pessoa, 1928: 4). Prossegue comentando que aí se iniciou uma força adversa à monarquia absolutista. Usa como exemplo o caso da Inglaterra:

Deu-se o caso em Inglaterra, no conflito, em grande parte nacional e especial, entre a monarquia dos Stuarts, conscientemente "de direito divino", e a oposição a ela, que assumiu episodicamente, e em contrário do sentimento da maioria, a forma republicana. Nasceu por fim, depois de pesados anos de perturbações, o chamado constitucionalismo, fórmula de equilíbrio espontâneo, provinda de antigas tradições nacionais em que o fermento de todas as doutrinas anti-monárquicas diversamente se infiltrava. [...] Ora o mesmo simplismo do espírito humano, que o leva a confundir o particular e o geral na teoria, o conduz a os não distinguir na prática. Assim, sem considerar se a solução política inglesa não seria particularmente inglesa, e portanto inaplicável a outros povos, em outras circunstâncias de passado e de presente, os pensadores políticos europeus erigiram em dogma a constituição de Inglaterra. A fórmula constitucional inglesa passou a ser, para eles, uma espécie de descoberta científica, não só universalmente verdadeira, como o são os dados da ciência, mas também absolutamente perfeita, como o são as expressões das leis naturais. E, como o povo inglês rapidamente se distanciou, no gozo de verdadeira liberdade e de uma vida social superior, de todos os outros povos de Europa, viram, aparentemente, a prática a confirmar a teoria. Daí a intoxicação

constitucional, que haveria de produzir, numa amplidão doutrinária exaltada, a Revolução Francesa, pela qual as doutrinas, já metafísicas, do constitucionalismo inglês se derramaram depois por todo o mundo. (Pessoa, 1928:4)

Fernando Pessoa considera que o constitucionalismo nasceu “de antigas tradições nacionais” inglesas, e que essas tradições não poderiam ser confundidas e utilizadas por outros povos. Ressalta que o povo é incapaz de distinguir “o particular” do “geral” e, por conta disso, é levado a pensar que o que vale para alguns valerá para todos. Fala a respeito de uma forma de governo, no caso o republicanismo, para adentrar em questões mais profundas concernentes à tradição e aos costumes lusitanos. Assim, o que se passou na Inglaterra não deveria se dissipar por toda a Europa, causando essa “intoxicação constitucional”, em que as doutrinas inglesas, ao produzirem uma “amplidão doutrinária exaltada, a Revolução Francesa”, tornaram-se “metafísicas”, o que nesse contexto quer dizer que se transformaram em ideais sem valor pragmático.

Em concordância com essa forma de reflexão, ao adentrar na questão da singularidade de cada povo, Malheiro Dias afirmava:

Um povo não se improvisa. Resulta de insondáveis e laboriosas manipulações étnicas, e de uma lenta, milenária aglomeração e aglutinação de predicados, de capacidades que se exercitam e ampliam em íntimo acordo com as condições de resistência ou condescendência da natureza. (Dias, 1934:26)

Portanto, o autor de *A mulata* tinha clareza da historicidade das formas sociais e políticas, mas não fica claro em sua obra se aplicaria isso ao constitucionalismo do mesmo modo que Pessoa.

Ainda sobre Pessoa a originalidade de cada povo, Pessoa nota que:

É evidente, ou deveria sê-lo, que o regime que particularmente convém a um povo representa uma adaptação às particularidades desse povo, e deve ser, portanto, inadaptável em princípio às particularidades, forçosamente diferentes, de outro povo qualquer. À parte esta razão, porém, há uma outra, de mais peso. Só pode ser universalmente aplicável o que é universalmente verdadeiro, isto é, um facto científico. Ora em matéria social não há factos científicos. (Pessoa, 1928:5)

Desconsiderando, tal como Pessoa, a ideia de que os novos sistemas políticos derivavam de uma nova ordem internacional que tinha sua fundamentação no liberalismo econômico instituído na Europa, Malheiro Dias explora o argumento da originalidade lusitana, no sentido de levar o leitor a resgatar e reconhecer o valor da sua origem, advertindo sobre o “abatimento” que a nação sofreu por conta das crises políticas pelas quais passou. Em seu livro *Camões e a raça* (1934), afirma:

Estamos ainda sofrendo em nossa consciência nacional as consequências deletérias dessa desfiguração [...] que coincidiu com a longa crise de abatimento, espécie de estado letárgico, de estenuamento, que ia prolongar-se [...] desde o expirar do século XVI até o século XX; desde a monarquia dual dos Filipes, quando um mesmo monarca espanhol reinou sobre dois povos politicamente irreconciliáveis, até á síncope do liberalismo monárquico na sua forma híbrida do sistema anglo-francês, inadaptável a uma nação essencialmente original, que tinha, tem e terá da liberdade uma concepção sua. (Dias, 1934:14)

Neste texto, Malheiro Dias defende que “o liberalismo monárquico na sua forma híbrida anglo-francês” não poderia ser adaptado para uma nação “essencialmente original”, como o era Portugal, que teria uma liberdade própria, diferente daquela. Neste ponto, de fato, ele demonstra que não era totalmente absolutista e até concebia o liberalismo, mas um liberalismo apropriado à tradição portuguesa.

Mattoso, discorrendo sobre o liberalismo econômico em Portugal aponta que:

Sob o ponto de vista político, foi com a Regeneração [em 1851] que o liberalismo atingiu a sua maturidade, ao criar e desenvolver um condicionalismo favorável ao pleno funcionamento das instituições políticas, no quadro da carta constitucional de 1826. Assim, tornaram-se actos de perfeita normalidade o rotativismo – alternância no Poder de governos constituídos na base dos resultados eleitorais – a constituição e estruturação de partidos políticos, o confronto de ideias e de programas e os actos eleitorais, embora estes, não raro, tivessem sido manchados pelo caciquismo [...] Para que a liberalização econômica – corolário lógico do liberalismo político – se pudesse concretizar, tornava-se indispensável criar organismos legislativos, institucionais e infra-estruturais adequados. (Mattoso, 2001:274)

De acordo com o argumento de Mattoso, em meados do século XIX, Portugal ainda não atingira a “liberalização econômica”. Teria ainda, para este fim, que arcar com uma série de transformações estruturais no país. O constitucionalismo, portanto, não trouxe consigo de imediato a Portugal o liberalismo econômico, que, por sua vez, motivara a adoção de um modelo de política liberal em outros países da Europa. O que não significa dizer que o liberalismo não representou uma atualização da política portuguesa à nova ordem internacional que se instituía.

Fundamentados nessa peculiar situação portuguesa, tanto Fernando Pessoa como Malheiro Dias utilizam o argumento de que os motivos pelos quais a França e outros países europeus aderiram ao liberalismo não faziam sentido em Portugal. Eles enaltecem a originalidade da nação, a força do povo português e suas peculiaridades, vendo na monarquia a verdadeira identidade portuguesa, ainda que, como veremos adiante, Pessoa irá rever essa posição alguns anos depois.

Malheiro Dias vai mais longe ao falar sobre os ‘lusitanos’:

Como um pequeno povo podia ter essa história de titans? Olhai as naves tragadas pelo mar; os velames esfarrapados pelas sibilantes ventanias; moribundos que se agarram aos destroços dos navios como a taboas do esquife. Ouvi o estertor dos afogados, a litania dos agonisantes, os gemidos dos enfermos atacados de escorbuto[...] Nada detém esse povo no seu delírio senão a morte [...] Olhai. À arrancada para o Oriente corresponde, sincrónica, depois de atingida a Índia, a arrancada das frotas para o Ocidente [...] São Cabral, Gaspar de Lemos, João de Lisboa que percorrem as costas do Brasil até o Rio da Prata, arrancando-lhes, como amantes insofridos, os véus que as encobriam. (Dias, 1934:19)

Fortalecendo o seu argumento, cita os versos de Camões:

São esses avós, “os fortes lusitanos”, que Camões canta e retrata, arrostando

*“Na viagem tão ásperos perigos,
Tantos climas e céus experimentados,
Tanto furor de ventos inimigos.”*
[...]

Mas aqui mesmo, o fundo do quadro é sombriamente heróico, à portuguesa. Respondendo às cortesias orientais do Rei, Vasco da Gama, assim lhe fala

*“... da gente Lusitana,
Que com tanta miséria e adversidade
Dos mares experimenta a fúria insana,”*

antes de esclarecê-lo sobre a “Grã-genealogia” do povo e nação portuguesa, daquele remoto “Reino Lusitano, onde a terra se acaba e o mar começa”; a “ditosa pátria minha amada”:

*“Esta foi Lusitania, derivada
De Luso ou Lisa, que de Baco antigo
Filhos foram, parece, ou companheiros
E nela então os Íncolas primeiros.
Desta o pastor nasceu que no seu nome
Se vê que de homem forte os feitos teve;
Cuja fama ninguém virá que dome.
Pois a grande Roma não se atreve.”*
(Dias, 1934:20-23)

Para enaltecer a nação, sempre volta o seu olhar para o passado glorioso das grandes navegações e dos descobrimentos. Fala sobre a Lusitânia, onde estão os primeiros habitantes, os íncolas. Se refere ao “homem forte” e aos seus “feitos”, e finalmente “cuja fama ninguém virá que dome”, isto é, a fama da antiga Lusitânia e dos lusos jamais desapareceria, e nem mesmo “a grande Roma” se atreve a fazer frente às conquistas portuguesas. Esses exemplos utilizados por Malheiro Dias demonstram que o presente é secundário em sua obra. Ali, não havia nada que o escritor pudesse evocar no sentido de valorizar o povo lusitano. Ele sempre busca a glória perdida, o passado heróico, a tradição.

Mattoso comenta, no entanto, o pensamento de Malheiro Dias acerca da única forma de salvar a monarquia:

Para Malheiro Dias, a única coisa que podia salvar os reis era serem o resumo das aspirações coletivas [...] Os Braganças [...] não eram uma glória nacional, nem um princípio, mas apenas um expediente. Este é talvez o mais importante fato relativo à monarquia portuguesa: era uma monarquia de republicanos, no sentido de que quase toda a gente, mesmo entre os líderes dos partidos do governo, achava a república [...] um regime superior à monarquia. (Mattoso, 2001, vl. 6, 93)

Para compreender melhor o que está em jogo quando Malheiro Dias fala em monarquia e a relação desta com seu raciocínio passadista, que coincide, em alguns

aspectos, com o de Fernando Pessoa, devemos olhar para a origem do liberalismo português.

Com a revolução de 1820, o rei D. João VI retornou a Portugal, juntamente com a família real, com exceção de D. Pedro. Nesse momento, o monarca jurou as bases da Carta Constitucional para as cortes. Vale ressaltar que, segundo Isabel Nobre Vargues, o pronunciamento liberal de 1820 deu origem a um dinâmico movimento de mudança na sociedade portuguesa, que questionou as estruturas do antigo regime e que ficou conhecido como Revolução ou Regeneração de 1820. Esse movimento durou apenas cerca de três anos, mas os seus ideais instituíram a perspectiva futura de implantação da República (Vargues, 1993:57). Obviamente que também surgiram vários núcleos de descontentes que se manifestaram no triênio liberal. A reação absolutista veio na figura do infante D. Miguel, que foi responsável por diversas demonstrações militares e políticas contrárias ao liberalismo. Nas palavras de Joel Serrão:

[...] tradicionalista de raiz, o liberalismo matizar-se-ia em tradicionalismos vários, mais ou menos em oposição ao tradicionalismo maior e muitíssimo *sui generis* que também foi o miguelismo – esse tradicionalismo que se recusava à regeneração de quaisquer tradições... E nisto reside a diferença fundamental a estabelecer-se: de um lado, o projecto de inovação relativamente a dadas tradições; de outro, a intenção de imobilidade e de fixidez quanto à estrutura social e a ideologia política imediatamente anteriores. (Serrão, 1969:57)

Segundo Isabel Nobre Vargues e Luis Torgal, entre 1823 e 1826, Portugal teve um intenso debate político em que, por um lado, defendia-se um governo liberal e moderado e, por outro, mantinha-se uma forte oposição a tal política. Nesse sentido, D. João VI tentava recuperar Portugal da independência brasileira e buscava soluções para um país politicamente dividido. Nessa altura, o monarca afirmava não desejar o absolutismo e sim uma constituição moderada. (Vargues e Torgal, 1993:68)

Joel Serrão observa o que no liberalismo português estiveram presentes as inovações européias políticas, administrativas e mentais da Revolução Francesa, mas sempre em conciliação com a tradição portuguesa. As inovações se legitimariam pelo regresso às tradições nacionais anteriores ao regime absolutista. Nas palavras de Serrão:

[...] devido ao condicionalismo histórico nacional, essa crença regeneradora de todo o nosso liberalismo procurava, pelos meios viáveis, a síntese do passado e do presente, da tradição e da inovação. Mediante os condicionalismos herdados e as forças de que dispunha, o País, tendo sempre presente aquilo que fora e o marcara para sempre, só podia conceber o porvir como um regresso a certos aspectos do passado [...] Precisamente, o reestabelecimento do que havia sido destruído, eis o que sucessivamente pretenderam o vintismo, os proscritos que regressaram à pátria capitaneados por D. Pedro, o setembrismo, a Regeneração propriamente dita (a partir de 1851), a Vida Nova (1885), o republicanismo e, até, já na nossa contemporaneidade, o Estado Novo. (Serrão, 1969:56-57)

Joel Serrão entende o “setembrismo”, o “vintismo”, a “Regeneração” e mesmo o “Estado Novo” como movimentos históricos que buscaram o progresso português, mas que tinham no horizonte a reconciliação com o passado da nação. É justamente isso que percebemos em grande parte da intelectualidade que discorreu sobre essas questões no final do século XIX e início do XX.

Quando Malheiro Dias se coloca contra a República e demonstra grande nostalgia pelos tempos áureos de Portugal, ele deixa em segundo plano a face de renovação política e social presentes nas transformações por que passou Portugal no século XIX, e valoriza demasiadamente a reconciliação com o passado. Ao retomarmos a história de Portugal e visualizarmos os conflitos internos e os diversos ideários políticos que concorreram naquele território, evidencia-se que a monarquia já não mais se sustentava. Era necessário e urgente uma reforma política, administrativa e social. A Regeneração foi bastante importante para Portugal, quando propôs que se conjugassem o novo com os aspectos tradicionais daquele país, em uma busca incessante de fundamentar e direccionar o momento pelo qual o país passava.

Fernando Pessoa, por exemplo, explorou bastante a questão de que a nação se encontrava dividida e isso, segundo ele, enfraquecia os princípios políticos portugueses:

Da parte monárquica, uma pequena minoria é activa e forma os partidos monárquicos que se manifestam. Da parte republicana, uma minoria maior é activa e forma os partidos republicanos que se manifestam. O resto do País, seja virtualmente monárquico ou republicano, é apático e indiferente quanto à manifestação, ou até

quanto à consciência das suas tendências. Como a minoria republicana é maior, mais activa e mais coesiva que a minoria monárquica, existe República, e não Monarquia, em Portugal. Não existe República por nenhuma outra razão. (Pessoa, 1928:2)

Defende o argumento de que a República existia simplesmente porque o grupo republicano era mais coeso e não por que fosse vontade da nação. Se o povo olhasse para o que realmente constituiu aquela nação, certamente seria a monarquia o sistema escolhido, segundo os argumentos do poeta:

Porque razão, porém, está a Nação assim dividida contra si mesma?
A razão é fácil de ver, porque o caso é daqueles para que pode haver uma só razão. Estamos divididos porque não temos uma ideia portuguesa, um ideal nacional, um conceito missional de nós mesmos.

Tivemos — para bem ou para mal, porém com certeza não só para mal — um conceito de império, a que nos forçaram nossos Descobrimentos. Esse conceito caiu em Alcácer-Kibir. Nem, no longo e triste curso das três dinastias filipinas — a dos Filipes, a dos Braganças e a República —, houve mais que a minguada e passiva estirpe dos Sebastianistas literais que em algum modo mantivesse viva e amada a memória da alma de Portugal. (Pessoa, 1928:3)

Para Pessoa, “a memória da alma de Portugal” fora esquecida. A República, nesse sentido, não trazia nada que falasse por esse povo. Era um sistema forjado para um povo que perdera seu “ideal nacional”. Para ele: “Só a ausência de um ideal nacional, pela acção negativa da mesma causa, se exprime na divisão da nação, meitada entre um regime em que não crê e uma oposição a ele em que não confia. É esta a condição sem proveito em que emparceiramos com a França.” (Pessoa, 1928:3). Essa parceria com a França se faz sem sentido, segundo o argumento de Pessoa, afinal, eram países que viviam experiências distintas. É mais enfático ainda, ao atacar a República:

Toda situação governante em Portugal, depois da queda da monarquia absoluta, é substancialmente uma fraude. A fraude, pune-a a lei; porém, quando a fraude se apodera da lei, tem que puni-la a simples força, que é o fundamento da lei, porque é o fundamento do seu cumprimento. (Pessoa: 1928:12)

Em *Nota biográfica* (1935), entretanto, Fernando Pessoa afirmou que também escolheria o republicanismo como o sistema que melhor representaria politicamente Portugal. Vejamos o que escreveu:

Ideologia **Política**: Considera que o sistema monárquico seria o mais próprio para uma nação organicamente imperial como é Portugal. Considera, ao mesmo tempo, a Monarquia completamente inviável em Portugal. Por isso, a haver um plebiscito entre regimes, votaria, embora com pena, pela República. Conservador do estilo inglês, isto é, liberdade dentro do conservantismo, e absolutamente anti-reaccionário. (Pessoa, 2003:205)

Ao se declarar “absolutamente anti-reaccionário”, Pessoa aqui parece se distanciar das posições de Malheiro Dias, que, como vimos, caracterizam-se por um passadismo de caráter reativo a mudanças em relação ao que foi o Portugal quinhentista e seiscentista.

Conclui-se, portanto, que o passadismo de Malheiro Dias se conectava, de formas diversas, com aqueles de Teixeira de Paschoaes, Oliveira Martins e Fernando Pessoa, revelando-se, dessa forma, um homem do seu tempo no meio intelectual português, cuja peculiaridade estava em sua firme convicção de que Brasil e Portugal deveriam seguir unidos em seus projetos de futuro.

No meio intelectual brasileiro, Malheiro Dias ficou um tanto à margem, em função da elite que o compunha ter projetos muito distintos daqueles propostos pelo autor de *A mulata*, fazendo com que o Brasil tomasse um caminho cada vez mais distante daquele traçado pela elite intelectual portuguesa. Só mais tarde o campo da esquerda iria promover alguma aproximação mais consistente entre esses dois universos, mas muito distante dos ideais de Malheiro Dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso que realizamos até aqui, procuramos demonstrar, primeiramente, que o romance *A mulata* apresentou uma visão extremamente preconceituosa da mestiçagem no Brasil, caracterizando o personagem Honorina de forma animalizada e como uma mulher devassa, sem escrúpulos, que tinha prazer em se vingar dos homens brancos. Acreditamos ter deixado evidente que há, nessa caracterização do mestiço brasileiro por parte de Malheiro Dias, uma ambiguidade que foge ao próprio controle do autor, na medida em que Honorina é construída de forma a representar a degeneração genética de uma “raça”, nomeadamente a branca, ao passo que suas atitudes também apresentam uma motivação sócio-histórica, isto é, ter sido sua vingança motivada pelos abusos que sofreu por parte dos homens brancos, que escravizaram os negros, que violentaram as escravas, que reificaram negros e mestiços.

Essa ambiguidade, como já observado, é solucionada no romance pelo juízo do narrador, que postula a má natureza congênita de Honorina, independentemente de quaisquer outras motivações. A ambiguidade, no entanto, fica latente no texto, que aponta para a própria ambiguidade do lugar histórico do mestiço na sociedade brasileira. Devemos lembrar que esse lugar ambíguo não é somente o do mestiço, mas

também, em muitos casos, o do negro, que, como escravo de dentro de casa, por exemplo, ganhava um estatuto dúbio de escravo/enteado, acabando por gerar tensão num sistema tão rigorosamente estratificado como o escravocrata.

Com isso queremos observar que essa ambiguidade presente na construção de Honorina não tem nada de casual, mas é mesmo parte constitutiva do sistema escravocrata, que não tinha como eliminá-la integralmente. A representação literária também não tinha como apagar essa ambiguidade, mesmo que realizada em um momento em que esse sistema acabara de ser oficialmente instinto, pois mantinha ainda grande força simbólica no conjunto da sociedade brasileira. Honorina é, portanto, além de uma mulher geneticamente degradada, no juízo do narrador, é também aquela que sofreu todos os abusos que o sistema escravocrata podia promover e, portanto, tinha justificativas verossímeis para agir como agiu em sua relação com Edmundo.

Em meio a essa ambiguidade, a explicitação do preconceito contra o negro e o mestiço, a afirmação categórica de que seriam inferiores ao branco, justamente no momento em que temos o fim da escravidão e a inserção do negro como cidadão em suposto pé de igualdade com o branco, é algo que a elite intelectual brasileira não conseguiu digerir, ainda que muito provavelmente a sua grande maioria concordasse com esse juízo de valor e podia compartilhar do prazer que o narrador revela em desqualificar, rebaixar, ofender, insultar essa mulher, que, condenada pelo narrador justamente pelo prazer que ela teria em humilhar Edmundo de todas as formas possíveis. Neste caso, o narrador gera nova ambiguidade, pois não sabemos quem deve ser condenado por ser sádico: Honorina para com Edmundo ou o narrador para com Honorina?

É por isso que afirmamos anteriormente que o romance entre Edmundo e Honorina não poderia se resumir a uma história trágica de um rapaz puro e honesto que se envolve com uma devassa prostituta mestiça, resultando em sua morte. O modo como tudo é narrador importa muito.

Recorrendo à teoria da narrativa de Gérard Genette, vimos como o tempo e o narrador são trabalhados em *A mulata*. Revelou-se o quanto o passado é muito mais empregado na estrutura narrativa do que o futuro, o que tem relação direta com a valorização que o autor atribui à história na constituição de uma nova nação, no caso a

brasileira. Também constatamos que estatuto do narrador muda ao longo da narrativa, predominando aquele que tudo julga e controla. Esse narrador judicioso é o responsável pelas ambiguidades acima referidas, já que nem sempre o seu juízo de valor vai de encontro ao que ele narra acerca dos personagens.

Suas ambiguidades também surgem em sua abordagem da juventude letrada brasileira, já que parece admirar Olavo Bilac, por exemplo, mas o caracteriza como alguém que não está disposto a de fato discutir literatura. Nesse campo, no entanto, sua avaliação é bem mais assertiva, fazendo julgamentos bastante incisivos sobre o que acreditava ser a decadência moral e intelectual dos então novos literatos brasileiros. Não por acaso Olavo Bilac e Luís Murat, que, nas palavras de Malheiro Dias, “se salvavam pelo seu sério”, foram seus grandes opositores. Acreditamos ter deixado claro o quanto o projeto de Brasil do grupo de Bilac se opunha frontalmente ao modo como Malheiro Dias concebia a nação brasileira e daí a intransponível cisma, sobretudo no que concerne à questão política.

Enquanto os jovens brasileiros propunham uma representação literária nacional que agregava as várias regiões e populações do país, num projeto de caráter enaltecedor da terra brasileira e da pluralidade de referências culturais de seu povo, constituindo uma jovem nação que se voltava para o futuro, Malheiro Dias propunha uma abordagem eugenista de nação, em que o branco não deveria se misturar com o negro recém-liberto da escravidão, assim como a juventude brasileira deveria se voltar para o passado colonial, para se apropriar de uma história de conquistas e glórias da qual o Brasil seria o resultado maior. Em acréscimo, essa abordagem da realidade brasileira vinha acompanhada de uma crítica dura e, por vezes, grosseira e nominal àqueles que se encontravam atuando no cenário literário brasileiro naquele momento, proveniente não de um brasileiro, mas de um luso-brasileiro, o que obviamente não era um aspecto pouco relevante no momento em que a monarquia dos Bragança tinha acabado de ser deposta por um governo republicano.

Todos esses aspectos levaram à péssima recepção de *A mulata* no meio intelectual brasileiro.

Tendo constatado que o passadismo de Malheiro Dias esteve ligado de diversas formas àquele de Teixeira de Paschoaes, de Oliveira Martins ou de Fernando Pessoa, pudemos também compreender o quanto estava longe das preocupações que

tomavam o Brasil após a proclamação da República. Evidencia-se, assim, que a leitura que fazia do Brasil estava impregnada de aspectos que diziam respeito ao mundo intelectual português e a necessidade de se reconstituir uma autoestima nacional destrocada sobretudo pelo valor simbólico que ganhou o *Ultimatum* inglês.

Impregnado dos preconceitos que o cientificismo oitocentista havia difundido acerca da suposta biológica hierarquização entre as “raças”, Malheiro Dias tomou tal regra para medir a realidade brasileira, respaldado por aquilo que sobre o Brasil já tinham escrito Goubineau ou Nina Rodrigues, por exemplo. Todavia, como observamos, a elite intelectual brasileira, por mais racista que fosse, não tinha o menor interesse em chamar a atenção para esse aspecto da constituição da população brasileiro em um momento em que o negro deixava de ser escravo e isso era comemorado como uma prova de civilidade da nova nação.

Nesse aspecto, Malheiro Dias de fato tem o mérito de romper com esse interdito e escancarar o preconceito dessa elite, o que lhe custou que *A mulata* passasse a ser o texto que deveria ser interdito. Sua posição política pró-monarquia somente contribui para que seu texto entrasse no rol dos esquecidos.

Seu projeto de aproximar Brasil e Portugal jamais vingou. Como observamos, somente mais tarde, com a internacionalização da esquerda, inicialmente por meio do Partido Comunista e depois de diversas formas, houve aproximação mais sistemática entre intelectuais brasileiros e portugueses, justamente num campo político frontalmente antagônico ao de Malheiro Dias.

No campo literário, pudemos constatar que *A mulata* é um romance que professa sua vinculação ao naturalismo, propondo a realização de um estudo de caso e apresentando um narrador onisciente nos moldes do primeiro naturalismo. Todavia, como vimos, Malheiro Dias cria um narrador que adota uma perspectiva extremamente judiciosa do mundo e que tem por referência um padrão de moralidade fortemente atrelado ao mundo conservador e burguês, fazendo com que suas críticas não sejam muito ou nada distintas daquelas que eram feitas pelos romances românticos nos moldes da moral católica. A diferença é que aborda um mundo rebaixado e emprega uma linguagem que seriam aspectos nada recomendados naquele tipo de romance.

Sua obra fica, portanto, sem um leitor claramente definido, já que adota uma perspectiva moral de matriz católica que desagradaria aos habituais leitores das obras naturalistas e trata de um mundo rebaixado que a moral católica sequer reconhece como meritório de abordagem literária. Talvez esse tenha sido mais um dos problemas de recepção do livro.

O fato é que Malheiros Dias não irá mais se aventurar por essa seara em sua obra posterior. Constatamos que essa abordagem racial da realidade brasileira presente em *A mulata* não reaparece em outros títulos do autor. Evidentemente o autor foi obrigado a rever sua posição frente a rejeição que sua obra sofreu junto ao meio intelectual brasileiro. Muito provavelmente, depois desse episódio, tenha compreendido melhor como o racismo velado dos brasileiros funcionava e funciona, abandonando qualquer tentativa de explicitá-lo.

As ambiguidades que identificamos no romance levam a crer que o autor, mesmo na altura da composição da obra, oscilava entre uma explicação de base biológica e determinista e outra de base social e histórica, predominante, no entanto, a primeira. Talvez essa equação tenha se invertido na concepção racial de Malheiro Dias depois da publicação de *A mulata*, ou mesmo tenha abandonado qualquer concepção racial de base determinista, mas nada em sua obra literária posterior nos autoriza a fazer tal afirmação.

De qualquer modo, *A mulata* continua como uma espécie de marco do romance de temática racial na literatura brasileira, já que foi aquele que mais evidentemente deu estatuto literário ao preconceito racial contra negros e mestiços no Brasil. Se isso está longe de ser um mérito, não deixa de ser uma obra literária incontornável para qualquer estudo que trate dessa temática em profundidade em nossa literatura.

Este trabalho, portanto, tentou valorizar não obviamente o racismo presente no livro, mas o quanto este romance nos diz sobre o racismo que constituiu e constitui a realidade brasileira.

ANEXO

Descrição das principais diacronias de *A mulata*

O capítulo II prossegue a narrativa da vida de Edmundo iniciada no capítulo I. Discorre-se bastante sobre literatura e sobre Julião. Também é nesse capítulo que Edmundo vê Honorina pela primeira vez. Quando se narra o primeiro encontro de Edmundo e Julião, nesse mesmo capítulo, há uma anacronia:

Edmundo conhecera-o um dia, em circunstâncias que nunca mais apartaram da lembrança um indivíduo. Uma noite de chuva, passando no Largo do Paço, Edmundo vê um homem estirado perto de um candeeiro, torcendo-se na lama, os olhos vítreos, rasgando as roupas com as mãos crispadas... Aflito, chamou uma ronda para que se examinasse o desgraçado, a ver se estava ferido. Gente para em volta, a ver aquela agonia. Já falava em transportá-lo para o primeiro posto policial, quando um homem magro chegou, meio corcunda e olhos de esfomeado, ajoelhou na lama perto do homem caído que se babava pelos cantos da boca como um cão danado [...] (Dias, 1975:81)

O homem que chega é Julião. Trata-se de uma analepse interna homodiegética.

O capítulo III narra os primeiros olhares de Edmundo e Honorina e o início do romance, assim como narra a relação de Edmundo com a D. Maria.

Nesse capítulo, há uma prolepse interna homodiegética, que acontece com a voz da cartomante ao prever o que seria da vida de Edmundo: “- Vai andar sobre as águas do mar... Há uma pessoa, uma mulher, que o estima, que o quer ver feliz... Terá um grande desgosto..., e uma grande doença....” (Dias, 1975:109).

O capítulo IV se inicia com a descrição de Honorina e narra o aumento do interesse de Edmundo por ela, assim como o primeiro encontro dos dois.

Uma anacronia presente nesse capítulo está neste trecho:

Era o Salvador Machado. Em 1830 decrépio, que criticava os novos ao fim da vida. Quando fora da proclamação do imperador rimara uma ode célebre que correu províncias e não galgou o Amazonas com medo de se afogar... Nos bons tempos em que se faziam odes!... (Dias, 1975:128)

Esse exemplo narra a trajetória de um músico e poeta. Trata-se de uma analepse externa heterodiegética.

Em outro momento, ao comentar a saúde de Edmundo, o narrador produz uma prolepse interna homodiegética: “Tinha uma tísica a abrir-lhe a cova e um sangue fraco a arrefecer-lhe as veias” (Dias, 1975:137).

O capítulo V narra o momento em que Edmundo já estava se relacionando com Honorina de forma constante. Ali seu sofrimento já se iniciara. Uma anacronia presente nesse capítulo está neste trecho: “Filha de uma raça que sofrera, caída na desgraça, ela tinha-o tornado feliz” (Dias, 1975:145). Trata-se de uma analepse interna heterodiegética.

A seguir, temos:

Um dia, depois dos teatros e da ceia, esperou a pé no Largo de S. Francisco o bonde das quatro horas. Os candeeiros estavam já apagados. As patrulhas recolhiam-se aos quartéis; um grande nevoeiro toldava as primeiras claridades do dia... E naquele bonde cheio de operários que iam para o trabalho das fábricas, ele, que ia descansar de uma noite estouvada, levada a beber, compreendeu as razões do seu sorriso cada vez mais triste e mais desesperante... Aonde ia ele assim? Essa mulher tinha-o embriagado com um mau vinho... (Dias, 1975:150)

O exemplo acima é uma analepse interna homodieética.

O capítulo VI narra o declínio pelo qual o protagonista passava. Identificamos a seguir as anacronias presentes nesse capítulo.

“Não restava do paraíso nem uma só raiz... O arcanjo inexorável tinha injustamente de lá escorraçado a humanidade com o primeiro homem.” (Dias, 1975:160). Trata-se de uma analepse externa heterodieética.

“Eram eles que tinham perfumado os cabelos beijados dia a dia, havia um mês, eles que tinham humedecido e embalsamado os lábios onde tantas vezes bebera a embriaguez e a felicidade...” (Dias, 1975: 162). Trata-se de uma analepse interna homodieética.

O capítulo VII fala acerca da relação de Honorina e Emília, de Honorina e o turco e prossegue com a diegese, enfatizando a forma como esta tratava Edmundo.

Uma anacronia presente nesse capítulo está neste trecho:

Os seus olhos de criança viram o pai trazido ensanguentado para a casa, com um tiro no peito... viu a mãe chorar de fome e entregou-se à promessa dos homens que lhe ferraram na fronte o estigma de última, que lhe roubaram o seu sagrado direito de ser mãe, que a expulsaram para sempre da família, do amor, e depois do estupro de uma alma e da violação de um corpo, lhe deixaram um pouco de dinheiro à cabeceira, o preciso para não morrer enquanto a ferida não cicatrizasse, e um outro não viesse arreganhá-la de novo, infamemente... (Dias, 1975: 175)

O exemplo acima justifica na narrativa o comportamento de Honorina. Trata-se de uma analepse externa heterodieética.

Em outro momento, Edmundo escuta a conversa de Honorina e do turco:

Um dia ouviu-lhes um farrapo de conversa. Com um ar cínico, desses que convém ao homem ostentar diante dessa qualidade de mulheres, contava-lhe com uma calma de muçulmano o que fazia à amante, quando desconfiava dela. Era simples. Ajoelhava-a, prendia-lhe os cabelos numa gaveta, tirava a chave e a escrava esperava de joelhos, sem se poder mover. (Dias, 1975: 176)

Trata-se de uma analepse interna heterodieética.

Em outro momento, Honorina, ao ver que Edmundo desconfiava dela: “Ainda não tinha pensado em enganá-lo, mas de então essa ideia sorriu-lhe” (Dias, 1975:177). Nesse período, há uma prolepse interna homodiegética.

Em outro período, Edmundo pensa em ir à casa de Julião, por estar próximo de lá mas: “Lembrava-se que tinha por ali passado uma noite com ela, vindo de Nictheroy...” (Dias, 1975:179-180). Trata-se de uma analepse interna homodiegética.

Outras anacronias do capítulo:

“Tinham sido dois meses bem mal gastos, em que se havia esbanjado muita ilusão e muito engano, mas tudo tinha remédio... Dois meses arrastados de joelhos, dois meses adorando e sofrendo.” (Dias, 1975: 181). Trata-se de uma analepse interna homodiegética.

Tinha lido uma vez que no Oriente obrigam o condenado a abrir a vala; depois, decepando-lhe a cabeça, empurram o corpo. Ele vinha de sofrer esse suplício. Levava dois meses a arranhar-se com as unhas, abrindo a cova, depois uma mulher tinha atirado ao fundo na sua própria alma. (Dias, 1975: 181)

O trecho acima é uma analepse interna homodiegética.

“O filho de Deus, crucificado no Calvário, ensinara os homens. Cada um leva às costas o seu instrumento de suplício, a vida... leva-a até ao lugar da execução e crucifica-se nela...” (Dias, 1975: 181). Este trecho tem uma analepse externa heterodiegética, ao falar do “filho de Deus”, e uma prolepse interna homodiegética, na medida em que prevê o que acontecerá com todos os homens.

“Enquanto a si, tirava respeitosamente o chapéu ao destino. Quem entrara no mundo baptizado com lágrimas, era natural o sagrar-se na desesperança e morrer na dúvida [...]”(Dias, 1975: 182). Trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

“No tempo do Dias Braga aquilo era melhor [...] Tinha talento, foi pena essa homem não ter começado mais cedo, quando o grande Artur traduzia Molière, e o Furtado Coelho ainda não era pobre e tinha boa mulher...”(Dias, 1975: 183). Trata-se de uma analepse externa heterodiegética.

O capítulo VIII continua narrando os acontecimentos do capítulo anterior e enfatiza as relações apresentadas anteriormente e o sofrimento de Edmundo.

Identificamos a seguir as anacronias desse capítulo.

“Desde uma noite em que ouvira dizer a Luis Murat o ter ele conversado com o espírito de Pardal Mallet, por intermédio de um médium [...] isso levou-o a estudar o espiritismo, a magia, a ciência oculta, o teosofismo, a mistagogia, o satanismo.” (Dias, 1975: 198). Trata-se de uma analepse interna homodiegética.

“Percebia bem que ao fim de toda essa imundície de positivismo, de materialismo, de cepticismo, a humanidade tendia mais que nunca ao seu ignoto, ao oculto, ao mistério.” (Dias, 1975: 198). Trata-se de uma prolepse externa homodiegética.

“E mais a mais sentia em redor todas as almas prestes a naufragar num mar de tormenta, a sagrada barca do espírito virar no dorso das ondas furiosas, e não haver um Cristo que fizesse parar a tempestade [...]”(Dias, 1975: 199). Trata-se de uma prolepse externa homodiegética.

“No hospício de alienados, em São Paulo, naquele lúgubre casarão atulhado de doidos, morreu há uns dois anos uma pobre mulher, vendedeira de hortaliças [...]” (Dias, 1975: 200). Trata-se de uma analepse externa heterodiegética.

“Uma noite, sem poder mais, escaldando de febre, transido pela chuva, deitou-se aos pés de Honorina, escarrando todas as úlceras da alma, vomitando toda a dor do coração, confessando a sua desgraça, o seu martírio, o seu suplício [...]”(Dias, 1975: 206). Trata-se de uma analepse interna homodiegética.

“Uma noite – a noite de S. João -, o turco tinha queimado as mãos com um foguete. Ela foi vê-lo. Toda chorosa de o presenciar a sofrer, com a pele lanhada, gretando puz...” (Dias, 1975: 206). Trata-se de uma analepse interna heterodiegética.

“Deixou-se cair numa cadeira, abatido, as mãos a roçar o tapete. - Mas diz, diz o que é isso... - É a morte a bater às portas...” (Dias, 1975: 207). Esse diálogo contém uma prolepse interna homodiegética.

O capítulo IX narra já o momento da vida de Edmundo em que ele decaía rapidamente. Narra os cuidados de D. Maria, enfatizando inclusive que ela se comunicava com a mãe de Edmundo, já que este não lhe dava mais notícias.

A seguir, as anacronias desse capítulo.

[...] Chamava-se Gabriel. Conheci-o. Era um rapaz novo, triste, com uma grande sombra nos olhos... [...]

- Não, demais eu conheci-o pouco tempo antes da morte, já desgraçado, bem infeliz... Ele suicidou-se em 1893, com um tiro de revólver na cabeça...

- Por causa da sua louira?

- Sim, por causa da cabeça louira... (Dias, 1975: 219)

Na citação acima, temos uma analepse interna heterodiegética.

“O mundo é assim mesmo, infame, vil... Luísa teve a febre-amarela, Gabriel não saiu de perto da amante, enfermeiro do primeiro dia ao último. Quando ela se levantou, ele caiu por sua vez [...] Três meses depois, dava um tiro na cabeça [...]” (Dias, 1975: 222). Trata-se de uma analepse interna heterodiegética.

Em outro momento, com o relacionamento bem desgastado, Edmundo e Honorina: “Despediram-se, como para uma separação indefinida, quase eterna...” (Dias, 1975: 224). Trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

O capítulo X narra o que se passava com a vida de Julião, enfatizando como ele pensava no amigo Edmundo. Edmundo, por sua vez, mantinha-se mais em casa, vagaroso e febril.

A seguir, as anacronias desse capítulo.

“Lembrava-se de uma mulher nova e branca, uma que tinham estendido a semana passada na mesa número três do anfiteatro anatômico...” (Dias, 1975: 226). Aqui narra-se o pensamento de Julião e trata-se de uma analepse interna heterodiegética.

“Conhecera-a feliz, despreocupada, ao lado de um homem que nunca lhe pedira amor e se contentava com o que ela repartia com ele... Recordava-se dessa primeira noite do seu idílio [...]” (Dias, 1975: 236). Neste trecho em que narra-se o pensamento de Edmundo, há uma analepse interna homodiegética.

“Deixá-la assim impiedosamente, sozinha, abandonada, sem família, sem beleza, sem amor... Não! Até ao derradeiro instante ficaria perto dela... Viria vê-la, consolá-la, falar-lhe nos bons tempos passados [...]” (Dias, 1975: 236). Neste trecho, há uma prolepse interna homodiegética.

Em outro momento, Honorina previa o seu destino: “la ficar sozinha, obrigada a chamar os homens da janela, debruçada ao mesmo peitoril onde tinha ouvido tantos

juramentos falseados, tanta promessa mentirosa...”(Dias, 1975: 241). Trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

O capítulo XI narra o sofrimento de Edmundo, que se via incapaz de esquecer Honorina.

A seguir, as anacronias desse capítulo.

Uma noite de chuva, como o chamassem de uma porta escura da Rua da Misericórdia, voltou-se. Debruçada na cancela, uma mulher falava-lhe, com um olhar triste. Entrou. Viu-a despir-se, atirar-se na cama, sem desejos, por fome... Tinha um ar de cadela doente, dessas que se entregam na rua a todo o cão. E como ele a ficasse olhando, com um sorriso doloroso, a boca aberta, a mulher perguntou-lhe se estava doente. Saiu repugnado, compadecida, sem lhe dizer uma palavra. (Dias, 1975: 255)

Na citação acima, temos uma analepse interna homodiegética.

Em outro momento, narra-se o que se passava com Edmundo: “O mundo visto assim através duma noite de desgraça parecia-lhe vazio, parecia ter-se arredado dele para o ver morrer de fome e desesperado no meio das ruas...” (Dias, 1975: 256). Trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

O capítulo XII narra o encontro de Edmundo e de Emílio, que viria a tornar-se seu grande amigo.

A seguir, as anacronias desse capítulo.

Um dia, Emílio atirou o amigo aos braços de uma loura esquisita, de olhos bizarros, uns olhos grandes como flores, e um sorriso de esfinge mostrando dentes brancos... Edmundo achara-a linda, encantadora, com toda aquela meada de oiro na cabeça [...]Mas Emílio veio encontrá-lo de novo triste, desiludido, apoquentado pela ideia fixa da amante. (Dias, 1975: 273).

No trecho acima, trata-se de uma analepse interna homodiegética.

Em outro momento, Emílio, vendo o sofrimento do amigo, convenceu Edmundo a se reencontrar com Honorina:

“Sentia um frio na alma ao aproximar-se do hotel... Era ela quem o chamava, o que tinha ele a requebrar? Sim, ela chamava-o, mas ele ouvia bater no coração um hora

lúgubre, que devia por força assinalar na sua vida um momento terrível...” (Dias, 1975: 283). Trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

O capítulo XIII continua narrando esse reencontro de Edmundo e Honorina.

A seguir, as anacronias desse capítulo.

“Num momento, aquele gesto quase de posse, compreendeu o futuro implacavelmente amarrado àquela mulher inexplicável [...]” (Dias, 1975: 289). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

“Ele, respirando aquele brando perfume de heliótropo com que ela humedecia os cabelos, abria-se inteiro àquela encanto fatal, que sabia bem o ia fazer tragar uma existência de mel e fel, odiosa perante os homens e a sua consciência.” (Dias, 1975: 291). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

“A degenerescência da raça esgotara nele todo o instinto adquirido por quinhentas gerações. Nele reaparecia o primitivo.” (Dias, 1975: 293). Nesse trecho, trata-se de uma analepse externa homodiegética.

Edmundo [...] lembrava-se daquela noite fria de chuva em que a amante, sentada na cama, os olhos amortecidos de gozo, cavados de olheiras de tuberculose, lhe contara aos arrancos, numa confissão de desabafo, que desejaria morrer apunhalada por um homem com ciúmes dela, que a arrancasse do mundo pelos cabelos, em plena mocidade, em plena beleza, amada até o derradeiro regongo, sentindo-se desejada até no bico da faca que a matava... (Dias, 1975: 301)

No trecho acima, trata-se de uma analepse interna homodiegética.

Mais à frente, a narrativa retoma o passado de Emílio, que lutara na Revolução Federalista, em 1983, no Rio Grande do Sul:

Quando o almirante Saldanha fizera baixar a ordem do dia mandando o desembarque em Nictheroy, num assalto com as forças federalistas que o ‘Aquidabam’ e o ‘República’ deviam trazer nessa mesma noite à praia de Santa Cruz, ele fora um dos primeiros a pedir um posto de combate, com o lenço perfumado à ‘White Rose’ e um cravo murcho na boteeira. (Dias, 1975: 302)

Na citação acima, temos uma analepse interna heterodiegética.

[...] ninguém julgaria que esse homem belo e novo tinha galopado todos os pampas à frente das guerrilhas bárbaras, que durante três meses se sustentara de churrasco assado nas brasas do acampamento, que durante cem dias vivera no meio das fumaradas dos combates e batalhas, cheirando à pólvora, e a cavalo, dormindo em cima dos arreios, a cabeça encostada à carona coberta pelo pelego de cabra. (Dias, 1975: 303)

O trecho acima, referindo-se novamente à Emílio, apresenta uma analepse interna heterodiegética.

Agora, referindo-se a Edmundo:

[...] e a parte mais martirizante da sua doença era talvez a mortal desilusão que confragia aquela alma penada e paciente de cão tísico, a desesperança da vida para sempre arruinada, uma vida de fim de raça, nascida espúria, para cair logo numa cova, inexoravelmente. (Dias, 1975: 310)

Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

O capítulo XIV prossegue narrando o estado avançado da doença de Edmundo e faz recorrentes alusões à morte.

Em determinado momento, Edmundo e Emílio visitam Alencastro, que estava vendendo tudo da casa porque ficara viúvo. “Não havia um mês a pobre mártir arrastara a sua desilusão e desesperança por todas aquelas poltronas, por aquele divã que ele vendia [...]” (Dias, 1975: 323). Nesse trecho, trata-se de uma analepse interna heterodiegética.

Em outro momento, Edmundo e Honorina fazem planos de uma vida tranquila e feliz: “Ela é que havia de cozinhar... Sabia todos os segredos da cozinha... Em casa, nos bons tempos pobres de família e de virgindade, era ela quem fazia a comida.”(Dias, 1975: 336). Este trecho trata-se de uma analepse externa heterodiegética.

Posteriormente, narra-se a vida de Honorina:

Ela, numa desconfiança instintiva, contava toda a sua vida de desgraça... O pai morto com dois tiros de garrucha, numa estrada, ela casada com um vendeiro, fugindo-lhe para se entregar a um saltimbanco, um acrobata da companhia do Albano Pereira, que a ensinou a andar a cavalo, a saltar os arcos de papel [...] Os seus olhos,

em que havia negras claridades eléctricas, pensativos e tenebrosos, depressa desprezaram o saltimbanco para se entregarem abatidos e humildes ao Hércules da companhia, um louro e de carnes brancas que a enchia de pancada todas as noites. (Dias, 1975: 337)

No trecho acima, trata-se de uma analepse externa heterodiegética.

E, com relação a Edmundo, Honorina pensava: “Acudia-lhe uma sede perversa de o fazer para sempre desgraçado, desviando-se da sua vida, deixando-o despenhar-se na fatalidade injusta e cruelíssima da sua má sorte, da sua má sina.”(Dias, 1975: 339). Este trecho trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

O capítulo XV narra o ciúme doentio que crescia em Edmundo depois de ler uma carta de outro homem, de Juiz de Fora, para Honorina, em que agradecia a ela por ter-se entregado gratuitamente a ele. Isso aconteceu justamente no momento em que Edmundo e Honorina passaram um mês separados. Esse capítulo também narra uma nova separação do casal.

A seguir, as anacronias desse capítulo:

“Para ela, fora um alívio a separação, e gozara feliz, de vendas abertas, como um animal do campo, aquele amor sem esforço e sem dificuldade, que um rapaz de Juiz de Fora lhe oferecera de passagem na Corte.”(Dias, 1975: 343). Nesse trecho, trata-se de uma analepse interna homodiegética.

“Uma noite fora bater à porta de um quarto onde dormia um homem, que a olhava sempre com luxúria; mas logo, arrependida, voltara a deitar-se.”(Dias, 1975: 348). Nesse trecho, trata-se de uma analepse interna homodiegética.

Em outro momento, narra-se o pensamento de Honorina sobre o futuro, ao olhar outras mulheres:

Honorina fitava-as, trémula, tentando em vão surpreender-lhes o grande inferno que ardia dentro delas, adivinhando-as desesperadas e cravadas de chagas, vendo-as reles, caminhando descuidosas para a Santa Casa e para a vala comum do Caju, disfarçando a sua amedrontada miragem do futuro, sem pensar na velhice, sem economias [...]. (Dias, 1975: 350).

No trecho acima, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

“A mulata nascera na roça, perto da Barreira do Triunfo, em Juiz de Fora. Tinha saído de um ninho de animal, bravo. Criada à solta, como uma pequena Átala vadia [...] Um dia matara uma jararaca e trouxera-a de rasto, envaidecida da proeza.”(Dias, 1975: 354-355). Esse trecho narra a vida de Honorina e trata-se de uma analepse externa heterodieética.

Criada na pobreza, vira os pais fazerem-lhe os irmãos, e nem falava quando a mãe gemia no catre, com o ranger das tábuas, sob o peso do homem que lhe fecundava o corpo. Todos os seus instintos de cabocla, a sua selvageria de índia vadia e nómada, castigados a relho e a pescoções pelo pai, tinham-lhe dado um temperamento desconfiado e humilde de cadela, erradia, medrosa [...] Aos onze anos mandaram-na para Juiz de Fora, aprender em casa de uma costureira. Foi nesse meio vicioso, levando recados, incumbida de levar cartas de namoro e buscar respostas, que despertou mulher [...].(Dias, 1975: 356)

No trecho acima, trata-se de uma analepse externa heterodieética.

Com relação a Edmundo, narra-se o que Honorina pensa sobre ele: “As únicas vezes que o sentira homem para a merecer, homem para a amar, fora da primeira, quando lhe atirara dinheiro ao prato e viera depois, para lhe dar uma coça; da segunda, quando se apartara dela, rindo do seu desespero...” (Dias, 1975: 359). Nesse trecho, trata-se de uma analepse interna homodieética.

Outras anacronias do capítulo estão nos seguintes trechos:

Um médico, vindo de Paris, onde se formara, um rapaz de vinte e tantos anos [...] impressionara-se à vista daquele tipo bizarro de mulata, com aqueles olhos molhados e as ventas frementes do felino [...] Honorina deu-se ao luxo de não lhe receber um vintém em três meses de amor [...] Havia ainda um Alfeno, filho de um senador, a quem ela dera brilhantes e de quem fizera um azeiteiro, para lhe saciar os vícios. Uma noite, aborrecida, despediu-o como um criado. (Dias, 1975: 361)

Neste trecho, trata-se de duas analepses externas heterodieéticas.

Uma tarde chegou ao hotel por volta das cinco horas. Honorina tinha saído. Entrou no quarto e foi remechar as gavetas, à procura de provas de novas infidelidades, e encontrou a carta onde o outro tinha

mandado a guia da Estrada de Ferro, remetendo o pássaro [...] Arrastou então uma cadeira para perto da janela, abriu a porta da gaiola, apanhou o sabiá, apertou-o na mão crispada.. Viu-o abrir o bico, estirar a língua preta, sentiu-lhe o corpo quente estrebuchar entre os dedos[...]e a cabecita afinal tombar, pingando sangue no bico [...].(Dias, 1975: 378)

Nesse trecho, trata-se de uma analepse interna homodiegética.

Em outro momento, Edmundo diz a Honorina: “- Sossega, amanhã eu tenho dinheiro, dou-te o que quiseres...” (Dias, 1975: 381). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

Depois, relembra-se de Julião: “Recordava essas horas tranquilas de outrora, quando o estudante recolhia epiléticos em casa e se consolava na sua miséria lendo os filósofos...” (Dias, 1975: 384). Nesse trecho, trata-se de uma analepse interna heterodiegética.

Aquele fora bom, resignado como um santo, pobre, como uma alma maior do que um tesouro, e tinham-lhe exasperado aquele dócil instinto de bondade, a ponto de fazerem dele um ébrio, e amanhã? [...] O que seria no dia seguinte qualquer criatura? Um falsário? Um cadáver, um ulcerado? Um feliz? (Dias, 1975: 384)

Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna heterodiegética.

O capítulo XVI narra o desespero de Edmundo para arrumar algum dinheiro para dar a Honorina, e o declínio a que estava se submetendo, ao pedir dinheiro emprestado a Ramalho de Alencastro, o qual fez com que fosse decretada voz de prisão contra ele. Edmundo então foge com Emílio para a Ilha do Governador.

A seguir, as anacronias desse capítulo.

Não lhe acudia sequer a ideia de ir falar a Ramalho de Alencastro, pedir-lhe mais uma hora de espera. Baixar em frente àquele homem, não o faria nunca, certo ainda de que o não atenderia, devesse ele descer até à indignidade de ele negar esse favor. Fosse ele outro, caminharia com desassombro, empenhando a palavra sob a promessa de que à noite, o mais tardar no outro dia, satisfaria o compromisso... Mas fora logo bater àquela porta..., sem se lembrar um só momento de uma contrariedade presumível, quase fatal... E dentro de duas horas o seu nome enxovalhado ia correr a cidade, de

boca em boca... Havia só uma pessoa capaz de tal infâmia, mas exactamente a essa pessoa estava ele entregue. (Dias, 1975: 395)

Na citação acima, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

“Se ele tinha pedido emprestado um dinheiro que não podia agora pagar, não o fizera com mau intento, e a prova é que deixara documentos terríveis entre essas mãos que lhe haviam dado o dinheiro...” (Dias, 1975: 400). Nesse trecho, trata-se de uma analepse interna homodiegética.

“Iam chamá-lo de gatuno, nos cafés, nos jornais, pelas ruas, por toda a parte... Ramalho de Alencastro tinha-lhe falado em conto do vigário... Assim, Pai do céu! Iam julgá-lo um larápio... um ladrão...” (Dias, 1975: 404). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

Ao fugir com Emílio para a Ilha do Governador: “Edmundo pensava no futuro... os seus olhos só alcançavam o cemitério... Via um vulto debruçado sobre uma sepultura, de joelhos, rezando... Era a mãe...” (Dias, 1975: 408). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

O capítulo XVII é o último do livro e inicia-se com Castro, o homem que recebeu Edmundo na Ilha do Governador, acompanhando-o até ao Zumby, de onde saíam as lanchas. Neste capítulo narra-se a difícil situação de Edmundo, que teve seu nome sujo pela dívida e ainda estava com uma ordem de prisão a ser executada. Narra-se ainda os últimos momentos de Edmundo até a derradeira morte.

A seguir, as anacronias desse capítulo.

“Aquele lancha que lá vinha cortando as águas com a sua proa pintada de verde, o que traria ainda ela de horrível ao seu martírio?... Uma consolação, um abraço amigo? Ou uma recriminação [...], mais uma dose de desespero, de sofrimento, de dor?” (Dias, 1975: 413). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

Na lancha de volta, Edmundo recebera uma carta de Emílio, juntamente com um cartão do Sr. António de Couto, que dizia: “Comprei passagem para o Rio Grande, paguei o Ramalho de Alencastro. Vem já para casa.” (Dias, 1975: 416). Nesse trecho, trata-se de uma analepse interna homodiegética.

Outras anacronias do capítulo estão nos trechos seguintes.

“A tosse empurrava-o sempre, como um frangalho, para a sepultura...”(Dias, 1975: 417). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

“Era desesperador o seu estado. Tinha sobrevivendo uma pneumonia, os pulmões já cavernosos não poderiam agüentar. O desenlace era fatal, mais dia menos dia.”(Dias, 1975: 420). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

Não sobrevivendo uma outra hemoptise, talvez que o pobre tísico se pudesse ainda levantar para ir morrer mais longe, ao lado da mãe... Mas tudo isso era uma esperança de desesperado, o médico julgava quase um milagre a sua cura, se ela acontecesse... Aquelas melhoras eram enganadoras, falsas, um último e mais forte clarão de sol antes do descer inquietante das trevas... (Dias, 1975: 421)

No trecho acima, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

“O Edmundo de agora era apenas uma sombra desse outro, que numa noite de inverno fora jurar amor a uma mulher, entregar-lhe os vinte anos, com as ilusões ambicionadas e as esperanças contadas...” (Dias, 1975: 423). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

“O médico deu-lhe três dias de vida.”(Dias, 1975: 423). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

Mais à frente, Edmundo fala a António do Couto: “- Mentira?... Julgas então que eu não sinto? Dentro de mim há uma voz a dizer-me tudo... Depois de amanhã morro... vais ver...” (Dias, 1975: 424). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

Edmundo então pergunta para António do Couto de Honorina e ele diz que fora para Juiz de Fora. A partir de então, o jovem se entrega à morte: “Já o olhar era cova do olhar e nada mais. A luz morria ali, num crepúsculo sereno, e já só havia sombras [...] O médico auscultou-o, percebendo chegado o último momento...” (Dias, 1975: 425-426). Nesse trecho, trata-se de uma prolepse interna homodiegética.

O trecho acima merece um rápido comentário porque ele traz à tona a profecia feita meses antes pela cartomante, em que ela respondeu à pergunta de Edmundo: “- Diga quanto tempo me resta de vida? [...] - Morrerá quando o abandonar a esperança.” (Dias, 1975: 109). Nesse trecho, em que há uma prolepse interna homodiegética, evidencia-se que as prolepses proféticas que a narrativa traz são de

fato cumpridas na vida dos personagens. Edmundo, nesse sentido, perdeu totalmente a esperança ao saber que Honorina fora para Juiz de Fora se encontrar com o suposto amante.

No momento em que Edmundo estava prestes a morrer, entrou um caixeiro no quarto atrás de António, e começou a resmungar sobre o mundo e a condição em que todos se encontravam. Nesse momento o narrador prossegue dando a sentença para Edmundo:

E esse pobre sonhador que ali morria, culpado de haver sonhado de mais, de haver sonhado sempre, longe da mãe, longe da família, sem mais uma ilusão, sem um consolo, sem um carinho, essa criança que passara na vida a sofrer e a fazer versos, escutava ainda no último momento os rumores dessa vida, o interesse, o egoísmo a segredar nos seus ouvidos: a vida é isto! (Dias, 1975: 429)

No trecho acima, trata-se de uma analepse interna homodiegética.

Narra-se então o momento em que Emílio chegou finalmente no quarto de Edmundo, mas logo saiu, porque Edmundo morrera. Ao chegar à rua, Emílio encontra Julião, que lhe pergunta de Edmundo. Então, diz a ele que está a morrer. “Emílio viu o estudante cambalear... Amparou-o nos braços. Tresandava a cachaça, estava bêbedo...” (Dias, 1975: 431)

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Fialho de. *Figuras de destaque*. Lisboa: Clássica Editora, 1923.
- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina. Males de origem*. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.
- BILAC, Olavo & BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.
- CAMÕES, Luis Vaz de. *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- CAMPOS, Pedro Dias de. *A Revolta de Seis de Setembro (A ação de São Paulo)*. Lisboa: Aillaud, Alves & Cia, 1913.
- CANDIDO, Antonio & CASTELLO, J. Aderaldo. *Presença da Literatura Brasileira. Das origens ao Realismo*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- CASTRILLON, Susanne Maria Lima. *A Mulata de Carlos Malheiro Dias: imagem e poder*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.
- CEIA, Carlos (coord.). *E-dicionário de termos literários*. Disponível em: < <http://edtl.fcsh.unl.pt/>>. Acessado em: 10 abr. 2016.
- CHORÃO, João Bigotte. *Carlos Malheiro Dias na ficção e na História*. Lisboa: Biblioteca Breve – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Livraria Bertrand, 1992.
- DA COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República*. 9 ed. São Paulo: Editora Unesp, , 2010.
- D'ALMEIDA, Fialho de. *Camilo, Eça e Malheiro Dias*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1941.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando. Uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- D'ARCOS, Joaquim Paço. Carlos Malheiro Dias – Escritor luso-brasileiro. Lisboa: Separata da *Revista Ocidente*, v. LX, 1961.
- DIAS, Carlos Malheiro. *A mulata*. Rio de Janeiro: Editores Quaresma e C., 1896.

- DIAS, Carlos Malheiro. *A mulata*. Lisboa: Editora Arcária, 1975.
- Dias, Carlos Malheiro. *Os Teles de Albergaria*. Lisboa: Editora Campo das Letras, 1999.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Paixão de Maria do Céu*. Lisboa: Sociedade Editora Arthur Brandão & Cia, 1902.
- DIAS, Carlos Malheiro. *A vencida*. Coimbra: França Amado Editor, 1907.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Em Redor de um grande drama / Subsídios para a História da Sociedade Portuguesa*. Lisboa, 1913.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Portugal – Brasil*. Rio de Janeiro: Discurso, 1919.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Exortação à mocidade. (ensaio)*. Lisboa, 1925.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Camões e a raça*. (Obra pronunciada no palácio Teçayndaba, em São Paulo). São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1934.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- GARMES, Helder. Para sempre Ibéria. Revista *Ipotesi*, v. 15, n. 1, p.119-125. Juiz de Fora, 2011.
- GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Lisboa: Vega, 1972. Tradução de Fernando Cabral Martins.
- GONÇALVES, João Carlos. *D. João de Castro, «O Sebastianista»: meandros de vida, e razões de obra*. Tese de doutorado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Edição do Autor, 2004.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade branca e a fraternidade, mestiça). *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, n. 2, pp. 17-36, 2011. São Carlos: Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 93-107, jan./jun. 2003. São Paulo.
- GUIMARÃES, Antonio S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, v. 47, n.1, 2004. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- HAUSER, Arnold. *História social da Literatura e da Arte*. Tomo II. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1954.

HOMEM, Amadeu Carvalho. O avanço do republicanismo e a crise da monarquia constitucional. In: Mattoso, José. *História de Portugal*. V. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

MAGALHÃES, António Pereira Dias & OLIVEIRA, Manuel Alves. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. V. 16. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.

MARTINS, Oliveira. *Portugal nos mares*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MATTOSO, José. *História de Portugal*. V. 6. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.

MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 7 ed. São Paulo: Cultrix, 1969.

MONTEIRO, Regina Maria & SANTOS, Edígenes Aragão. O Brasil de Olavo Bilac e Manoel Bomfim. A construção política de uma identidade nacional através do ensino. *Revista Pró-posições*, v. 13, n. 2 (38), mai.ago. 2002. Disponível em: <www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/38-dossie-santosea_etal.pdf>. Acessado em: 10 abr. 2016.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NABUCO, Joaquim. *A Intervenção estrangeira durante a revolta de 1893*. Brasília: Senado Federal, 2010.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito de origem – sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. In: *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

PESSOA, Fernando. *Da República (1910 - 1935)*. (Recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Mourão. Introdução e organização de Joel Serrão). Lisboa: Ática, 1979.

PESSOA, Fernando. *Escritos autobiográficos, automáticos e de reflexão pessoal*. Lisboa: Richard Zenith, Assírio & Alvim, 2003.

PESSOA, Fernando. *O interregno. Defesa e justificação da ditadura militar em Portugal*. Lisboa: Núcleo de Acção Nacional, 1928.

PRAZ, Mario. *La chair, la mort et le diable - le romantismo noir*. Paris: Éditions Denoël, 1977.

QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo de. *Preconceito de cor e a mulata na literatura brasileira*. São Paulo: Ática, 1975.

RAMOS, Arthur. *A mestiçagem no Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2004.

REIS, Carlos. *Dicionário de narratologia*. Coimbra: Almedina, 2002.

REIS, Carlos & LOPES, Ana Cristina M. *Dicionário de teoria narrativa*. São Paulo: Ática, 2000.

REGO, Teixeira & GOMES, Pinharanda. *A Renascença Portuguesa*. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984.

RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

RIBEIRO, Atanagildo Barata. *Sonho no cárcere: dramas da revolução de 1893 no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1895.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1957.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. 8 ed. Brasília: Editora UnB, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SÉRGIO, Antonio. *O desejado: testemunhos históricos: depoimentos de contemporâneos de D. Sebastião sobre este mesmo rei e sua jornada de África*. Lisboa: Aillaud, 1924.

SERRÃO, Joel. *Do sebastianismo ao socialismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Martiniano J. *Racismo à brasileira. Raízes históricas*. 3 ed. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995.

TEIXEIRA, Nuno Severiano. *O Ultimatum inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

- TORGAL, Luís Reis. O tradicionalismo absolutista e contra-revolucionário e o movimento católico. In: Mattoso, José. *História de Portugal*. V. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- TORRES, Alexandre Pinheiros. *Prefácio de A Mulata*. Lisboa: Arcádia, 1975.
- VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820. In: Mattoso, José. *História de Portugal*. V. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- VARGUES, Isabel Nobre & TORGAL, Luís Reis. Da Revolução à Contra-Revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político. In: Mattoso, José. *História de Portugal*. V. 5. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- VENTURA, Roberto. Uma nação mestiça. In: *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VIANA, Francisco José de Oliveira. O typo brasileiro. Seus elementos formadores. In: *Dicionário histórico, geográfico e etnológico do Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.
- VIANA, Francisco José de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. São Paulo: Edições da Revista do Brasil – Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1920.
- VIANA, Larissa. *O idioma da mestiçagem. As irmandades de pardos na América Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- WINCK, Otto Leopoldo. *Aventuras da linguagem: princípios da narratologia genettiana aplicados à obra de Jamil Senege*. Dissertação de mestrado apresentada no curso de Letras da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.
- ZOLA, Émile. *Thérèse Raquin*. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Estação Liberdade, 1992.

APÊNDICE

As principais obras de Carlos Malheiros Dias, além de *A mulata*, são as que seguem.

Literatura:

Filhos das Ervas (romance), 1900; *Os Teles de Albergaria* (romance), 1901; *Paixão de Maria do Céu* (romance), 1902; *Cartas de Lisboa* (crônica), 3 séries, 1904, 1905 e 1906; *O Grande Cagliostro* (romance), 1905; *A vencida* (contos), 1907; *A esperança e a morte* (crônicas), 1919; *A verdade nua* (crônicas), 1920; *Amor de Mulher* (romance inacabado), 1987.

História:

Quem é o rei de Portugal, 1908; *Do desafio à debandada*, 2 v., I – *O pesadelo*. II – *Xeque ao rei*, 1912; *Zona de Tufões*, 1912; *Em redor de um grande drama – Subsídios para uma história da sociedade portuguesa – 1908-1911*, 1913; *Entre precipícios (Crônicas políticas dos últimos tempos)*, 1913; *História da colonização portuguesa do Brasil*, 3 v., 1921, 1923, 1924 (direção e coordenação literária); *O piedoso e O desejado*, 1925.

Ensaaios:

Carta aos estudantes portugueses, s/d (há quem afirme que foram escritas em 1922, mas a data é incerta); *Exortação à mocidade*, 1924; *Um ensaio sobre o pintor Henrique Medina*, 1934; *Pensadores brasileiros*, 1934.